

**ESTUDOS SOBRE
LINGUAGEM:**
Análises Linguísticas,
Discursivas e Literárias



Maria da Graça dos Santos Faria
Marize Barros Rocha Aranha
Naiara Sales Araújo
Organizadoras

**ESTUDOS SOBRE
LINGUAGEM:
Análises Linguísticas,
Discursivas e Literárias**

São Luís



EDUFMA

2018

Copyright © 2018 by EDUFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Profa. Dra. Nair Portela Silva Coutinho
Reitora

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice-Reitor

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Diretor

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Esnel José Fagundes
Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva
Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha
Profa. Dra. Andréa Dias Neves Lago
Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima
Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire
Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz
Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos
Profa. Dra. Michele Goulart Massuchin
Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi

Revisão

Os autores

Capa e Diagramação

Wellington Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Estudos sobre Linguagem: Análises Linguísticas, Discursivas e Literárias. /
Maria da Graça dos Santos Faria, Marize Barros Rocha Aranha, Naiara
Sales Araújo (Organizadoras.). – São Luís: EDUFMA, 2018.

192 p.

ISBN: xxx-xx-xxxx-xxx-x

1. Linguagem. 2. Análise Linguísticas e Discursivas. 3. Análise Literárias.
I. Título

CDU 81.4.030

Ana Angélica Pereira Teixeira CRB 3ª Região/1217

Impresso no Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE HERANÇA: A LÍNGUA OU A HERANÇA	7
<i>Sonia Maria Correa Pereira Mugschl [Sonia Almeida] Monica Fontenelle Carneiro</i>	
UMA BASE EM FALSO: PARA COMPREENDER AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS DO ARTIGO DE OPINIÃO	9
<i>Soraya de Melo Barbosa Sousa</i>	
DIÁLOGO DIÁRIO DE SEGURANÇA – DDS: QUE GÊNERO É ESSE?	23
<i>Andréia Dellano Mendes Nunes Marize Barros Rocha Aranha</i>	
REFERENCIAÇÃO E IDENTIDADE: A REPRESENTAÇÃO DO UNIVERSO FEMININO EM ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS	55
<i>Keila de Jesus Ribeiro Araujo Maria da Graça dos Santos Faria</i>	
DISCURSIVIZAÇÕES DA AIDS NA MÍDIA IMPRESSA DE SÃO LUÍS (MA) EM 1984 E 1985	71
<i>Camila Cutrim Lins de Freitas Ilza Galvão Cutrim</i>	
REFLEXÕES DISCURSIVAS SOBRE FORMAS DE CIRCULAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: ENTRE A CONSTITUIÇÃO DE 1891 E “RECORDAÇÕES DE ISÁIS CAMINHA”, DE LIMA BARRETO	89
<i>Francisco Carlos da Silva Júnior Mônica da Silva Cruz</i>	

OS MARCADORES DE NEGAÇÃO NO CONTO FANTÁSTICO “UMA CASA” DE MOARCYR SCLiar	115
<i>Andreana Carvalho de Barros Araujo Leonildes Pessoa Facundes</i>	
LUGAR-SEM-LUGARIDADE EM MARIA DA TEMPESTADE DE JOÃO MOHANA	133
<i>Maristela dos Santos Almeida Naiara Sales Araújo</i>	
O INSÓLITO E A VERDADE EM ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA, DE JOSÉ SARAMAGO	149
<i>Rita de Cássia Oliveira</i>	
FIOS DE MEMÓRIA E TRADIÇÃO: O REGIONALISMO NO ROMANCE <i>POR ONDE DEUS NÃO ANDOU</i>, DE GODOFREDO VIANA	167
<i>Kerllen Miryan Portela de Paiva Norato José Dino Costa Cavalcante</i>	
SOBRE OS AUTORES	183

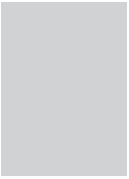
APRESENTAÇÃO

Apresentamos, com muita alegria, o resultado de um trabalho de pesquisa que se volta para os estudos sobre linguagens, abordando questões relacionadas a análises linguísticas, discursivas e literárias. Esta obra, de dez capítulos, busca atender a um público diversificado constituído de estudantes de graduação e pós-graduação, de pesquisadores do meio acadêmico e de profissionais que atuam na área de Letras.

Pretendemos, com esta publicação, divulgar as pesquisas que estão sendo desenvolvidas no âmbito das Instituições de Ensino Superior, em especial as pesquisas desenvolvidas nos Cursos de Pós-Graduação, a fim de contribuir com os estudos da linguagem.

Assim, os seis primeiros capítulos trazem temas relacionados a análises linguísticas e discursivas, que se iniciam com questões sobre língua, em especial a Língua Portuguesa de Herança (LPH), sobre a qual as autoras tecem reflexões sobre: Português Brasileiro, Identidade, Herança e Inconsciente. No segundo capítulo, a autora trata sobre as estratégias argumentativas que constituem um artigo de opinião. No terceiro capítulo, as autoras investigam as particularidades do Diálogo Diário de Segurança- DDS para caracterizá-lo como um gênero do discurso. No quarto capítulo, as autoras apresentam os processos referenciais como instrumento na construção da identidade feminina em anúncios publicitários. Os capítulos cinco e seis abordam discursivizações sobre a AIDS na mídia impressa de São Luís e sobre a forma de circulação do racismo estrutural do Brasil, respectivamente.

Os quatro últimos capítulos analisam textos literários em variados aspectos. No sétimo capítulo, as autoras investigam os marcadores de negação na narrativa de um conto Fantástico “Uma



casa” de Moacyr Scliar. No oitavo capítulo, por meio da obra “Maria da Tempestade” de João Mohana, as autoras analisam, na perspectiva da geografia humanista cultura (GHC) como o ser humano constrói relações de sentido a partir de suas interações com o espaço geográfico. No penúltimo capítulo, a autora por meio da obra literária “Ensaio sobre a cegueira” de José Saramago, trata sobre questões que se referem ao insólito e à verdade. No último capítulo, os autores tratam sobre tradição e memória, explorando a obra “Por onde deus não andou” de Godofredo Viana.

Desejamos aos nossos leitores que o conjunto de capítulos deste livro seja fonte de muitas reflexões e de novas investigações pautadas em um diálogo interdisciplinar, que é próprio do nosso objeto de estudo: a lingua(gem).

Aos autores e autoras que participaram e colaboraram para que este trabalho se tornando realidade, queremos expressar o nosso sincero agradecimento pela valiosa contribuição aos estudos da Linguagem.

As organizadoras

PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE HERANÇA: A LÍNGUA OU A HERANÇA

*Sonia Maria Correa Pereira Mugschl [Sonia Almeida]¹
Monica Fontenelle Carneiro²*

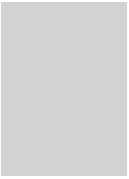
INTRODUÇÃO

Esta pesquisa que aqui apresentamos sob o título “Português como Língua de Herança: língua ou herança” está em processo e tem o objetivo de investigar as atividades com o Português como Língua de Herança na Europa. POLH é um trabalho realizado por imigrantes brasileiros com imigrantes brasileiros, sobretudo crianças cujas famílias desejam alimentar sua relação com as raízes. Partimos da hipótese de que essas atividades parecem demandar outras questões que envolvem o processo de imigração. É nesse sentido que perguntamos sobre os desafios de realizar atividades que envolvam outras áreas que possam tocar as instâncias do que denominamos herança.

Os conceitos centrais dessas reflexões são os seguintes: Português Brasileiro, Identidade, Herança e Inconsciente. Partimos da hipótese de que de nada adianta tratar a herança de brasileiros com base em textos do Português falado fora do Brasil, ou mesmo

¹ Professora Titular do Departamento de Letras e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras PGLetras da UFMA.

² Professora Adjunto do Departamento de Letras e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras PGLetras da UFMA.



de aulas somente de Língua Portuguesa. No que tange ao Português Brasileiro, as atividades de POLH, para alimentar a raiz, precisam ser espelho, reflexo da realidade. O Brasil se reflete na língua que aqui é falada: ela reflete o caráter de um povo, seu ritmo de existir, os elementos que fazem o cotidiano, os cheiros e sabores e cores e tons que se refletem na língua brasileira (ALMEIDA, 2017). No tocante à identidade, Stuart Hall (1998), ao apresentar o conceito de identidade híbrida, faz-nos pensar que, para o imigrante, principalmente, não se trata de uma identidade estável, mas híbrida, que se move e está sempre em processo, à medida que o sujeito passa por experiências de vida que vão sendo apropriadas por ele. Quanto à herança, ainda pelo senso comum, aqui é tomada pelo princípio de direito de todo ser humano que herda o que é dos seus, mas buscamos também produzir um sentido de herança dos imigrantes, aqueles que emigraram de sua terra, de seu país, por meio de outros conceitos: o de imaginário, por exemplo, que, segundo Lacan (1998), é um dos constituintes do inconsciente.

A metodologia está em fase exploratória de voltar um olhar observador para a realidade vivida pelos imigrantes, por meio de visitas aos grupos de brasileiros na Europa e às atividades desenvolvidas pela Mala de Herança de Munique. Para essas atividades, temos preparado materiais e avaliado, por meio dessas reflexões, qual aspecto priorizado, para responder sobre qual eixo sustenta essas atividades: se o linguístico, o sociológico ou o psicanalítico. Partimos da hipótese de que essas atividades, mesmo que envolvam atividades de leitura, ainda assim dão ênfase à língua, não exatamente à língua brasileira. A reação a esses dois materiais apresentados em momentos diferentes é o que constituirá as ponderações presentes no item Resultados e Discussões.

Separamos, entre as experiências a serem analisadas, dois materiais produzidos e aplicados em palestras na Europa. O Primeiro intitulado “O Tempo dentro da árvore, o Brasil dentro da língua”; o segundo, “Em busca da herança escondida.

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS

MATERIAL 1 – A LÍNGUA DENTRO DA ÁRVORE, O BRASIL DENTRO DA LÍNGUA

O primeiro material intitulado “O Tempo dentro da árvore, o Brasil dentro da língua” prioriza as questões linguísticas. É constituído de 37 slides, sendo introduzidos por especificidades teóricas e aplicações práticas de textos também de autoria da professora ministrante.

Entre os conceitos apresentados no material, o de Língua Imaginária e Língua Fluida (ORLANDI, 1988) buscam orientar para a língua como herança e os motivos pelos quais é possível dizer que o Brasil está dentro da língua, assim como o tempo, dentro da árvore. Essa metáfora está exposta na abertura dos slides por meio da imagem dos anéis primaveris, que marcam o tempo no interior do tronco. Naturalmente, por estar tratando do Português como Língua de Herança, é estabelecida a reflexão sobre a necessidade de a herança brasileira precisar priorizar o Português Brasileiro como língua a ser ensinada fora do Brasil para brasileiros imigrantes.

Considerando que a língua imaginária é aquela que não reflete uma realidade, o material discute sobre a concepção de língua: se a estável ou em movimento, homogênea ou heterogênea, igual para todos ou diferente para cada tempo e lugar. É colocada a oposição: de um lado a estrutura, a norma, as regras de uma língua igual para todos e de outro, o “real da língua”.

Nos slides, está incluída a literatura como meio de chegar à *significância*. Ou seja, o foco está *no obtuso* do Brasil constituído pelo olhar do imigrante, para separar duas dimensões: o Brasil *para o brasileiro* ou o Brasil *no Brasileiro*.

Outro enfoque está com a concepção de língua: se um sistema homogêneo (SAUSSURE, 1916); se uma gramática internalizada homogênea, que existe na mente de todo falante ideal (CHOMSKY, 1978); se uma dimensão heterogênea que depende do sujeito para gerar sentido (BENVENISTE, 1976) ou heterogênea, em função da comunidade de fala (LABOV, 1976). Foram apresentados

textos produzidos e/ou adaptados para o material, a exemplo os seguintes:

Texto A

“Na aula de Português estão duas pessoas: um professor e uma aluna.
- Que dia é hoje?
- Hoje é terça-feira.
- Onde estamos?
- Estamos na aula de Português.
- A aula é interessante ou não?
- É interessante.”

Texto B

“Na aula de Português tem duas pessoas : um professor e uma aluna.
- Que dia é hoje?
- Terça.
- Onde estamos?
- Ué... Como assim?
- A aula tá legal, né?
- Muito legal.”

Observando os dois textos, em que o texto B é uma adaptação do texto A, retirado de um livro didático de Português Língua Estrangeira, a prioridade foi analisar usos do verbo ter/haver; das preposições em/a/ dos verbos estar/haver; dos adjetivos interessante/legal e outros usos como tá/estar, ué, como assim, bem expressivos da fala brasileira.

Os slides ainda apresentam resultados de pesquisa sobre o Português Brasileiro (PB) de Eunice Pontes (1987), **Tópico do Português do Brasil** que considera o que segue:

Alguns sinais na estrutura: **não é usada a passiva na fala**; muita **topicalização** (as sentenças de tópico não devem ser analisadas com referência a uma básica da qual foi transformada); o tópico **anuncia o tema** do discurso; o tópico **está sempre em posição inicial**; o tópico **não precisa ter vínculo com o verbo, o sujeito sim**.

Carlos Fioravante (2015) também é mencionado no material. Por meio de sua obra intitulada **Ora pois, uma língua bem brasileira**, enumera as marcas do Português Brasileiro:

ausência de uso da mesóclise (Dar-lhe-ei um presente.); **explicitação do sujeito** (**Ele** veio pra aula, aí **ele** se sentiu mal e quando a mãe dele chegou, **ele** foi pra casa.); **ausência do uso de sim nas respostas** (Cê foi ao cinema ontem? – **Fui.**); **substituição de você por cê**; **uso da maioria das vogais**; as palavras ganham novos sentidos rapidamente; uso do **você para interação de maior cerimônia e do tu para interação de maior intimidade**; **falta de concordância do verbo com o pronome** (**Tu não sabe?**); **mistura de pronomes tu e você** (Se você quiser, vou te ajudar.)

Além das adaptações entre língua imaginária e língua fluida, há ainda criações de textos para, pelo jogo da língua, tocar a herança de cada um. Eis o que segue:

Texto C

O **tempo**,
a **ponte**,
o **pote**
na mesa da minha infância.
Pro meu **vô**,
eu **vou**.
Eu **voo**.

O texto C, pelo jogo fonológico, provoca um voo para dentro, para longe, para perto. Evoca memória do tempo que contém a ponte para o pote. Os slides dão ênfase à língua, às questões linguísticas, pelas quais é possível evocar a herança.

Outro texto que tem o mesmo objetivo é o que segue:

Texto D

Tudo o que **houve**
ouve!
Não falo:
mudo o que penso **mudo**.
Todo o meu **mundo** assim:
em silêncio.

Pode ser observado no Texto D a relação entre houve/ ouve; mudar/mudez; mudo/ mundo e a evocação do que houve na vida do imigrante que pode ser ouvido.

MATERIAL 2 – EM BUSCA DA HERANÇA ESCONDIDA

O material 2 expõe como pergunta central se é possível ensinar a herança e risca atividades em POLH arriscando entrar numa dimensão que não é **informativa, nem transmissiva, tendo em vista que cada um guarda sua própria herança que, em parte é coletiva e, em parte, pessoal.**

A pergunta pressupõe uma resposta que abarca o espaço constitutivo do sujeito, não preenchido pela informação, não propriamente ensinado, já que é da experiência individual e subjetiva, cujo caminho é próprio do insondável e se dá pela linguagem. Isso diz respeito ao recebido da literatura, da dimensão poética, da língua, da possibilidade de ser constituído pelo patrimônio imaterial advindo da história vivida e herdada por cada um. Refere-se também ao recebido da cultura; da geografia: da flora e da fauna; das paisagens; da policromia; da raiz, das relações afetivas, familiares.

É determinante desse material que todas as atividades ainda se dirigem para um sujeito que passou por um processo de mudança: saiu de sua terra, de onde emigrou e está passando por um “enxerto identitário” que provoca reações às vezes estranhas como a de se negar a falar a língua 1. Isso porque essa mudança poderá ser mutilação, caso haja um afastamento total do imigrante ao ponto de parar de falar a própria língua.

Nesse sentido, toda a oficina usa com frequência a imagem da janela, em função de favorecer um ambiente de projeção e de evasão. A justificativa elencada no material 2 considera que a janela se abre para dentro, e guarda as paisagens misturadas do lá e o do aqui; de fora e de dentro. Janelas atravessadas por olhares; jogos de dizer e história. O texto E foi produzido para esse enfoque que prioriza a janela, num exercício de evasão:

Texto E

pela janela, a minha vida vai.
bem aqui dentro, a minha história vem.
a cor é verde,
e amarela, a flor.
bem para dentro,
essa é a minha cor.
não é o brasil,
mas o brasil eu sou.
outro lugar, mas lá também estou.
cá entre nós,
língua de herança é amor.

A lua é minha
como está tão verde.
Na minha história
do jeito que eu for.
É a minha nuvem,
Minha nuvem verde
E, ao ver-te nuvem,
Vejo o meu Brasil.
Me vejo ao ver-te.
E ao ver-te verde,
Me vejo eu a flutuar por lá.

O texto E tem como elemento de evasão a Lua e, para o Brasil, a cor verde e a flor amarela. Traz declaração tal como “o Brasil eu sou”/ “essa é a minha cor”; “lá também estou”, língua de herança é amor.

Lá longe.
Aqui.

Texto F

A minha vida, ela está pela janela.
Na paisagem que eu olho, eu vejo ela.
Pela janela o que vejo é a foto dela.
Lá vai ela.
Ela vai.
Aí. Ali.

A imagem do texto F é a janela que provoca a evasão: “a vida pela janela”; a possibilidade de ver o lá aqui. A paisagem também traz particularidade brasileira para promover a projeção para outro lugar e o texto poético possibilita essa transcendência, além do registro popular, por exemplo “eu vejo ela”.

O texto G também criado para o material aqui descrito traz uma imagem bem brasileira de um vira-lata num carro de luxo sendo levado por alguém. Além de ser um cachorro vira-lata numa situação de partida, chama a atenção o olhar para trás, tal como um imigrante se põe sempre, ao estar longe do Brasil. Outra imagem é a de um balão em pleno voo, pintado de verde e amarelo, sugerindo um voo bem brasileiro.

VIRA-LATA

Vira-lata, ele foi embora da rua pra nunca mais virar lata de lixo.
Ganhava uma vida melhor, com comidinha bem quentinha, cama bem limpinha e casa acolhedora.

Vira-lata, ele que sonhou com uma viagem pra bem longe, via da janela um mundo novo pela frente.

Mas quando olhava pra trás, o que será que ele via? O que Vira-lata sentia?

Será que olhava e não via?

Vira-lata me ensinou a olhar pra trás e ver. A carregar feito mala a herança das ruas; a se pintar feito quadro com a história guardada; a olhar também bem de longe e a sentir pra dizer.

Ele era o vira-lata que, cheio da praça, da rua, dos amigos, da família - da herança - começou a saber que aquele que ele era só seria, se soubesse quem fora, carregando na mala aquele que tinha sido.

Olhei Vira-lata e vi que ele sabia quem era.

REAÇÃO DAS PROFESSORAS DE POLH

DIANTE DO MATERIAL 1

O material 1 provocou uma discussão muito comum entre os professores de Língua Portuguesa na Europa. Isso porque o ensino de Português como herança precisa regatar uma realidade que se manifesta inclusive pela musicalidade proveniente das estruturas, das combinações, das escolhas linguísticas.

É possível perceber que o Português Brasileiro tem um estilo a partir de uma socioestilística da língua do Brasil que difere da socioestilística do Português Europeu. Acontece que o ensino do Português Europeu tem uma organização consolidada na Europa e a presença de leitores nas universidades. Isso faz com que os imigrantes brasileiros, geralmente, ao serem inseridos em aulas de Português nas escolas, deparem-se com aulas do Português de Portugal. Esse fato não supre as necessidades de herança, já que o Brasil não está dentro de língua como precisaria. E isso limita as possibilidades de poder curar os desequilíbrios próprios do processo imigratório.

É possível dizer que a reação foi mais dirigida às preocupações de políticas linguísticas, das relações entre portugueses e brasileiros na dimensão do ensino do que propriamente da busca da herança por meio da língua, sobretudo porque o material A prioriza as questões linguísticas, discutindo o ensino da língua de herança e da língua estrangeira que guardam objetivos bem diferentes.

DIANTE DO MATERIAL 2

O material 2, por iniciar perguntando sobre herança, coloca a língua no contexto das raízes e, numa perspectiva lacaniana, traz à consideração metodológica o fato de a linguagem ser constitutiva do inconsciente. Segundo Lacan (1998), “o inconsciente se estrutura em linguagem”. Além disso, o imaginário também o é.

Significa dizer que tudo o que é próprio da cultura se manifesta em linguagem e o imaginário é também, segundo Lacan (1998), um dos constituintes do inconsciente. Disso decorre a hipótese de que

a imigração não possibilita a substituição da herança. Uma criança imigrante que já fala o Português pode chegar a um bilinguismo que seja equilibrado. Nunca à substituição, mesmo que essa criança vá deixando a língua 2 suplantando a língua 1.

Ao se tratar da língua de herança, o ritmo com que se articulam as palavras é traço da herança e é evocador do chão e do tempo – o que vai se tornando insondável, ou seja, não se resume a um lugar, mas a uma referência identitária. Se um brasileiro precisa ser tocado em sua herança, o Português precisa ser o Português Brasileiro e a herança precisa de atividades-isca da herança escondida. Não é, necessariamente, o que providenciamos para encher o bolso, a bolsa, a mala, que deve comandar o processo, pois quem deposita herança, lá dentro do bolso, é o brasileiro.

Ao discutir sobre o material 2, Identificação: “eu sou esse vira-lata”

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste momento exploratório da pesquisa, definimos o objeto como *língua de herança* e o lócus de exploração investigativa como *atividades de POLH na Europa*. Pensamos que, no momento que traduzimos língua por Língua Portuguesa, pode haver uma tendência de transformar as atividades de POLH em aulas de língua e, pelo ensino de língua, podemos tender a nos afastar do Português Brasileiro (PB) e, nesse sentido, provocar o distanciamento do Brasil pelo fato de a língua não estar nessa relação de espelho de uma sociedade.

A expressão Língua de Herança guarda dois lados: o da língua e da herança e o da língua como herança de um imigrante, independente do seu país de origem. Pensamos que a produção de conhecimento sobre essa abstração poderá oferecer algumas respostas para as atividades de Português como Língua de Herança, dirigidas a brasileiros imigrantes e a imigrantes de outras nacionalidades e de outras línguas, a fim de que possam criar atividades ajustáveis às suas especificidades linguístico-culturais psicanalíticas e afetivas.

Essa necessidade parte da reação vivenciada com grupos de brasileiros na Europa, como iniciativa do Elo Europeu de Educadores em POLH e da Mala de Herança de Munique. Esses encontros aconteceram na Alemanha (Munique), Áustria (Tirol); Grécia

(Atenas); Itália (Roma, Turim, Rovigo, Verona, Pádua, Pisa, Florença); Holanda (Amsterdã, Roterdã e Den Bosch) e Inglaterra (Londres), de 2016 a 2018, tempo em que foram realizadas conferências e oficinas sobre questões que transitam entre Português Europeu e Português Brasileiro; Língua e Herança; Língua ou Herança; Língua de Herança e Língua Estrangeira, entre outras, como aquela que nós nos fazemos sempre que é sobre a possibilidade de pensar em realizar atividades para esses adultos de diversos setores, não só os pedagógicos, que também vivenciam a experiência da identidade híbrida e precisam criar para essas atividades momentos de transmissão e/ou de transferência.

Para transferir herança, pensamos que não basta a essas pessoas conhecerem o Brasil, serem brasileiras, estudarem o folclore, tratarem de informações sobre elementos da cultura e dizerem que eles existem. A transferência (LACAN, 1998) que está diretamente relacionada ao conceito de inconsciente não é necessariamente o que acontece por meio do conteúdo da atividade, mas o que se tira, por meio dele, da herança que constitui o imigrante. Perguntamos: como esse inconsciente que se constitui pelo imaginário constituído pela experiência da linguagem pode ser tocado por uma atividade de linguagem?

Chegando às reações, pudemos perceber que duas dimensões foram apresentadas aos brasileiros participantes. No tocante ao conferencista, houve um momento relevante para a diferença entre o Português Brasileiro e o Português Europeu. Houve a possibilidade de fazer a tradução de pequenos textos e a reação foi de curiosidade e surpresa pela oportunidade de trabalhar com as duas possibilidades, tendo em vista que, assim como há os brasileirinhos, há os portuguesesinhos. Os que reagiram mostraram a curiosidade de realizar algo a mais no seu trabalho. O outro momento foi constituído de textos e imagens do vira-lata olhando ligeiramente para trás, como se vislumbrasse o que ficou; janelas se abrindo para paisagens diferentes, europeias e brasileiras; imagens da culinária brasileira: peixe, camarão; leitura de poemas marcados pelo jogo linguístico-fonológico (vô, vou, voo) (ALMEIDA, 2017) que foram favorecendo o devaneio, a volta interior a uma falta que se fez presente num silêncio entrecortado de interjeições e expressões até que uma voz verbalizou: esse vira-lata sou eu... O primeiro material apresentado

provocou expressões próximas ao que se poderia chamar de saudade. Já o segundo despertou uma reação de reconhecimento por meio de algo tal como espelho, ou seja, uma expressão de identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes reações para os diferentes materiais apresentados nas conferências e oficinas pôde revelar que as duas possibilidades de trabalhar com POLH estão diretamente relacionadas com a atitude de priorizar a língua ou a herança. No primeiro caso, com prioridade no ensino de língua, o processo se deu de fora para dentro, por meio de expressões que chegam a provocar saudade do país que ficou ou de alguma experiência com herança vivida pela linguagem familiar. No segundo, a provocação foi de dentro para fora. Algo como um toque para aflorar uma herança que constitui, a princípio, o inconsciente, o insondável. Daí o silêncio. Tanto que as reações não corresponderam às imagens, necessariamente: alguns ouviram um poema sobre a Lua e veio à tona um quintal. Outros olham o vira-lata e se depararam com a própria história; outros ainda ouviram um sino que tocaria sim, mas em outro lugar, em outro tempo.

Pensamos, então, que as atividades de POLH, para tocar a herança, seriam aquelas que provocariam evasão, criação, identidade e não somente a saudade de um ponto de referência de que se tem alguma lembrança. Sendo Língua de Herança, a herança precisa ser atingida pelo trabalho com a língua por meio de outras dimensões da linguagem, não só as linguísticas. Eis um grande desafio das perspectivas de POLH na Europa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sonia (Sonia M. C. P. Mugschl). **Escrita no Ensino Superior**: a singularidade em monografias, dissertações e teses. São Paulo: Paulistana, 2009.

_____. **A Língua e a Árvore**. São Luís, EDUFMA, 2017.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 3. Ed. São Paulo: Publifolha, 2010.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. Lisboa: Ed. 70, 1987.

_____. **O Óbvio e o Obtuso**: ensaios críticos III. (Trad. de Léa Novaes). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. São Paulo. Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. (Trad. introd. , notas e apênd.. de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo). 2. Ed. Coimbra: Armênio Amado. 1978 [1965].

FIORAVANTI, Carlos. **Ora, pois, uma língua bem brasileira**. Revista Pesquisa FAPESP. Abril, 2015.

GUIMARÃES, Eduardo. **A Língua Portuguesa no Brasil**. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-672520050002>. Acesso em: 18 mar. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro). 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006 [1992], 102 p.

HEATH, Andrea & ALMEIDA, Sonia. [Sonia M C P Mugschl]. **Palavras Herdadas**: sobre Português como Língua de Herança. São Luís: EDUFMA, 2017.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. (Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso). São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LACAN, Jacques. **O Seminário. Livro 11**. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. (Trad. de M. D. Magno). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **O Seminário, Livro 8**. A Transferência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MARTINET, André. **Elementos de Linguística Geral** (Trad. Jorge Morais Barbosa). São Paulo: Martins Fontes, 1978.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. **Introdução à estilística**. São Paulo: T.A. Queiroz, EDUSP, 1989.

ORLANDI, Eni Pulcinelli; SOUZA, Tânia Conceição Clemente de. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli. (org.). **Política linguística na América Latina**. Campinas: SP: Pontes, 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. (Trad. de

Eni Pulcinelli Orlandi et al.) 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

PERINI, Mário. **A gramática descritiva do português**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

PONTES, Eunice. **Tópico no Português do Brasil**. Campinas: Pontes, 1987.

PROGRAMA ESTADUAL DO ARTESANATO DO MARANHÃO. **Saberes e Sabores do Maranhão**. Coordenação técnica Eduardo Barros Neto - São Luís, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert (Orgs.), com a colaboração de RIEDILINGER, Albert. (Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidro Blikstein). São Paulo: Ed. Ática, 1980.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1986.

UMA BASE EM FALSO: PARA COMPREENDER AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS DO ARTIGO DE OPINIÃO

Soraya de Melo Barbosa Sousa¹

INTRODUÇÃO

Ena interação entre o leitor/ouvinte e o produtor/locutor de um enunciado/discurso que as subjetividades e as intencionalidades são estrategicamente construídas e co-construídas respectivamente no momento de sua produção e de sua recepção. Além disso, existem marcas enunciativas que podem ser identificadas como de responsabilidade do locutor ou apresentadas – em sua estratégia argumentativa – por outros enunciadores como forma de alcançar seu objetivo comunicacional sem, contudo, comprometer-se discursivamente nessa interação verbal. Este artigo sugere um olhar panorâmico sobre as diversas estratégias argumentativas que um texto pode provocar na construção de sentido seja no seu momento de produção seja no de sua interlocução.

O gênero textual/discursivo artigo de opinião já traz em sua gênese uma forte orientação argumentativa que possa driblar a distância temporal e espacial entre seus interlocutores. A partir

¹ Professora Assistente II da Universidade Estadual do Piauí Teresina e Professora Assistente II da Universidade Estadual do Maranhão Timon. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2007), Doutoranda em Linguística Aplicada, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos R.S.

desse pressuposto, analisou-se o artigo de opinião *Uma Base em falso* (XIMENES & CÁSSIO, 2017), buscando-se contemplar a articulação entre o seu plano textual e o discursivo, com base nos princípios da Análise Textual dos Discursos. Observaram-se os fatores ascendentes e descendentes que influíram na textualização, focando nas modalizações discursivas, atos do discurso, responsabilidade enunciativa e orientação argumentativa, bem como o fim discursivo como fator inerente a qualquer interação humana. A análise tomou como base teórica a Linguística Textual do Discurso (ADAM, 2011), as modalizações linguísticas (NASCIMENTO, 2009; 2010), a argumentação e a linguagem (KOCH 2003, 2016). Observou-se, assim, que o gênero artigo de opinião traz marcas linguísticas plantadas pelo locutor/enunciador que levam o seu interlocutor a uma orientação argumentativa que pode ou não ser alcançada se o interlocutor não se posicionar como coenunciador da/na rede discursiva.

PARA ENTENDER A NATUREZA DISCURSIVA DA LINGUAGEM

Em busca de uma unidade textual mínima, que possa servir de base para uma análise textual dos discursos, Adam (2011) apresenta o conceito de proposição-enunciado como forma de contemplar a natureza do produto de uma enunciação, acrescido da designação de uma microunidade sintático-semântica, garantindo o olhar para a enunciação como um ato situado, bem como para uma análise de textualização e de organização argumentativa. Assim, a base de uma proposição é formada por uma microunidade sintática (p) e uma microunidade de sentido (q) e compreende três dimensões complementares: a orientação argumentativa (ORarg) – responsável pela ligação entre os enunciados – a dimensão enunciativa (B) que é a representação construída verbalmente de um conteúdo referencial (A) cuja potencialidade argumentativa lhe confere uma força ou valor ilocucionário (F) mais ou menos identificável. Nesse caso, o ato de enunciação – visto como unidade de interação humana – prevê um enunciador e seu coenunciador que se engajam na construção de uma representação discursiva de mundo (Rd) e de sentido – uma espécie de microuniverso ou pequeno mundo –, através de textos,

objetos empíricos que se constituem de uma sequência linear de partes que formam uma estrutura composicional dada e de uma unidade configuracional de sentido semântico ou pragmático.

Para Grize (1990) todo discurso é representação de algo, uma proposição de imagens, cujo resultado visível é o texto. Dessa forma, propõe a noção de esquematização discursiva que consiste na representação verbal da realidade por parte do locutor de forma parcial, seletiva e estratégica que, por sua vez, vai ser reconstruída por seu interlocutor, tornando-se uma expressão discursiva de um sentido, ao mesmo tempo em que é uma solicitação para a construção de um sentido.

Todo texto é, portanto, objeto de um trabalho de construção e de reconstrução de sua estrutura em segmentos macroestruturais como títulos, entretítulos, divisão em partes; e segmentos textuais e linguísticos que podem ultrapassar os limites dos períodos e das sequências, na tentativa de compreender a ação de linguagem em sua função pragmática. Dessa forma, ao analisar um texto, inicia-se por questões pragmáticas tais como: “por que, para realizar qual objetivo, com que propósito argumentativo ele foi produzido” (ADAM, 2011).

Apesar de os textos apresentarem estruturas variadas, os planos de textos e sua relação com os gêneros discursivos, utilizados pelo locutor, são fundamentais para a sua organização global, favorecendo a construção de sentidos tanto na sua produção quanto na sua interpretação. Os gêneros de discurso, por sua vez, emergem das práticas discursivas institucionalizadas e determinadas pela história dos coenunciadores. O texto é, portanto, um objeto de tensão entre regularidades interdiscursivas de um gênero e as variações inerentes à atividade enunciativa de sujeitos engajados numa interação verbal sempre historicamente singular.

Por meio do texto, o locutor cria uma imagem, uma orientação para o interlocutor – discurso esquematizado em linguagem – pelo uso de metáforas, do léxico, de frases e de construções semânticas, entre outros recursos, e, de acordo com as exigências do gênero discursivo, apresenta uma segmentação, um plano de texto, a partir de critérios estabelecidos pela ação de linguagem e pelo propósito discursivo. Antes mesmo de o locutor produzir o discurso, ele já

sabe o fim que deseja alcançar. Nesse caso, busca estratégias e ações específicas – atos de discurso ligados entre si de uma forma hierárquica, num movimento textual ou estratégia discursiva – para alcançar esse fim discursivo, ou seja, o macroato do discurso. Esses são fatores ascendentes que influem na segmentação (níveis da análise do discurso).

Quanto aos fatores descendentes, que influem na textualização (níveis da análise textual), as proposições-enunciados são agrupadas e estabelecem entre si ligações que asseguram a continuidade textual num todo coeso e coerente, a partir de cinco grandes operações: as ligações do significado, ligações do significante, implicações, conexões e sequências de atos de discurso. Nesta análise, interessa um olhar para os conectores – expressões linguísticas que reagrupam os enunciados, além de certas conjunções de coordenação, algumas conjunções e locuções conjuntivas de subordinação e grupos nominais ou preposicionais.

Esses conectores são distribuídos em três tipos de marcadores de conexão: os conectores argumentativos propriamente ditos, os marcadores textuais e os marcadores de responsabilidade enunciativa. Além da função fundamental de estabelecer a conexão entre duas unidades semânticas, o que os diferencia é a indicação de responsabilidade enunciativa (PdV) e/ou orientação argumentativa (ORarg) discursiva. O seu emprego varia de acordo com o gênero de discurso e em função dos tipos de textualização. (ADAM, 2011, p. 180).

O interesse, nesta análise, é observar como os marcadores de responsabilidade enunciativa indicam que uma porção do texto (um enunciado) não é assumida pelo locutor do texto, mas mediada por uma voz ou PdV, localizando-se e diferenciando-se, assim, as fontes de diversos saberes que o texto veicula. Além de associar-se à função desses, os conectores argumentativos associam-se aos de orientação argumentativa dos enunciados, podendo reutilizar um conteúdo proposicional como um argumento; como uma conclusão, como contra argumentação, ou para reforçar ou sustentar uma inferência (ADAM, 2011). Na medida em que forem necessárias as identificações dos articuladores textuais para a compreensão das estratégias discursivo-argumentativas utilizadas pelos locutores do texto em

análise, será considerado o estudo feito por Koch sobre as funções dos articuladores textuais, bem como os operadores argumentativos propriamente ditos (KOCH, 2016).

O grau de responsabilidade enunciativa de uma proposição também é suscetível de ser marcado por um grande número de unidades da língua, a partir do que Benveniste chamava de aparelho formal de enunciação, tais como índice de pessoa, dêiticos espaciais e temporais, tempos verbais, as modalidades, os modalizadores de enunciação e os modalizadores de enunciado (ADAM, 2011, p. 115). O fenômeno da modalização é uma estratégia argumentativa que é utilizada pelo locutor responsável pelo discurso para apresentar um ponto de vista ou uma avaliação sobre o conteúdo de sua enunciação ou sobre a sua própria enunciação. (NASCIMENTO, 2010). Esse fenômeno tem sido visto por vários autores como uma estratégia inerente ao enunciado, podendo recair ora sobre o enunciado como um todo, ora sobre parte dele. (NASCIMENTO, 2009, p. 1371).

Ao recorrer às modalidades, o locutor estabelece a distância relativa em que deseja se colocar com relação ao enunciado que quer produzir, escolhendo estratégias que tracem um maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito, determinando o grau de tensão estabelecido entre os interlocutores. Além disso, ao deixar pistas para o seu interlocutor sobre suas intenções, e sobre os tipos de atos que deseja realizar, também incorpora ao seu discurso modalizações produzidas por outras vozes, oriundas de diferentes enunciadorees construindo, assim, um “retrato do evento histórico que é a produção do enunciado” (KOCH, 1987, p. 88).

Para a análise do artigo em tela, propõe-se identificar as modalizações utilizadas pelos locutores, classificando-as quanto a seu propósito argumentativo-discursivo. Assim, será utilizada a classificação que Nascimento (2010) emprega em suas pesquisas sobre a estrutura semântico-argumentativa de diferentes gêneros discursivos, de forma mais simplificada, sem os seus subtipos. A **modalização epistêmica** que expressa avaliação sobre o caráter de verdade do enunciado; a **modalização deôntica** que expressa avaliação sobre o caráter facultativo ou de obrigatoriedade do enunciado; e a **modalização avaliativa** que expressa avaliação ou ponto de vista

sobre o enunciado.

ANALISANDO ESTRATÊGIAS ARGUMENTATIVAS NO GÊNERO DISCURSIVO/TEXTUAL ARTIGO DE OPINIÃO

O texto em análise, apresenta-se como gênero discursivo artigo de opinião, pertencente ao domínio midiático/jornalístico, publicado no espaço ensaio@nexojornal.com.br do jornal eletrônico, cujo suporte é a rede de internet. Assumem a autoria Salomão Ximenes, doutor em Direito, professor da UFABC, autor do livro *Direito à qualidade na Educação Básica: teoria e crítica* e Fernando Cássio, doutor em Ciências (FísicoQuímica), professor da UFABC. Além dos locutores (há em algum momento a presença da 1ª pessoa do plural), há vários coenunciadores, ora explícitos no texto (MEC, BNCC, etc), ora passíveis de serem resgatados pelo processo da intertextualidade, que revelam vozes trazidas para a enunciação.

As condições de produção e de recepção dos enunciados abordam o tema da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em sua terceira versão, apresentada, após uma exaustiva consulta popular com base numa proposta preliminar, elaborada por 116 especialistas de 37 universidades de todas as regiões do país, gerando polêmicas sobre lacunas nas disciplinas de História e Literatura. O documento inicial de 300 páginas recebeu contribuições *online* e de audiências públicas, resultando em uma segunda versão de 676 páginas. Essa terceira versão *foi* reduzida para 396 páginas e deixa de contemplar o Ensino Médio, além de deixar transparecer aos que participaram da leitura da versão anterior que as considerações feitas com o objetivo de melhorar e mesmo de aprovar o que foi apresentado, não foram acatadas.

O artigo de opinião, ora em análise, tem como fim discursivo denunciar a implantação da BNCC como resultado de discussões ocorridas na produção da versão anterior, e criticar a mudança da base como resultado do olhar de um novo grupo governante, cuja reelaboração da proposta, em sua segunda versão discutida pelos setores especialistas e pela sociedade em geral, foi desconsiderada para

a versão final. A ação de linguagem visada pelo locutor é denunciar através dos Atos de discurso e da orientação argumentativa de que a Base Nacional Comum Curricular é uma “falsa base”, além de ser “parcial” por excluir o Ensino Médio do contexto das normativas comuns para a Educação Básica e sem a “legitimidade” que dê credibilidade a educadores e gestores. Os locutores apresentam, dessa forma, uma sequência de expressões ou modalidades subjetivas de caráter avaliativo, expressando um ponto de vista sobre o conteúdo do enunciado.

O plano de texto apresenta o título do artigo: *Uma base em falso*, e os intertítulos: *Direitos de Aprendizagem versus direitos à educação e BNCC e Participação Social*, traçando assim, uma divisão do texto em três partes que se complementam na orientação argumentativa dos locutores: **primeira parte** - a introdução - os enunciados de 2 a 12 - em que ocorre uma asserção/constativa sobre a proposição de falsidade da BNCC. Esse conjunto de enunciados se apresenta como um primeiro macroato do discurso em que os locutores apresentam argumentos que vão comprovar a verdade da proposição enunciada sobre a BNCC - modalização epistêmica.

A **segunda parte** traz a distinção entre direitos de aprendizagem e direito à educação - abrange os enunciados de 13 a 29 - para confirmar a falta de legitimidade e de engajamento das pessoas para a mudança proposta, e denunciar a retirada dos mecanismos de financiamento para a educação por parte do novo governo, além de asseverar que o documento traz um retrocesso sobre as propostas apresentadas na segunda versão, confirmando, assim, a asserção feita na introdução.

A **terceira parte** - do enunciado 30 a 42 - fala da tentativa de o governo em parceria com o setor empresariado passarem a ideia de que haja um pacto nacional pela educação quando, na verdade, há uma tentativa de fazer da educação um atrativo para o mercado de produtos educacionais. Desse modo, os locutores fecham o texto com a asserção/constativa de que a “padronização estrita” da base viabiliza a comoditização definitiva da educação pública.

Feita a apresentação dos fatores ascendentes que influem na textualização, em nível discursivo do gênero em análise, passa-se aos

fatores descendentes que influem na textualidade, no nível do texto, e a pontuar algumas marcas linguísticas utilizadas pelos locutores, em cada parte do texto, como elementos estratégicos importantes para a orientação argumentativa das proposições-enunciados, bem como para identificação da responsabilidade enunciativa das vozes ocorridas no texto.

No parágrafo introdutório do texto, apresenta-se uma síntese do que trata essa parte: “A Base Nacional Comum Curricular **nasce em falso**, parcial, sem condições institucionais de implementação e sem legitimidade capaz de lhe assegurar a adesão genuína de educadores e gestores”. Nesse caso, o Locutor 1 (L1) dá como verdade a proposição anunciada sobre a BNCC – modalização epistêmica – o que se configura como estratégia para produzir no interlocutor uma adesão de sua orientação argumentativa.

Ainda nessa primeira parte do texto, pode-se destacar uma delegação de voz em: “esse documento **propõe estabelecer** os objetivos de aprendizagem de cada ano da educação infantil e do ensino fundamental, passo significativo rumo à padronização dos currículos escolares”. Com esse enunciado L1 passa a responsabilidade de estabelecer os objetivos, ao documento, isentando-se do teor de verdade atribuído à proposição anunciada sobre a BNCC – modalização epistêmica. Mas também faz uma modalização subjetiva apreciativa em: “passo significativo”.

No parágrafo abaixo, o locutor continua atribuindo a responsabilidade enunciativa a outros:

(5) A conclusão dessa etapa **deve ser atribuída**, sobretudo, aos movimentos empresariais que incidem na educação pública, reunidos no Movimento pela Base Nacional Comum. (6) **Segundo o próprio movimento**, a BNCC servirá como **‘espinha dorsal’** para os direitos de aprendizagem de cada aluno, para a formação dos professores, os recursos didáticos e as avaliações externas. (7) **Embute**, portanto, um projeto de reforma da educação brasileira, assim como uma **concepção reducionista** que descaracteriza o direito à educação (XIMENES e CÁSSIO, 2017, grifo nosso).

O locutor utiliza a modalização deôntica, ao apresentar o conteúdo do enunciado como algo que, obrigatoriamente, irá ocorrer (*deve ser atribuída*), reforçando essa asserção com a expressão *sobretudo* que pode ser considerada um modalizador epistêmico asseverativo que denota uma relação discursivo-argumentativa conjuntiva. Nesse caso, há o que Nascimento (2010) denomina modalizador acentuador do caráter deôntico. O enunciado 6 refere-se anaforicamente ao movimento pela Base nacional Comum, dando-lhe voz (PdV1) à apreciação feita sobre a BNCC como “*espinha dorsal*” para a reforma da educação brasileira e apresenta seu ponto de vista (PdV2), avaliando essa afirmação de forma apreciativa negativa, através da expressão *concepção reducionista* e dos verbos *embutir e descaracterizar*. A utilização das aspas na expressão “*espinha dorsal*” são também indicadores de polifonia (conf. KOCH, 2003, p.65).

O enunciado 12 inicia com uma anáfora que Koch (2016) denomina de rótulo, cuja função, além de resumir informações que o antecedem, traz em si uma carga argumentativa, pois contém algum grau de subjetividade do locutor que busca uma expressão mais adequada ao seu projeto de dizer. Nesse caso, a expressão “*essas características*” retoma pontos que sofreram críticas imediatas à publicação do documento e que foram ajustados de “última hora” e, por conseguinte, o locutor usa um operador que contrapõe argumentos orientados para conclusão contrária, ou seja, as reformulações feitas, a toque de caixa na terceira versão, podem receber uma adesão maior dos interessados em educação, não são essenciais, segundo o PdV1 do locutor que reforça esse posicionamento, ao retomar, de forma parcial, uma estrutura sintática paralela ao enunciado 2 que abre o macroato de discurso da primeira parte do texto:

(8) Alguns pontos da proposta de BNCC ficaram evidentes e povoaram as avaliações e críticas imediatas. (9) O desenho do texto se dá em torno de dez competências gerais a serem alcançadas na educação básica. (10) De última hora, foram retirados os conceitos de gênero e de orientação sexual de uma das competências a serem promovidas nas escolas. (11) Contra a Meta 5 do PNE (Plano Nacional de Educação), propõe-se acelerar em um ano o processo de alfabetização.

(12) **Essas características**, contudo, não vão ao essencial: a BNCC nasce em falso, parcial, sem condições institucionais de implementação e sem legitimidade capaz de lhe assegurar a adesão genuína de educadores e gestores. (XIMENES e CÁSSIO, 2017, grifo nosso).

A segunda parte do texto consiste num rol de argumentos para comprovar esse macroato discursivo, e inicia com articuladores de organização textual que orientam a interpretação sinalizando, no caso do artigo, a ordem de argumentação:

(14) **Primeiro**, é evidente a contradição de se lançar uma BNCC parcial, que não responde sequer à educação básica, ao excluir o ensino médio, (15) quando a nova lei (n. 13.415, de 2017) que regula essa etapa caminha rumo à fragmentação da oferta em ‘itinerários formativos’ de viés francamente classista, que limitam os conteúdos comuns aos destinatários da educação profissional.

(16) **Segundo**, com a BNCC o MEC (Ministério da Educação) abandona o direito à educação em nome dos ‘direitos de aprendizagem’. (17) Isso fica evidente ao se analisar o conjunto da obra, (18) ou seja, o evidente abandono do PNE, de seus mecanismos de financiamento e qualificação das escolas, assim como da proposta de criação do SNE (Sistema Nacional de Educação). (19) Este daria consequência, no âmbito da educação, àquilo que muito vagamente chamamos ‘regime de colaboração’, e que vai muito além da elaboração de uma base curricular nacional (XIMENES e CÁSSIO, 2017, grifo nosso).

As aspas conferem aos enunciados a isenção do locutor em posicionar-se sobre o que eles significam – como proposta da versão final do documento – mas, de forma indireta, faz uma avaliação sobre o que essas vozes representam para a sociedade com a qual comunga (àquilo que muito vagamente **chamamos** “regime de colaboração”). A comprovação de seu posicionamento avaliativo ocorre pela iteração da expressão “é evidente”, “fica evidente”, “o evidente abandono”, chamando seu interlocutor a fazer essa constatação.

O parágrafo seguinte traz uma modalização avaliativa com um ato discursivo preditivo: (21) “Estes [os professores] **passam a ser** em substituição ao dever do Estado, os responsáveis primazes

pelo fracasso dos alunos, comprovado e repisado em sucessivas divulgações de avaliações externas”. O reforço a esse ato se dá pela recategorização de professores (responsáveis primazes) e pela asserção de que o conteúdo do enunciado é **comprovado e repisado** em avaliações sobre o desempenho escolar dos alunos.

Esse ato preditivo continua no parágrafo seguinte com a locução verbal (*passa a transitar*) introduzido por uma anáfora encapsuladora (*esse discurso*), seguido de expressões modalizadoras avaliativas como *fanatismo, destruição das bases, engavetamento do PNE*, para asseverar um ato constativo de que é a agenda perfeita:

(22) Ainda que esse discurso tenha prosperado nos governos petistas, de resto responsáveis pela consolidação do fanatismo das avaliações externas, é sob Temer que ele **passa a transitar** sem opositores no governo. (23) Em tempos de destruição das bases constitucionais de financiamento da educação, com a Emenda Constitucional n. 95/2016, e de engavetamento do PNE, a BNCC é a agenda perfeita (XIMENES e CÁSSIO, 2017, grifo nosso).

A progressão da avaliação por parte do locutor segue no parágrafo seguinte com uma polifonia discursiva:

(24) É verdade que a BNCC está presente na **Meta 7 do PNE**. (25) Ocorre que é substancialmente diferente tomar a BNCC como centro da agenda de reforma da educação básica, *em substituição às demandas por igualdade de condições, melhoria da infraestrutura das escolas, valorização significativa dos docentes e regulação estrita de sua formação inicial, apoio financeiro aos estudantes de baixa renda, etc.* (25) Há uma firme visão reacionária ao se lançar a BNCC em meio a um retumbante silêncio quanto ao Custo Aluno Qualidade (o CAQ), principal instrumento voltado à garantia de dignidade nas escolas de educação básica (XIMENES e CÁSSIO, 2017, grifo nosso).

Os termos em negrito apresentam vozes que o locutor traz da sociedade e dos seguimentos educacionais para avaliar os enunciados apresentados, bem como de forma não marcada, o enunciado 25 (em itálico) traz as vozes presentes na segunda versão do documento e que foram apagadas na versão final. Tudo para, em consonância com essas vozes e trazendo a adesão do seu interlocutor

para sua avaliação sobre o documento, apresentar os modalizadores apreciativos: *visão reacionária e retumbante silêncio*.

Um orientador argumentativo importante surge no penúltimo parágrafo da segunda parte do texto. O articulador de relação lógico-semântica de condicionalidade:

(26) **Se** em sua segunda versão a Base era proposta como um referencial importante do SNE, cuja função seria ‘promover a equidade, com qualidade, para toda a população do país’, (27) na nova versão a Base é apresentada como meio para ‘definir, mediante pactuação interfederativa, direitos e objetivos de aprendizagem essenciais a ser alcançados por todos os alunos da educação básica’ (XIMENES e CÁSSIO, 2017, grifo nosso).

Esse articulador apresenta, em forma de confronto, as duas vozes coletivas: a da segunda e a da terceira versão do documento para o encaminhamento da conclusão da segunda segmentação discursiva (macroato) sobre a relação conflitante entre aquela versão (direito à educação) e a versão final que propõe direitos de aprendizagem:

(28) **Aí se dá a ruptura mais radical entre o projeto político da nova BNCC e o da versão anterior:** de elemento articulador do SNE, a nova BNCC assume ela própria o papel regulador das relações federativas na educação. (29) Se somarmos a isso o retorno das ‘competências’ ao núcleo pedagógico do documento, outra ‘novidade’ da terceira versão, **temos uma sensação de déjàvu:** a reinauguração do projeto dos Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCN), do final dos anos 1990 (XIMENES e CÁSSIO, 2017, grifo nosso).

O locutor para conquistar a adesão do interlocutor utiliza-se de dois processos remissivos e catafóricos (em negrito) para dar responsabilidade enunciativa a outros enunciadores, numa perspectiva intertextual: as vozes das duas versões em questão e, em forma de retrocesso, as inúmeras vozes que povoaram os PCN. Além de questionar a responsabilidade enunciativa dada à segunda versão, através das aspas na expressão *novidade*.

A terceira segmentação discursiva (macroato) denuncia o engodo da participação democrática de todos os seguimentos

sociais para a construção de uma base nacional comum curricular que favoreça o direito à educação, a todos os cidadãos brasileiros, e ratifica a proposição inicial, resumida no título do artigo, de que “a base nasce em falso”. Os locutores iniciam o enunciado (microato) que abre essa segmentação com dois verbos modalizadores de caráter avaliativo: *se esforçam para convencer* e *defende*:

(31) Abraçado ao discurso da gestão anterior, o MEC e o campo empresarial que o apoia **se esforçam para convencer** a sociedade brasileira de que a BNCC foi construída democraticamente (32) e, mais do que isso, que não houve alterações no processo de construção da Base com a mudança de governo. (33) O MEC **defende** que a consulta pública à primeira versão, os seminários estaduais e os pareceres especializados são a garantia da participação de amplos setores da sociedade na elaboração do texto curricular (XIMENES e CÁSSIO, 2017, grifo nosso).

No enunciado 34, o locutor utiliza um articulador discursivo argumentativo contrajuntivo, seguido de uma enunciação cuja responsabilidade é dada à terceira versão do documento e de forma anafórica para apresentar o seu PdV quase asseverativo: “(34) **O caso é que** esses ‘amplos debates’ **se deram quase que exclusivamente** na seara dos conteúdos/objetivos de ensino/aprendizagem”. E contrapõe-se avaliativamente com o seguinte argumento:

(35) **Já sobre o ‘conteúdo’ político**, qualquer alegação de construção democrática da BNCC será um **monumental engodo**. (36) As desconfianças de antes – a **influência ‘por cima’** dos reformadores empresariais da educação, os problemas metodológicos na análise dos dados da consulta pública, **a falta de transparência** quanto aos critérios de incorporação (ou não) das sugestões – são de menor importância diante da **guinada política** do novo texto (XIMENES e CÁSSIO, 2017, grifo nosso).

Num processo anafórico encapsulador, o locutor continua responsabilizando-se pela enunciação discursiva do parágrafo seguinte, arrolando argumentos decisivos para a progressão textual e finalização do processo discursivo:

(38) Ao fazer **isso**, o Estado brasileiro **ignora** anos de discussões nas Conferências Nacionais de Educação, com suas etapas municipais, estaduais e nacionais e com vasta participação de setores educacionais e movimentos da sociedade organizada. (39) Uma longa história de participação democrática nas agendas educacionais brasileiras, que **desagouou** na elaboração do PNE e na proposição do SNE, foi simplesmente **solapada** (XIMENES e CÁSSIO, 2017, grifo nosso).

Com um operador argumentativo conclusivo e também avaliativo (**ao fim e ao cabo**), o locutor se posiciona ao comparar a base aprovada aos PCN, dando à primeira uma avaliação menos apreciativa que o segundo (**menos genérica e ‘obrigatória’**), e resgata a memória do interlocutor para asseverar que a legitimação da BNCC será forçada, confirmando esse macroato como constativo para o fim discursivo do texto: “uma base falsa, sem legitimação e adesão por parte dos educadores e gestores”:

(...) a adesão efetiva das redes públicas e privadas a essa Base passará, **tal como no texto dos anos 1990**, pelo desenvolvimento de instrumentos de avaliação e formação (treinamento) docente padronizados que forcem a legitimação da BNCC por parte dos currículos regionais (XIMENES e CÁSSIO, 2017, grifo nosso).

Finalmente, num novo processo encapsulador e de recategorização, a base aprovada é referida como **padronização estrita** pelo locutor, que assume o ato discursivo assertivo/constativo como de responsabilidade enunciativa sua para, de forma coerente, questionar a “**aprendizagem**” proposta pela BNCC, dando-lhe implicitamente, uma recategorização de bem de consumo, com a denúncia de comoditização definitiva da educação pública. Esse seria um novo objeto a ser discursivizado e portanto, um novo fim discursivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida no artigo de opinião sobre o tema da aprovação de uma base Nacional Comum Curricular para a

educação básica brasileira não esgotou a possibilidade de verificação de muitos elementos linguísticos e estruturais, aliados ao tom polêmico da discussão, para uma orientação argumentativa que possa levar o leitor a construir sua representação discursiva sobre o tema. O propósito era um olhar possível sobre esse pequeno universo discursivo como tentativa de compreender a importância que a leitura e a escrita têm em nossas interações sociais como práticas de linguagem significativas que estabelecem referências e representação do mundo e das relações humanas.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GRIZE, Jean-Blaise. *Lógica e linguagem*. Ophrys, 1990.

KOCH, Ingedore. *Escrever e argumentar*. São Paulo, 2016.

_____. Linguagem e argumentação. In: KOCH, I. *A interação pela linguagem*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. As modalidades do discurso. In: KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1987.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. *A modalização como estratégia argumentativa: da proposição ao texto*. ANAIS ABRALIN, 2009. p. 1371.

_____. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. *Fórum Linguístico*. V.7, n.1, jan-jun, 2010, p. 30-45.

XIMENES, Salomão; CÁSSIO, Fernando. *Uma Base em falso*, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio> . Acesso em: 01/06/2017, 22:19

DIÁLOGO DIÁRIO DE SEGURANÇA - DDS: ARGUMENTAÇÃO E GÊNERO

*Andréia Dellano Mendes Nunes¹
Marize Barros Rocha Aranha²*

INTRODUÇÃO

No decurso do século XIX, enquanto a Inglaterra avançava com a proteção dos trabalhadores nas indústrias têxteis, o Brasil ainda estava no processo de transição da manufatura para a maquinofatura, o que fez com que o surgimento da segurança do trabalho só ocorresse por volta de 1982. Diante da instituição da Segurança do Trabalho, decorrente dos dispositivos legais que entraram em vigor desde a Consolidação das leis do Trabalho (CLT) em 1943, destaca-se a Comissão interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho³ (CIPA) que no Brasil, nasceu em 10 de Novembro de 1944. E foi exatamente essa comissão que alavancou a implantação da Segurança do Trabalho no Brasil.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFMA -PGLetras.

² Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras - PGLetras - UFMA, e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino para a Educação Básica - PPGEEB - UFMA.

³ A CIPA tem sua origem no artigo 82 do Decreto-Lei 7.036 de 10 de novembro de 1944.

Entre as atividades desenvolvidas pela CIPA, encontra-se nas empresas o Diálogo Diário de Segurança (DDS), que se caracteriza por um diálogo - uma conversa realizada diariamente - a fim de alertar os colaboradores⁴ para a conduta correta no que concerne à segurança que deve ser mantida no desenvolvimento das ações laborais. Considerando a relevância desse documento (DDS) para a segurança do trabalho, e para as empresas que o praticam, apresentamos como problemática que características linguístico-textuais fazem do DDS um gênero discursivo?

Por conseguinte, objetivamos, nesta pesquisa, investigar as particularidades do DDS que o constituem como um gênero do discurso. Posto isso, temos como quadro teórico, a princípio, a literatura atinente aos dispositivos legais que versam sobre o Diálogo Diário de Segurança, assim como estudiosos como Aranha (2010) que, em sua tese de doutorado, contempla a construção de gêneros em suas investigações, análises e produções científicas, como também, e os postulados de Mikhail Bakhtin (2011) que tratam de Gêneros do Discurso.

As Normas Regulamentadoras⁵ (NR1 e NR9), preconizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil (2017), versam sobre a importância de algumas atitudes de segurança que devem ser tomadas pelos colaboradores de uma empresa, e constituem a base teórica da prática do Diálogo Diário de Segurança. Tais normas dizem, respectivamente, que:

⁴ Aqui, tomamos ‘colaborador’ em lugar de ‘trabalhador’, pois, é um termo que vem sendo usado pelas empresas, sobretudo a partir dos anos 1990, como sinônimo de funcionário ou empregado. **Ao contrário do funcionário, que é aquele que executa uma função, a palavra ‘colaborador’ possui uma dimensão mais participativa.** Os colaboradores de uma empresa são, portanto, aqueles que colaboram, ajudam, auxiliam. **(O QUE é um colaborador em uma empresa?** Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/colaborador/>>. Acesso em: 20 maio 2018).

⁵ As Normas Regulamentadoras (NRs) foram criadas a partir da lei N° 6.514 de 1977. A lei alterou o Capítulo V, do Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. As NRs foram aprovadas pela Portaria N° 3.214, em 08 de junho de 1978.

Cabe ao empregador:

c) Informar os trabalhadores;

I. os riscos profissionais que possam originar-se nos locais de trabalho;

II. os meios para prevenir e limitar tais riscos e as medidas adotadas pela empresa; (NR1).

Os empregadores deverão informar os trabalhadores de maneira apropriada e suficiente sobre os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho e sobre os meios disponíveis para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos. (NR9).

ACEPÇÕES SOBRE TEXTO

Para melhor compreender o Diálogo Diário de Segurança, enquanto um gênero específico, discorreremos sobre a origem dos estudos que tomam o texto como objeto de análise. Posto isso, procura-se situar a noção de texto no interior das variadas concepções teóricas para, enfim, desenvolver a noção de gêneros discursivos.

O texto já era preocupação de estudiosos clássicos do mundo romano, que estudavam a Oratória, a Filosofia e a Gramática, dentre eles, Cícero e Quintiliano. Ou seja, essa preocupação perdura desde a antiguidade. ARANHA (2010).

A ideia de *textus*, de Quintiliano, tem proximidade com *conjointure* do francês e *junctura* do latim (lugar em que duas partes se juntam), que em português origina *conjunctura* (união, ligação conjuntamente, ao mesmo tempo). O *textus* seria então uma reunião ou organização de elementos variados ou mesmo díspares transformado em um todo organizado. Quanto a *textum*, essa ideia tem proximidade com “a infinita contextura dos debates” dos *Essais* de Montaigne (ideia de composição aberta, não acabada). (ARANHA, 2010, p. 49).

Segundo Indursky (2006, p.37), Quintiliano já vislumbrava o duplo funcionamento constitutivo do texto, ou seja, o texto já era definido tanto pela sua unidade, quanto pela sua abertura. “Cabia à gramática determinar, a partir dos autores que formavam o Cânone

clássico, os usos da língua considerados legítimos, e cabia à retórica, atualizar, no discurso, aqueles usos, com o objetivo de convencer.”.

Tomando a realização do Diálogo Diário de Segurança, por meio da linguagem, e o percurso das teorias linguísticas e suas perspectivas sobre a língua, Koch (1997 *apud* ARANHA, 2010, p. 57) defende que o texto pode ser concebido como resultado parcial de nossa atividade comunicativa, abrangendo processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social.

Nessa direção, assume importância particular as questões de ordem sócio cognitiva, relacionadas à referenciação, inferenciação, conhecimento prévio, relação oralidade e escrita e sob a ótica bakhtiniana, o estudo dos gêneros textuais. Para Bakhtin, assim como para Saussure, a língua um fato social, a natureza da fala é social, diz ele. “A fala está indissoluvelmente ligada às condições de comunicação, que por sua vez estão sempre ligadas às estruturas sociais.” (BAKHTIN, 2003, p.14 *apud* ARANHA, 2010).

DA RETÓRICA CLÁSSICA À NOVA RETÓRICA

A questão da argumentação vem sendo tratada como objeto de estudo da Retórica desde a Antiguidade Grega. “O objeto da retórica antiga era, acima de tudo, a arte de falar em público de modo persuasivo; referia-se, pois, ao uso da linguagem falada, do discurso, perante uma multidão reunida em praça pública, com o intuito de obter a adesão desta a uma tese que se lhe apresentava” (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.6).

É por meio do discurso jurídico que se dá a sistematização da Retórica tendo em vista a questão da defesa da propriedade. Córax e Tísias são citados pela literatura ocidental como os primeiros representantes da retórica. Foram eles os responsáveis pela organização do primeiro “Tratado de Argumentação” que por meio de um método racional ditava as regras de como falar adequadamente diante de um tribunal.

A Retórica ou a arte de convencer e persuadir foi muito difundida pela sociedade grega, era utilizada como uma técnica que visava

convencer o ouvinte do discurso, valendo-se de determinadas regras. A princípio, os estudos sobre Retórica eram realizados por mestres itinerantes, que se intitulavam sofistas ou mestres da retórica, e que se julgavam com competência para ensinar essa arte. Posteriormente, a Retórica tornou-se disciplina obrigatória em instituições de ensino.

Enquanto arte retórica, Aristóteles admitia as seguintes etapas do processo argumentativo:

1ª) Invenção (heuresis, gr; Inventio, lat) – O discurso deveria ser inventariado pelo seu locutor, ou seja, ele teria que elaborar o que iria dizer a partir do sujeito, dos argumentos, dos lugares (a tópica, que constitui parte essencial da invenção), das técnicas de persuasão e de amplificação;

2ª) Disposição – (taxis, gr; dispositio, lat.) – Etapa de organização da invenção. O discurso deveria estar colocado em certa ordem: exórdio, narração, discussão, peroração, pois um discurso bem organizado estruturalmente já se constitui em um argumento positivo para o orador;

3ª) Elocução (lexis, gr; elocutio, lat). - É o trabalho com a linguagem. Nessa etapa, o discurso é erigido com palavras na frase, é organizado e adequado ao auditório, há a utilização dos ornamentos, das figuras retóricas, atualmente estudadas com base na ciência cognitiva.

4ª) Ação – (hypocrisis, gr; pronuntiatio ou actio, lat.) - Consiste a enunciação do discurso, a dicção do orador, o uso do ritmo, da entoação e da prosódia. Assim como a elocução, a ação também está ligada ao terreno da emoção, haja vista que ambas buscam a adequação ao auditório.

5ª) memória (memé, gr; memoria, lat). Trata da memorização do discurso. Dominar o funcionamento da memória, tanto para guardar o conteúdo como para raciocinar parece ser, desde então, essencial, principalmente, para se encontrar saídas para as situações imprevistas, uma das exigências do mercado de trabalho na atualidade.

A partir dessa estruturação do sistema retórico, os gêneros foram classificados de acordo com o objetivo a que se propunham, são eles: **o deliberativo** buscava persuadir ou dissuadir em relação a

algo a fazer, visando sempre ao futuro. Era utilizado, principalmente, em assembleias e em discursos políticos, e se valia da indução ou do raciocínio por analogia; **o judiciário** buscava acusar ou defender em relação a atos mostrados como justos ou injustos, a concepção dominante, neste discurso era o entimema, visava, desta feita, ao passado e; **o epidíctico/epidéitico** buscava louvar ou condenar pessoas ou atos contemporâneos, visando ao presente, também conhecido como discurso de ocasião ou de circunstância, valia-se de figuras como a metáfora, a hipérbole e a repetição.

Foi com Chaim Perelman, nas primeiras décadas dos anos 60, do século passado, que A Nova Retórica retoma e revigora a antiga retórica. Perelman não desconsiderou as bases da retórica aristotélica, todavia acrescentou à sua teoria argumentativa avanços para que determinadas disciplinas, como a Linguística, se desenvolvessem. Devido ao predomínio da razão e do raciocínio oriundos de Descartes, nos últimos três séculos, a cultura ocidental afasta-se da tradição retórica grega e “O estudo dos meios de prova utilizados para obter a adesão foi completamente negligenciado (...) pelos lógicos e teóricos do conhecimento.” (PERELMAN, 1988, p. 1).

O raciocínio cartesiano preocupava-se com o certo, o evidente, o óbvio, enquanto que a retórica não tratava de questões que podiam ser resolvidas pela experiência ou pela dedução lógica, ela tinha sempre que partir de uma tese sustentada por argumentos convincentes. Somente na segunda metade do século XX, no pós-guerra, após um longo período de considerável desprestígio da Retórica nos moldes da antiguidade, devido à importância dada aos estudos sobre filosofia da linguagem e às ciências que se configuravam a essa época, como a Linguística, a Semiótica, a Pragmática e a Análise do Discurso, é que a Retórica passa a ser considerada como objeto de estudo, seja na perspectiva formal ou na perspectiva de instrumento de persuasão.

Essa segunda perspectiva é a que interessa para o desenvolvimento deste objeto de estudo, porque se situa em uma perspectiva dialógica que se propõe a repensar a atividade argumentativa na qual o diálogo é o pano de fundo da enunciação. E para tanto, tomaremos por base a obra do filósofo Chaim Perelman, em especial, - *Traité de l'argumentation*,⁴³ - escrito em parceria com Lucie Olbrechts-

Tyteca, que rompe com a concepção cartesiano-positivista e retoma a noção de “acordo” para, deste modo, revitalizar os estudos sobre argumentatividade.

O estudo da argumentação, segundo Perelman & Olbrechts-Tyteca, (2005, P.4), “(...) é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que são apresentadas ao seu assentimento”; não é, portanto, apresentar atos, tampouco provar a verdade, mas apenas persuadir. Essa visão teórica da argumentação, não apenas retoma, mas modifica a concepção de retórica dos gregos e dos romanos, entendida como a arte de falar de modo a persuadir e convencer. (PERELMAN, 1987).

Do ponto de vista de Perelman & Olbrechts-Tyteca, o matiz entre os termos convencer e persuadir é sempre impreciso, e na prática deve continuar assim. Segundo Abreu (2006, p.25), “Convencer é saber gerenciar informação, é falar a razão do outro, demonstrando, provando (...) Persuadir é saber gerenciar relação, é falar a emoção do outro.” Aristóteles já havia afirmado que há na persuasão um quê de subjetividade, de paixão e emoção, e não apenas razão como imaginava a dialética. Segundo Perelman, qualquer argumentação deve provocar uma escolha que desencadeará uma ação, ou, no mínimo, uma forte aptidão à ação.

Desse modo, deve atender a algumas condições que determinam o processo argumentativo, sem, todavia, perder de vista os efeitos desse processo. Uma das estratégias do processo argumentativo, diz respeito a composição, estruturação e regularidades, intencionadas por quem escreve, ou seja o propósito comunicativo de quem escreve ou fala. Por conseguinte, além de reflexões acerca da língua como fato social, no caso do Diálogo Diário de Segurança, a fala. É necessário tomarmos como base teórica os preceitos relativos aos gêneros do discurso em Bakhtin e como estes se dão, o que dará ou não sustentação para, aos nossos questionamentos quanto aos enunciados proferidos pelo profissional da Segurança do Trabalho⁶ constituírem um gênero específico.

⁶ No presente trabalho, consideramos profissional da Segurança do Trabalho que profere o Diálogo Diário de Segurança: o Técnico em Segurança do Trabalho.

BAKHTIN E OS GÊNEROS DO DISCURSO

A expressão “gênero” esteve presente na tradição ocidental, ligada à noção de gêneros literários, e vinculava-se à tradição da Antiguidade greco-latina. Ela inicia-se com Platão, e vai se fixar com Aristóteles, passando pelo domínio de Horácio e Quintiliano, pela Idade Média, Renascimento e pela Modernidade até o século XX. (BAKHTIN, 2003). *apud* ARANHA, 2010, p. 53).

Conforme Aranha (2010, p. 53):

Apesar de se ter constituído no Campo da Poética e da Retórica, tal como formuladas por Aristóteles, é na literatura que se vai demarcar o rigor da classificação aristotélica. Aristóteles criou três categorias de gêneros textuais que se foram subdividindo e expandindo-se. Após essa expansão houve uma grande discussão sobre o que era ou não gênero textual.

Platão apresentou uma classificação binária de gêneros. A epopeia e a tragédia, por exemplo, pertenciam ao gênero sério; a comédia e a sátira pertenciam ao gênero burlesco. Essa sua primeira classificação pertence aos domínios de obras representativas de juízos de valor e vai sofrer mudanças em sua obra “A República”, em que ele elaborou a tríade advinda das relações entre realidade e representação.

Assim, a tragédia e a comédia irão pertencer ao gênero mimético ou dramático; o ditirambo, o nomo e a poesia lírica irão pertencer ao gênero expositivo ou narrativo; e a epopeia irá pertencer ao gênero misto. Essa segunda classificação irá constituir a base para a Poética de Aristóteles, em que a tragédia se apresenta como paradigma para o que ele irá chamar de poesia. (MACHADO, 2007).

Segundo Bakhtin (2003) *apud* Aranha (2010, p. 53), “[...] a linguagem, nas suas mais diversas situações de uso e em qualquer camada social, possui um tipo de gênero próprio para se adequar a uma determinada situação e atingir um objetivo”. Os gêneros são considerados pelo autor como “formas relativamente estáveis de enunciados”, construídos por cada esfera social de utilização, de acordo com suas condições específicas e suas finalidades.

Assim, Bakhtin (2003) salienta a necessidade de agrupar os gêneros do discurso em:

a) **gêneros primários (simples)** – aqueles que estão ligados às relações cotidianas do falante (conversa face a face, linguagem familiar, cotidiana etc.);

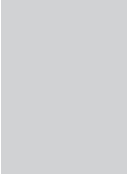
b) **gêneros secundários (complexos)** – aqueles mais complexos (discurso científico, teatro, romance, dramas, grandes gêneros publicísticos? etc.), referem-se às esferas de interação social, melhor elaboradas.

Partindo dessa classificação apresentada por Bakhtin, começamos a refletir sobre ser ou não o Diálogo Diário de Segurança um gênero do discurso, e como no processo de sua formação, em consenso com Bakhtin, percebemos traços de reelaboração e incorporação de gêneros primários que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata, pois, o próprio nome nos remete a diálogo, conversa.

Diálogo Diário de Segurança: que gênero é esse?

Destacamos, nesse momento, que ainda não há respostas concretas para nossa pergunta e que nossa proposta é traçar caminhos que nos levem a elas. Diante do percurso teórico traçado, lançamos agora o olhar ao nosso objeto de análise, o Diálogo Diário de Segurança, e o quanto as teorias promovem encontros e desencontros.

O primeiro ponto a ser traçado aqui é do que se trata o Diálogo Diário de Segurança e quais suas bases de origem. Não existe uma Norma Regulamentadora que trate sobre a obrigatoriedade do DDS, mas de como o empregador deve instruir os colaboradores da empresa, como já tratado anteriormente. O DDS tem como foco principal a realização de conversações de segurança nas áreas operacionais, possibilitando melhor integração e o estabelecimento de um canal de comunicação ágil, transparente e sincero entre Chefias e Subordinados. Deve ser utilizado diariamente, antes do início da jornada de trabalho, com duração de 05 (cinco) a 10 (dez) minutos e com leitura dos temas ou outros relativos à Segurança e Saúde no Trabalho.



Um dos primeiros indícios que nos levam a pensar no Diálogo Diário de Segurança, como sendo gênero discursivo, segundo Bakhtin (2011), é a concepção de linguagem, em suas mais diversas situações de uso, e em qualquer camada social, que possui um tipo de gênero próprio para se adequar a uma determinada situação comunicativa, e atingir um objetivo específico.

Deste modo, os gêneros são considerados pelo autor como “formas relativamente estáveis de enunciados”, construídos por cada esfera social de utilização, de acordo com suas condições específicas e suas finalidades. Seguindo na mesma direção também consideramos importante a realização do Diálogo Diário de Segurança. Partindo do pressuposto de que as temáticas abordadas no DDS sejam advindas das Normas Regulamentadoras, este é oralizado e que conforme Aranha (2010, p. 60):

Em uma sociedade, não pode existir comunicação sem oralidade, ainda que essa sociedade dê demasiado valor à escrita. A comunicação entre os indivíduos exige mais que vozes, exige uma correlação de gestos e expressões corporais, entonações, movimentos faciais, timbre das vozes, marcados pelas inspirações e paixões individuais de cada falante. Somente por meio da oralidade, da conversação, é que se pode organizar a família, a rua, a pesquisa e o trabalho.

Pois, “os gêneros, em sua dinamicidade, situacionalidade, historicidade e plasticidade não devem ser classificados como formas plurais ou catalogados rigidamente” (ARANHA, 2010, p. 55). Para Bakhtin (2011, p. 285),

Quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso.

Aqui consideramos como enunciador o Técnico em Segurança do Trabalho, daí as escolhas particulares traçadas pela individualidade

desse profissional que devem ser analisadas e consideradas sob essa ótica. Para Bakhtin (2003) *apud* Aranha (2010, p. 56), em todos os variados campos da atividade humana, a utilização da língua realiza-se em formas de enunciados orais ou escritos, concretos e únicos. Para ele, a enunciação é um produto da relação social e todo enunciado, embora particular e individual, acha-se inserido em um gênero do discurso.

Ainda, segundo Bakhtin (2003, p. 268),

Onde há estilo, há gênero.” O estilo se encontra indissoluvelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, em outras palavras, aos gêneros do discurso. Essa ligação do estilo com o gênero aparece claramente na questão dos estilos de linguagem que são estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. Em cada uma dessas esferas são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de determinada esfera, e a esses gêneros correspondem determinados estilos, isto é, dependendo da função e das condições de comunicação discursiva, particulares a cada esfera, é que os gêneros são concebidos. Nesse sentido, a atividade da linguagem é considerada como o lugar e o meio das ações humanas sócio-historicamente situadas. Os gêneros textuais surgem como enunciados orais ou escritos com determinados propósitos comunicativos e com função sócio comunicativa no seio de uma sociedade.

Nessa perspectiva, entende-se que os gêneros do discurso são assimilados mentalmente pelos constituintes de uma determinada comunidade ao longo de suas vidas, ou seja, os gêneros discursivos são modelos/padrões comunicativos socialmente utilizados em situação concreta.

Diante dessa compreensão de gêneros do discurso, podemos considerar que o Diálogo Diário de Segurança pode vir a ser mais um dos muitos gêneros que circulam em determinadas esferas em condições específicas, pois Segundo Marcuschi (2003, p. 29), os gêneros são “(...) fenômenos sócio históricos e culturalmente sensíveis, não há como fazer uma lista fechada de todos os gêneros”. Portanto são resultado da união de vários outros gêneros, e estão sempre em processo de nascimento. Para Aranha (2010, p. 57):

Em outras palavras, os gêneros apresentam uma diversidade infinita que vai sendo transformada e ampliada à proporção que a própria esfera social se desenvolve e fica mais complexa, dando origem a gêneros que estão sempre se intercalando e se permutando e, assim, são formados outros gêneros em função de propósitos comunicativos.

Muitos gêneros encontrados hoje são adaptações de outros gêneros pré-existentes. Para Bakhtin, pode ocorrer uma transmutação dos gêneros ou uma assimilação de um gênero por outro gerando novos gêneros. Para Todorov (1980 *apud* ARANHA, 2010, p. 57), um novo gênero é sempre a transformação por inversão, por deslocamento ou por combinação de um ou de vários gêneros antigos.

Partindo da classificação de gêneros em Bakhtin, (Primários e secundários), é importante saber em que grupo o Diário Diálogo de Segurança se enquadra, visto que sua maior aplicabilidade está no ramo da oralidade. Para Aranha (2010, p. 59):

Em uma sociedade, não pode existir comunicação sem oralidade, ainda que essa sociedade dê demasiado valor à escrita. A comunicação entre os indivíduos exige mais que vozes, exige uma correlação de gestos e expressões corporais, entonações, movimentos faciais, timbre das vozes, marcados pelas inspirações e paixões individuais de cada falante.

Bakhtin (2011) aponta que as mudanças históricas dos estilos de linguagem estão associadas às mudanças dos gêneros do discurso; sejam eles primários ou secundários, refletem de modo imediato, preciso e flexível todas as mudanças que ocorrem na vida social.

Quanto ao Diálogo Diário de Segurança é possível perceber claramente as transformações às quais Todorov se refere, pois é perceptível uma nítida transformação ou passagem dos diálogos e conversas, proferidos nas empresas em situações em que o colaborador é chamado a tomar atitudes que não prejudiquem a integridade física ou mesmo à postura relativa a outras situações cotidianas de trabalho.

Há gêneros que já desapareceram, como o telex, outros que estão desaparecendo, como o telegrama, outros que surgiram

recentemente, como o e-mail e outros que, apesar de existirem há certo tempo, nunca receberam uma denominação específica, como é o caso desse que se faz objeto de estudo desta pesquisa – o Diálogo Diário de Segurança. No mundo corporativo, não diferente de outros lugares, o homem toma a palavra e acredita que nela encontrou relação garantida para as coisas. Para Aranha (2010, p. 60):

Os nomes seriam quase etiquetas para cada coisa. Mas dizer sobre algo é, na maioria das vezes, querer dizer mais do que a coisa é em si, porque, na interação com o ser de linguagem, os enunciados são sempre impregnados de outros sentidos, de outros valores e de outras vozes.

Nesse sentido, é mister tomarmos o pensamento de Bakhtin sobre a possibilidade do dialogismo na realização do Diálogo Diário de Segurança. Dois conceitos são importantes, segundo Bakhtin, para se apreender os processos linguísticos, é mister o entendimento do conceito de enunciação, conceito considerado imprescindível, pois é na forma de enunciações individuais e concretas que a linguagem se realiza e constitui o discurso, como atividade social. A enunciação conduz a diferentes enunciados e é o produto da interação social; logo, “(...) enuncia-se sempre para alguém de um determinado lugar ou de uma determinada posição sócio histórica.” (BAKHTIN, 1995, p. 38 *apud* ARANHA, 2010, 60-61).

Toda enunciação possui natureza dialógica e propõe uma reação, pois toda palavra procede de alguém e se dirige para alguém, servindo assim de expressão de um em relação ao outro. Desse modo, não só o interlocutor participa na enunciação, mas também todas as vozes sociais que antecedem o ato de fala.

A prática do Diálogo Diário de Segurança, por se caracterizar como conversações de segurança nas áreas operacionais, possibilitando melhor integração além de o estabelecimento de um canal de comunicação ágil, transparente e sincero entre Chefias e Subordinados, não há como não considerar que a noção de gênero perpassa esta prática comunicativa - DDS.

OS CAMINHOS PERCORRIDOS

Como dissemos a princípio, ainda há muito a questionar e muito mais a responder. Nosso *locus* inicial de pesquisa foi uma escola de educação profissional localizada na cidade de São Luís, Maranhão, que atua na educação profissional e na consultoria de outras empresas no ramo de alimentos, construção civil e metal mecânica.

Nessa escola existem turmas de curso de Técnico em Segurança do Trabalho, e o corpo de docentes e consultores é constituído de profissionais da área (técnicos em segurança do trabalho, engenheiros de segurança do trabalho, gestores de segurança do trabalho). Por ser uma instituição da educação profissional, a prática do DDS é recorrente e de responsabilidade dos alunos das turmas de Técnico em Segurança do Trabalho que, junto aos professores, também, realizam visitas técnicas às empresas conveniadas.

Temos investigado como os diálogos que enfocam a tomada de atitude segura por parte do colaborador são mantidos desde a Revolução Industrial para que, assim, possamos traçar paralelo em relação ao que se pratica hoje.

Como resultados parciais, fica constatado que muitas características do Diálogo de Segurança do Trabalho atendem ao que é preconizado por Mikhail Bakhtin sobre gêneros do discurso, o dialogismo, o estilo, conteúdo temático, construção composicional, ainda que haja muito o que investigar.

Mas, deixamos aqui a nossa contribuição inicial de uma longa caminhada a percorrer.

REFERÊNCIAS

ABREU, ANTONIO SUÁREZ . **A arte de argumentar**: gerenciando razão e moção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

ARANHA, Marize Barros Rocha. *Do Pregoeiro ao Camelô*: a construção dos gêneros pregão tradicional e pregão pós-Moderno. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade

Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP, 2010.

BAKHTIN, M. M. *Os gêneros do discurso*. In: *Estética da Criação Verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Estética da criação verbal*. 6ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Segurança e Medicina do Trabalho*. 78. ed. Atlas, 2017.

COMO surgiu a segurança do Trabalho no Brasil? Disponível em: < <http://blog.inbep.com.br/como-surgiu-seguranca-trabalho-no-brasil/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

INDURSKY, F. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In:

ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs). *Discurso e Textualidade*,

Campinas. São Paulo: Pontes, 2006.

MACHADO, I. Gêneros Discursivos. In: BRAID, B. (Org). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p.151-166.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividade de retextualização*. 4. ed., São Paulo: Cortez, 2003.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, p.165-218, 2005.

REFERENCIAÇÃO E IDENTIDADE: A REPRESENTAÇÃO DO UNIVERSO FEMININO EM ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS

*Keila de Jesus Ribeiro Araujo¹
Maria da Graça dos Santos Faria²*

INTRODUÇÃO

Os discursos são frutos da interação entre os seres humanos, construídos nos diversos contextos socioculturais e dependem da intenção do locutor/interlocutor no querer dizer. Na sociedade, os discursos são materializados por diferentes textos, entre os quais está o publicitário que utiliza a estratégia argumentativa na divulgação de seus produtos com o objetivo de convencer os consumidores a adquiri-los.

No universo argumentativo do anúncio publicitário, há também a referenciação, atividade dinâmica que constrói os objetos do discurso por meio dos processos referenciais: introdução referencial, anáforas e dêixis construídos pelos interlocutores durante o momento da interatividade. Nesse sentido, a referenciação possibilita a categorização e (re) categorização dos objetos de discurso (referentes) por meio da negociação realizada entre seus interlocutores.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras - PGLetras da UFMA.

² Professora Associada do DELER e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras - PGLetras da UFMA.

A atividade discursiva de construção de referentes, além de estabelecer uma relação com o texto publicitário, apresenta pontos em comum com a construção de identidade que também representa o real, negociada e construída no contexto sociocultural de acordo com as diferentes posições que o sujeito deseja ocupar.

Tendo em vista todos esses aspectos, nesse trabalho, demonstraremos, por meio da análise de propagandas de produtos de limpeza das marcas Urca e Bombril, de que forma a referenciação é utilizada no texto publicitário, e de que maneira esse artifício linguístico contribui para a formação das representações relacionadas à identidade feminina.

Para tal, utilizaremos as contribuições de Sandman (2007) referente ao anúncio publicitário, as de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) a respeito da referenciação e, os estudos de identidade realizados por Hall (2006), Bauman (2005) e Silva (2000).

Na análise, aplicaremos o método explicativo, ou seja, identificaremos os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos e explicaremos a razão e o porquê deles. (GIL, 2008).

REFERENCIAÇÃO E OS PROCESSOS REFERENCIAIS

A referenciação é o processo de construção das entidades discursivas (referentes/objetos do discurso). Este fenômeno aparece nos estudos da Linguística Textual a partir de 1994/1995 com os estudos de Apothelóz e Mondada. Antes desse momento, a referência, postulada por Halliday e Hasan (1980) estava ligada apenas à retomada de elementos no texto. Porém

(...) com o avançar dos estudos, viu-se que a questão da referência não poderia se limitar ao tratamento da informação no texto. A tendência de compreender o texto e a coerência como instâncias bastante dinâmicas também teve impactos na maneira como se compreende a referência, já que processos cognitivos altamente complexos e multifacetados apresentam funções e relações múltiplas. Daí se passou a falar em referenciação – proposta que salienta o caráter altamente dinâmico do processo de construção

dos referentes em um texto. ((CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO e BRITO, 2014, p. 27).

No processo de referenciação, os referentes são construídos de acordo com a necessidade dos interlocutores nos eventos comunicativos. A composição – categorização e recategorização - dos objetos de discursos - é realizada por meio das expressões referenciais que possuem um grande potencial argumentativo.

Isso ocorre porque, para a construção de referentes, “opera-se uma seleção entre propriedades passíveis de serem atribuídas a um referente, daquela (s) que, em dada situação discursiva, é (são) relevantes para o locutor, tendo em vista a viabilização do seu projeto de dizer”. Koch (2001, p. 76). A autora ainda explica que

(...) a função das expressões referenciais não é apenas a de referir. Pelo contrário, como multifuncionais que são, elas contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente, recategorizando os objetos presentes na memória discursiva. (KOCH, 2001, p. 87).

Nesse sentido, é importante dizer que a construção e reconstrução de referentes é realizada a partir de três princípios básicos: “(...) instabilidade do real, negociação dos interlocutores e a natureza sociocognitiva da referência”. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO e BRITO, 2014, p.27).

Isso significa dizer que os objetos do discurso (referentes) são elaborados de acordo com a realidade, por meio da negociação que se estabelece entre os participantes da interação, à medida que o discurso é construído nos diversos contextos sociais e, ainda, mediante às operações mentais e experiências sociais que ajudam na construção de sentidos do texto, elementos indissociáveis nesse processo.

O trabalho de construção dos referentes é uma atividade partilhada, intersubjetiva. Não se trata de construir versões da realidade ao bel-prazer do locutor, mas, sim, de submeter a versão à aceitação de outros participantes da interlocução (...) já

que a ação de referir é social. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p. 38).

Esses processos de elaboração e (re) elaboração dos objetos de discurso, mediante à negociação dos interlocutores, são conhecidos como processos referenciais e são classificados por Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) em três categorias: introdução referencial, anáforas (direto/indireto/ encapsuladores) e dêixis.

A introdução referencial é o processo referencial responsável em apresentar o objeto de discurso pela primeira vez na produção textual. Essa estreia pode ser realizada por meio da linguagem verbal e não verbal. Entretanto, é importante ressaltar que a forma de acesso ao referente dependerá do sujeito. Isso porque

(...) o sentido total dos textos com imagens nem sempre se efetiva, pois faltam, muitas vezes, saberes anteriores, contextos comunicativos necessários para a interação entre os interlocutores por meio dos textos. Não podemos precisar, portanto, quais referentes serão realmente ativados, uma vez que cada leitor constrói, com base em seus conhecimentos, os sentidos estrategicamente elaborados pelos enunciadores. (SILVA, 2013, p. 107).

Sendo assim, podemos dizer que o processo de introdução referencial pode contribuir - quer por recursos visuais, quer pela linguagem verbal - para estabelecer o sentido no texto, a partir da ativação do conhecimento sociocultural do próprio interlocutor. Além dessas funções, a introdução referencial serve para “orientar, argumentativamente, a cadeia referencial a ser construída ao longo do texto, lançando um direcionamento opinativo”. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p. 60-61).

Outro processo referencial, apresentado por Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), são **as anáforas** que se classificam em: anáforas diretas, indiretas e encapsuladoras. **As anáforas diretas** são aquelas que retomam um elemento já introduzido no texto. Segundo Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), essas retomadas podem ocorrer por meio de algumas estruturas linguísticas: pronomes substantivos, sintagmas nominais diferentes, sintagmas

adverbiais, etc. Para esses autores, os fenômenos anafóricos atuam na recategorização dos referentes/objetos de discurso.

As anáforas indiretas são assim denominadas por não retomarem o mesmo objeto do discurso. Aparentemente elas introduzem uma “nova” entidade já expressa no contexto ou “pistas contextuais de qualquer espécie, que permitem ao coenunciador inferir essa entidade”. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p. 68).

As anáforas encapsuladoras possuem semelhança com as indiretas, por aparecerem no contexto como uma expressão nova, porém, apresentam um traço primordial que é a capacidade de resumir porções contextuais, ou seja, “O conteúdo de parte do cotexto somado a outros dados de conhecimentos compartilhados”. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p. 78). Assim

Por retomarem um referente não expresso, mas sim esparsamente difundido no contexto, e, em seguida, nomearem tal referente implícito, as anáforas encapsuladoras exercem funções argumentativas decisivas para o projeto de dizer de cada enunciador, no momento em que busca o melhor modo de designar, sintetizar parafraseando um posto de vista (e, conseqüentemente, rebatendo outros, ditos ou não). (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p. 80).

Além da introdução referencial e das anáforas, outro processo relacionado à construção do objeto de discurso é a dêixis, que revela a relação do falante com discurso e com o contexto de produção.

Os dêiticos são expressões referenciais que apresentam como características principais a referencialidade e a natureza ostensiva (o traço relacionado à questão gramatical) “acrescida de uma avaliação do contraste de proximidade/distância em relação ao ponto zero do campo dêitico”. (CAVALCANTE 2009, p. 99 *Apud* CIULLA E MARTINS, 2017, p. 82).

Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) apontam seis tipos de dêixis: a pessoal, espacial, social, textual e de memória. A pessoal está relacionada às expressões que se referem às pessoas que participam do ato comunicativo (locutor e interlocutor). Pertencem

a esse grupo “(...) os pronomes de primeira e segunda pessoa, com os possessivos que lhes são correspondentes e até com alguma forma nominal empregada com este fim”. (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014, p. 32).

O segundo tipo de dêixis, a espacial, indica se o locutor está próximo ou distante de determinado referente. Esse tipo de expressão aponta “ (...) os espaços em determinada situação enunciativa, a partir da localização do locutor”. (CIULLA E MARTINS, 2017, p. 83). Já a dêixis social remete diretamente aos interlocutores, revelando o grau e o nível de relacionamento entre eles. Em outras palavras

Os dêiticos sociais são como que uma particularização dos dêiticos pessoais. Distinguem-se destes por revelarem os relacionamentos sociais por parte dos participantes da conversação, que determinam, por exemplo, a escolha dos níveis discursivos honoríficos ou polidos, ou íntimos ou insultantes. (FILMORE, 1971, p. 39 *Apud* CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2017, p. 88).

O quarto e quinto tipo de dêixis são a textual e a temporal. A textual permite a organização do espaço do texto e facilita a orientação do receptor dentro dele, e a temporal dá indício ao coenunciador da necessidade que este tem de buscar um determinado objeto no conhecimento compartilhado pelos participantes da comunicação (CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO E BRITO, 2014).

Por último temos a dêixis de memória, que dá indício ao coenunciador da necessidade que este tem de buscar um determinado objeto no conhecimento compartilhado pelos participantes da comunicação. (CAVALCANTE, FILHO e BRITO 2014, p. 87 - 91).

Ainda podemos dizer que os processos referenciais até aqui apresentados contribuem para a construção de objetos do discurso no âmbito das atividades discursivas - inclusive aquelas encontradas na publicidade, foco deste trabalho, e colaboram para a construção de identidades que, assim como os referentes, são também uma representação do real, passíveis a mudança, ou seja, fluídas e construídas por negociação.

IDENTIDADE: UMA BREVE ANOTAÇÃO

Assim como o referente, a identidade também é constituída por meios das interações cotidianas e pelas práticas discursivas que os atores sociais estabelecem entre si. Os estudos sobre esse tema não são recentes e podem ser encontradas em diversas áreas como a Antropologia, Psicologia, História e das Ciências Sociais.

No campo das Ciências Sociais, temos os Estudos Culturais que surgem nos Estados Unidos a partir dos anos de 1950, e que têm como principal representante o pesquisador Stuart Hall que, entre outros assuntos, discute o deslocamento ou fragmentação das identidades na modernidade tardia/pós-modernidade.

Para o autor, “um tipo de mudança estrutural está (...) fragmentando as paisagens culturais de classe, de gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado, nos tinham fornecido solidadas localizações como indivíduos sociais”. HALL, 2006, p. 9).

Essas transformações afetam também a identidade pessoal e contribuem para a fragmentação do sujeito, anteriormente visto como completo/integral, ou seja, o sujeito que antes possuía uma identidade unificada e estável, agora, na pós-modernidade, é composto não só de uma, mas de várias identidades.

Nesse contexto, a identidade na modernidade tardia é definida por Hall (1987) como uma “celebração móvel” por ser formada e transformada continuamente. Pois

Dentro de nós há identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. [Isso porque] dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (HALL, 2006, 13).

Ainda, segundo Hall (2006), as mudanças ocasionadas pela globalização atuam numa escala global que “(...) atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado”. (HALL, 2006, p. 67).

Ressalta-se, assim, que a globalização enfraquece as identidades culturais, tornando os laços com as culturas nacionais mais frágeis, elevando, portanto, as identificações globais. Isso é destacado por Hall (2006) quando afirma:

À medida em que as culturas nacionais tronam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural. [...]. [Assim] quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas - desalojadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem flutuar livremente”. (HALL, 2006, p. 74-75).

Assim como Hall (2006), o sociólogo Zygmunt Bauman (2005), também, trata das questões a respeito da identidade ao concordar que esses deslocamentos ocorrem devido às forças da globalização. Segundo o autor, a globalização transforma paisagens e perfis urbanos, deixando-os irreconhecíveis.

Bauman (2005) ainda acrescenta que, na modernidade líquida (nome dado pelo autor para a pós-modernidade), as identidades estão sempre em movimento, por não haver nesse mundo novo espaço para as identidades rígidas e inegociáveis. Dessa forma, tanto Hall quanto Bauman definem a identidade, na modernidade tardia, como fluída e moldável de acordo com as necessidades do sujeito.

Por último, ainda é importante dizer que os estudos sobre identidade, além da fluidez, apontam outras peculiaridades. A primeira delas é o fato da identidade ser marcada pela diferença, ou seja, ela só existe porque o outro existe. Nas palavras de Silva (2000)

Identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência. A forma afirmativa como expressamos essa identidade tende a esconder essa relação. Quando digo “sou brasileiro” parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesmo “Sou brasileiro” –ponto. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que não são brasileiros. (SILVA, 2000, p. 75).

A segunda peculiaridade é o fato da identidade (assim como a diferença) resultarem da criação linguística, ou seja, por pertencerem ao mundo cultural e social, a identidade (e a diferença) precisam ser fabricadas pelos sujeitos no contexto de suas práticas socioculturais.

(...) identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são resultado de atos de criação linguística (...) significa dizer que “não são elementos da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2000, p. 76).

A terceira e última característica está relacionada à dependência que, tanto a identidade quanto a diferença, possuem em relação à representação. Isso porque é somente por meio da representação que ambas adquirem sentido e passam a existir. Segundo Silva (2000)

A representação é, como qualquer sistema de significação uma forma de atribuição de sentido. [Ela] é sempre marca ou traço visível, exterior, (que pode) expressa-se por meio de uma pintura, de uma fotografia, de um filme, de um texto, de uma expressão oral. Representar significa, neste caso dizer: “essa é a identidade”, “a identidade é isso”. (SILVA, 2000, p. 90-91)

Vale ainda ressaltar que por intermédio da representação são criados e fixados os estereótipos, “(...) uma representação comum posta em larga circulação, mas que não necessariamente faz jus à realidade: ela existe somente enquanto representação social de um dado real”. (BRITO E BONA, 2014, p. 18).

“Os estereótipos são mais rígidos, fixos, claros e inalteráveis. (HALL Apud DYER, 1997, p. 29). Eles também são responsáveis pela redução ou exagero dos traços, podem promover a exclusão ou expulsão de tudo o que seja diferente e estabelecer o que é normal e aceitável do anormal e inaceitável. A estereotipagem facilita a

“vinculação”, os laços, de todos nós que somos “normais” em uma “comunidade imaginária”; e envia para o exílio simbólico todos Eles, “os Outros, que são de alguma forma diferentes “que estão fora dos limites”. (HALL, 2016, p. 192).

Analisaremos a seguir como a representação a respeito da identidade feminina é construída na publicidade, por meio dos processos referenciais.

UNIVERSO FEMININO NOS ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS DA URCA E DA BOMBRIL: UMA BREVE ANÁLISE

Os discursos são produzidos dinamicamente pelos sujeitos por meio da interatividade, ou seja, pela “co-presença entre dois ou mais sujeitos, que constroem concomitante, um diálogo espontâneo ou previamente determinado, envolvido em fatores cognitivos, sociais, culturais e históricos”. (PALUMBO, 2007, p. 55).

Segundo Palumbo (2007), nesse processo é utilizado a argumentação, instrumento do discurso inerente à língua por permitir aos participantes das práticas discursivas, por meio da língua, agir e reagir sobre as pessoas e sobre o mundo e, também serem transformados pelos discursos nos diversos contextos nos quais eles são produzidos.

Esse tipo de estratégia é encontrada na elaboração do discurso publicitário, materializado na sociedade por meio dos anúncios publicitários - tipo de texto utilizado para divulgar um bem, um produto ou serviço em meios de comunicação como: revistas, jornais, TV e internet que, por meio de palavras e imagens, afetam o espírito humano, convencendo o consumidor a adquirir o produto apresentado pela publicidade ou propaganda.

No texto publicitário, recorre-se à argumentação/persuasão para chamar a atenção do destinatário da mensagem, ou seja, “(...) procura-se atingir à vontade, os sentimentos do (s) interlocutor (es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis que possuam caráter ideológico, subjetivo, temporal, ao se dirigirem a um “auditório particular” (KOCH, 2011, p. 18).

Nesse sentido, temos também, a referênciação, estratégia argumentativa que colabora com o direcionamento de sentido

pretendido pelo enunciador (PALUMBO, 2007, p. 156) no momento de suas escolhas linguísticas.

Um exemplo disso é o anúncio publicitário da marca “Urca” que utiliza a imagem da mulher na divulgação de seu produto e o relaciona às tarefas domésticas – varrer, lavar, etc - fazendo emergir variadas representações a respeito da identidade feminina. Uma dessas representações é a da mulher serviçal, vista como boa esposa, dona de casa, afetuosa e zelosa pelo marido e filhos, que traz à memória o estereótipo de uma mulher aos moldes do patriarcalismo.

Figura 1



Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ProdutosUrca1/posts/?ref=page_interna

No anúncio, a representação de uma mulher do lar vai sendo construída, em primeiro lugar, a partir da imagem de uma mulher simpática e satisfeita ao desenvolver a rotina de uma dona de casa, cercada pelos produtos de limpeza e pelos utensílios utilizados nessa atividade.

Além das imagens, a propaganda utiliza a expressão anafórica direta “dona de casa” apresentada no slogan “ Urca entende as necessidades da dona de casa e sabe o que ela valoriza: um produto de qualidade com um preço justo”, que além de recategorizar a imagem da mulher no cartaz, promove a identificação da consumidora com

a imagem feminina apresentada na propaganda, fator que leva a cliente a adquirir a mercadoria anunciada.

Outra expressão que colabora com a identificação da figura feminina apresentada no anúncio é o dêitico pessoal “ela” que se remete à dona de casa, reafirmando ao mesmo tempo, o público alvo do anúncio e a posição social ocupada por ele.

Todos esses aspectos, até aqui citados, só colaboram para, mais uma vez, comprovar que, em alguns anúncios de produtos de limpeza, os discursos favorecem a construção da identidade de mulher sempre disposta a se doar pelo seu lar.

Além da “Urca”, a “Bombril”, durante um longo tempo, utilizou, em suas propagandas, um discurso dirigido apenas às donas de casa. Porém, a partir de 2014, a Bombril resolveu inovar na divulgação de seus produtos, para torná-los mais visíveis ao mercado, buscando conquistar outras novas identificações femininas.

Para tal, a empresa integrou à sua marca uma celebridade brasileira – a cantora Ivete Sangalo, que passou a ser a embaixatriz do produto por ter sido a celebridade escolhida em uma pesquisa de opinião e, que por coincidência, no momento, completava vinte anos de carreira.

Figura 2



Disponível em: <http://www.repense.com.br/trabalhos/bombril-ano-da-guerrilha-com-ivete-sangalo>

Assim, na campanha denominada “Bombril: os produtos que evoluem com as mulheres”, a empresa apresentou a evolução de seus novos produtos e, ainda, demarcou um público mais amplo, formado, não apenas por donas de casa, mas por mulheres de várias identificações.

No anúncio, a proposta foi estabelecida na introdução referencial por meio da imagem da celebridade e da própria marca do *slogan* “Brasileira, famosa, versátil e leva brilho por onde passa” que, em um jogo de ambiguidade, utilizou as expressões anafóricas “brasileira”, “famosa” e “versátil” para destacar e (re)categorizar, ao mesmo tempo, as qualidades do produto, e os atributos da garota propaganda reafirmando o novo público da Bombril, agora composto por mulheres independentes, sempre em constante evolução.

Os usos das anáforas diretas continuam na segunda parte da propaganda “Ivete é Bombril. E não é à toa”. Em meio a tantas qualidades, a estrela da música e a marca de produtos de limpeza mais querida do Brasil se confundem, se completam, se misturam e, agora vão levantar poeira por todos os cantos do país”.

Dessa vez, as expressões utilizadas são “estrela da música” – relacionada à cantora – e “a mais querida” – relacionada à Bombril e novamente à cantora. Essas escolhas linguísticas servem para consolidar a autenticidade dos produtos oferecidos ao consumidor.

Vale também destacar a intertextualidade encontrada no *slogan* da campanha publicitária – “(...)e, agora vão levantar poeira por todos os cantos do país” – referente ao trecho – “Poeira, poeira. Levantou poeira” – da música “Sorte grande” um dos maiores sucessos da carreira da cantora.

A presença do dêitico temporal marcado pela expressão “agora” no enunciado também é importante e serve para marcar/destacar fortemente, um novo momento de sucesso na publicidade de produtos de limpeza para conquistar mulheres que são, além de donas de casa, profissionais independentes e bem sucedidas.

Percebemos assim que a campanha da Bombril, por meio de um discurso inovador, representa um referente de mulher versátil, adaptável a diferentes situações, e constituída por variadas identificações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os textos publicitários são utilizados na sociedade para anunciar um determinado produto. Eles também são a materialidade de um discurso que persuade às pessoas ao consumo de mercadorias por meio da identificação.

Tendo em vista esses aspectos, nesse trabalho, propomo-nos a analisar como é construída a figura feminina, nas propagandas, por meio do processo da referência e da construção de identidade, por considerar que estas duas noções são dinâmicas e resultados de negociação em um contexto sócio interativo e cognitivo entre interlocutores.

Por último, constatamos, pelas análises, que as representações da figura feminina se modificam nos anúncios publicitários de produtos de limpeza, evidenciando que as representações do real atendem às mudanças sociais, neste caso, deixa-se de conceber a mulher apenas como dona de casa, recatada e feliz com as atividades do lar para construção de uma nova e atual representação da mulher que pode ser muitas em uma só: esposa, mãe, dona de casa e profissional de sucesso.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRITO, Danilo Lopes. BONA. Fabiano Dalla. Sobre a noção de estereótipo e as imagens do Brasil no exterior. *Revista Graphos*, Paraíba, v. 16, n 2, p. 15-28. 2014. Disponível: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/download/23725/13021>> . Acesso: 10/09/18

BRITO, Mariza Angélica Paiva. CAVALCANTE, Mônica Magalhães. FILHO,

Valdinar Custódio. **Coerência, referência e ensino**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CIULLA, Alena. MARTINS, Mayara Arruda. Um estudo sobre classificações de tipo de dêiticos. *Revista de Letras*, Fortaleza, v.2, n.36, p.78-90, jul. /dez. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/index.php/revletras>>. Acesso 10/10/2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. 41. p. 75-89. Campinas-SP: IEL, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 13 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PALUMBO, RENATA. Referenciação e Argumentação: a dinâmica nas orientações argumentativas em debates políticos televisivos. 2007. 193f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

SANDMAN, Antônio José. **A linguagem da propaganda**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: HALL, Stuart. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). WOODWARD, Katryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. SILVA, Franklin oliveira. Formas e funções das introduções referenciais. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013. https://www.facebook.com/pg/ProdutosUrc1/posts/?ref=page_interna
<http://www.repense.com.br/trabalhos/bombril-ano-da-guerrilha-com-ivete-sangalo>



DISCURSIVIZAÇÕES DA AIDS NA MÍDIA IMPRESSA DE SÃO LUÍS (MA) EM 1984 E 1985

*Camila Cutrim Lins de Freitas¹
Ilza Galvão Cutrim²*

Introdução

O Brasil, na década de 80, vive uma efervescência de mudanças nos campos político e cultural, marcados pela liberdade sexual e pela abertura política após anos de ditadura. Nesse cenário de muita liberdade com relação ao corpo e ao sexo, o país registra os primeiros casos de AIDS. E como acontece com toda sociedade, quando se depara com uma epidemia, resultado de uma doença ainda desconhecida, o temor se espalha entre a população.

Coube à mídia o papel de noticiar a doença. Assim, a AIDS começou a tomar os espaços nas discussões dos brasileiros e também dos maranhenses, pois os jornais locais davam as primeiras notícias sobre o assunto.

Numa época em que muito pouco se sabia sobre a doença, os jornais reproduziam o que era propagado pela mídia internacional ao afirmar que a AIDS era uma “doença de gays”, e suas páginas eram recheadas de preconceitos e discursos ligados à moral. Assim

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação em Letras-PGLetras/UFMA.

² Professora Associada do Departamento de Letras, da Universidade Federal do Maranhão; Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Letras-PGLetras/UFMA.

é que a AIDS fez sua aparição e, além de um fenômeno social, se tornou um acontecimento midiático.

Esses elementos nos motivaram a analisar o processo no qual a AIDS ganhou espaço nas folhas dos jornais impressos de São Luís, capital maranhense, e invadiu os lares, as subjetividades e o modo de viver dessa sociedade.

As questões que norteiam nossa pesquisa e esta investigação são como a AIDS: se tornaram, para além de sua dimensão epidemiológica, uma questão discursiva, e nosso propósito é verificar como a mídia impressa – em São Luís, na década de 1980 – se constituiu um dispositivo e produziu discursivamente sentidos sobre ela. Pretendemos analisar, também, quais são os discursos legitimados por essa mídia que serviram como base para a disseminação de ideias que acabaram estigmatizando a doença e o doente.

Partimos de alguns pressupostos de Michel Foucault, filósofo francês que ampliou o arcabouço teórico da Análise do Discurso, como as discussões sobre história e investigação histórica; dispositivo; ideias sobre biopoder presentes na obra “*Vigiar e Punir*”; a noção de discurso, enunciado e formação discursiva. Antonio Fausto Neto (1999) é tomado como fonte por sua pesquisa que traça a relação entre a mídia e a AIDS. Outro estudo importante que nos serve de base é “*História da humanidade contada pelos vírus*” do infectologista Stefan Cunha Ujvari (2012), que traz os primeiros passos dados pelo vírus causador da AIDS, o Vírus da Imunodeficiência Humana – HIV.

Os textos utilizados para análise foram recolhidos em dois jornais que circulavam diariamente em São Luís na década de 1980: Jornal da Cidade e Jornal Pequeno. Para este artigo, nosso recorte são duas edições, uma de 1984 e outra de 1985. O primeiro texto, de 1 de maio de 1984 é do Jornal da Cidade. A matéria, *Cancer gay (e grave)*, foi publicada na coluna O médico, assinada por Francisco Viana³. A segunda, de 12 de outubro de 1985, foi extraída da página 3 do Jornal Pequeno e se intitula *D. Eugênio: AIDS sintetiza devassidão que varre o país*.

³ Jornalista e médico piauiense erradicado no Maranhão.

Por meio dessas análises, tentaremos compreender como a mídia impressa de São Luís produziu sentidos com relação a AIDS e influenciou, de maneira decisiva, toda uma geração, configurando novas formas de pensar e de dizer a doença e o doente. Analisamos, por meio de diferentes estratégias discursivas, como a mídia produziu sentidos sobre a AIDS em São Luís.

Inicialmente, abordamos o modo como a mídia entrou em cena, na década de 1980, e se tornou um dispositivo na criação de uma epidemia de cunho ideológico. No tópico seguinte, apresentamos brevemente alguns pressupostos foucaultianos que direcionam nossas discussões. Em seguida, analisamos como a mídia ludovicense tratou a AIDS e qual era o cenário da cidade, quando a doença chegou a São Luís (MA).

O DISPOSITIVO MIDIÁTICO

Estamos o tempo todo sendo bombardeados por notícias, sons, imagens, informações; isto se dá por um traço marcante de nossa sociedade: somos seres mediatizados. Esse traço está tão presente em nós que não conseguimos mais nos separar daquilo que era intrínseco à mídia. As nossas relações estão/são reguladas pela mídia.

Por isso, não podemos tratar a mídia sem levar em consideração suas estratégias e seu potencial ditador de regras e costumes. Assim, abordaremos a mídia, tomando de empréstimo as ideias de Foucault (2000), a partir de seu olhar sobre o dispositivo:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244)

Sobre dispositivo, entendemos um conjunto de técnicas utilizadas para exercer poder e direcionar a sociedade a uma determinada forma de pensar e agir, moldando comportamentos

e subjetividades e que, como diz Foucault (2000, p. 244) “em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência.”.

Através de suas estratégias, das curvas de visibilidade, o dispositivo determina aquilo que deve ser visível e o que deve permanecer oculto. Pelas curvas de enunciabilidade, determina o que deve ser emitido e omitido. O dispositivo é controlado por linhas de força que alienam e nos atravessam produzindo subjetividades. O que controla o dispositivo é o poder.

Partindo do arcabouço teórico de Foucault, abordaremos a mídia enquanto dispositivo midiático que age sobre a sociedade, capaz de criar verdades e influenciar aquilo que pensamos e no que acreditamos.

Uma sugestão que deixamos para o leitor é a de que o poder das mídias está na sua capacidade de construir – via discursos – conceitos e referências que, em última análise, vão se tornando o nosso próprio cotidiano. É nessa operação – via competência dos modos de dizer e dos modos de mostrar engendrados pelas práticas midiáticas – que a AIDS se torna uma realidade específica nos nossos dias. (FAUSTO NETO, 1999, p. 9-10)

Assim, diante dos primeiros casos divulgados pela mídia, nos Estados Unidos, e a associação da doença com os homossexuais masculinos, iniciou-se um espetáculo midiático nos jornais, que não deixaram passar nada e moldavam as visões da sociedade sobre a doença. Os jornais também tiveram a função de ser o local do debate entre instituições e pessoas, instruídas ou não. A mídia se tornou, então, elemento fortíssimo da produção de sentidos sobre a doença na sociedade amedrontada da década de 1980.

Desde seu aparecimento, a AIDS se tornou um fenômeno que se costurou nos tecidos sociais e a linha mais forte deste tecido era o interesse da sociedade. O medo ganhava volume e as pessoas queriam entender o que era e como se dava a transmissão do HIV, muito embora, em 1980, pouco se tivesse a dizer que fosse efetivamente verdadeiro.

A necessidade de conhecimento fez com que o corpo social elegesse a mídia como a porta-voz da epidemia. Assim, “a partir do verão de 1986, a AIDS é um dos elementos da vida social, cujos contornos estão fixados, sejam quais forem os desenvolvimentos posteriores” (HERZLICH & PIERRET, 1992, p.10). Esses contornos persistem até hoje e entre eles está laçada a grande vítima devidamente transformada em culpado: os homossexuais.

A AIDS se torna a notícia perfeita não apenas pelo grande interesse coletivo, mas porque deu à mídia o poder de construção desse fenômeno, o que fez com que a moléstia deixasse de ser um fenômeno apenas biológico e ganhasse contornos de uma epidemia social. Fausto Neto (1999) diz que a AIDS infectou três corpos: o da vítima, corpo clínico; o corpo social que é simbólico e, por fim, o corpo das mídias.

Esse poder de criar que emana do dispositivo midiático, por meio dos discursos, fez com que notícias se tornassem acontecimentos, e o que foi dito sobre AIDS a formasse sistematicamente. Isso nos leva a pontuar que “o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência” (FOUCAULT, 2008, l 860). Segundo Foucault, os discursos não podem mais ser tratados “como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. (FOUCAULT, 2008, p. l 860)

UM DEDO DE PROSA FOUCAULTIANA

Entender a AIDS é compreender, antes de tudo, seu contexto histórico.

Foucault parte do primado da relação: as coisas só existem por relação, tudo é histórico, tudo depende de tudo (e não unicamente das relações de produção), explicar um objeto consiste em mostrar de que contexto histórico ele depende. Por isso, o discurso é o que realmente é dito, sem que o sujeito saiba que está dizendo outros sentidos do dizer [...] podemos pensar, com Foucault, que a produção dos sentidos é uma luta discursiva

travada na trama tênue do tecido histórico de uma sociedade.
(GREGOLIN, 2004, p. 41).

É em *Arqueologia do Saber* que Michel Foucault irrompe sua análise sobre a história e de como ela era pensada e feita pelos historiadores, que se ocupavam em descrever determinados períodos de tempo e, assim, revelar os principais acontecimentos sociais e políticos. Para Foucault, essa forma de análise deixava de lado diversos outros fatores que possibilitavam aquilo que era descrito e que fugia à vista dos historiadores.

Lembremos que o termo História esteve, por várias vezes, presente na obra de Michel Foucault (*História da loucura, História da sexualidade*). Porém, o fazer histórico de Foucault era diferente daquele preconizado pelos historiadores, o que fez com que ele fosse duramente criticado. O que interessava a Foucault eram os discursos de verdade, aquilo que os historiadores entendiam como indiscutível, mas que, para ele, eram apenas descrições dos documentos. Para Foucault, o fazer histórico deveria levar em consideração aquilo que estava à margem e, também, fora dela. Ele propõe, então, um fazer arqueológico.

É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças. (...) O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria, em si mesma, e de pleno direito, memória; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa.
(FOUCAULT, 2009, p. 7-8)

Assim, o foco da história deixa de ser simplesmente descritivo e passa a ser uma busca incessante pelas rupturas, baseado na descontinuidade. A história passa a se interessar pelas transformações ocorridas na sociedade e que permitem os acontecimentos. A ruptura, descontinuidade, a dispersão é que fazem a história ter vida. O papel do historiador, na história nova, é encontrar a regularidade que há nesse sistema disperso.

Para esta nossa discussão, fizemos um recorte no discurso sobre a AIDS a partir da escolha de uma série enunciativa que marcasse o momento em que o discurso da AIDS chegou aos jornais ludovicenses. Percebemos que os discursos são o tempo todo atravessados por outros discursos em diferentes formações discursivas. A regularidade é mantida nos enunciados que compõem a série enunciativa: a temática AIDS, a evocação à moralidade, etc.

É importante, para darmos continuidade a nossa análise, que reconheçamos como Foucault pensou as formações discursivas (FDs). As FDs são um conjunto de enunciados que apresentam regularidade entre si, na forma de ciência, teoria. Segundo Foucault (2008, p. 32) “Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (FOUCAULT, 2008, p. 35)

Dentro de uma FD, os enunciados estão sempre ligados a outros e isto faz com que elas sejam essencialmente heterogêneas e carreguem consigo características de determinados campos do saber.

Para que consigamos entender os caminhos do que viria a se tornar uma pandemia, precisamos entender quais eram as condições históricas da época que envolviam a comunidade gay, maior afetada pelo vírus clínico e pelo vírus ideológico, que deram a ela a face que carregou durante muitos anos.

Os anos 60 e 70 carregaram uma carga de grandes transformações. As minorias ocuparam as ruas para conquistar seus direitos. O consumismo dos anos 50 era criticado ferozmente. Os jovens se rebelavam para quebrar paradigmas e ir de encontro à sociedade do consumo. A contracultura carregava diversos movimentos, entre eles: o *hippie* com *Flower Power*, os negros com *Black Power*, os gays com *Gay Power* e as mulheres que buscavam liberdade.

Em 28 de junho 1969, gays se rebelaram através de manifestações violentas contra o sistema vigente: *Stonewall*⁴. À época, os homossexuais viviam a discriminação institucional: não poderiam ser contratados por setores governamentais, não poderiam se reunir para nenhum tipo de confraternização e eram vistos como doentes mentais. Eram, abertamente, considerados imorais.

Enquanto esse vírus tipo 2 se disseminava de forma contida, o mesmo não ocorria com o tipo 1 que, após dominar a África, foi exportado em larga escala. O vírus apanhou carona em embarcações e aviações para novos continentes. Desembarcou na ilha do Haiti e disseminou-se entre a população pobre. Foi transmitido pela transfusão sanguínea a um geólogo francês em 1978 em Porto Príncipe. Contaminou um canadense através de relação sexual. Imigrantes haitianos infectados, provavelmente, levaram o vírus para os Estados Unidos da América, que circulou de maneira oculta entre homossexuais masculinos. Provavelmente disseminava-se entre os americanos desde o final da década de 1960, pouco mais de uma década antes de ser descoberto. (UJVARI, 2012, p.10-11)

No início dos anos de 1980, algo assustador amedrontou a sociedade americana: uma doença desconhecida e mortal acabava de ser descoberta. A princípio, apenas um grupo era afetado: homossexuais. Um tipo raro de pneumonia – *Pneumocystis carinii* –, seguida de um tipo raro de câncer de pele, mais comum em idosos, estavam levando homens gays aos hospitais. Como nos diz Stefan Ujvari (2012), “o vírus foi descoberto em 1983 e, posteriormente, recebeu o nome de HIV (vírus da imunodeficiência humana)”.

Não tardou e os jornais e revistas dos Estados Unidos começaram a falar da tal doença, gerando uma espécie de pânico na sociedade. Estava nascendo ali o maior desafio científico, individual e social do século. O que aflagava a sociedade era o fato de que se não fossem gays, drogados ou promíscuos, estariam salvos. Baseado nisso, identidades foram criadas, entre elas o *grupo de risco*

⁴ Bar LGBT em Nova York onde ocorreu a revolta que empoderou os homossexuais e marcou a luta por direitos iguais.

que, mais tarde, foi substituído por *comportamento de risco*. Cidades como San Francisco, com grande número de gays, teve sua economia terrivelmente afetada com o fechamento dos banhos, saunas e da diminuição dos lugares de diversão para homossexuais.

Os cientistas norte-americanos chamaram-na GRID (*Gay Related Immune Deficiency*), enfatizando a ideia de que a doença estava ligada apenas aos homossexuais. Mais tarde, com o aparecimento de diversos casos, ela ficou conhecida como a “doença dos quatro Hs” e, agora, enquadrava mais algumas minorias: homossexuais, haitianos, hemofílicos e heroínômanos (usuários de heroína).

Nos Estados Unidos, quase todos os indivíduos que apresentaram os primeiros sinais de infecção eram homossexuais residentes em Nova York ou em San Francisco. Os sintomas observados com maior frequência era fraqueza, calafrios, gânglios linfáticos inchados e, em muitos casos, surpreendentemente, manchas roxas na pele, característica de um certo tipo de câncer, desenvolvimento lento que fora detectado antes em homens de certa idade de ancestralidade mediterrânea (...) Em poucos anos, a doença, hoje denominada AIDS, começou a devastar a comunidade homossexual. Pouco tempo depois, percebemos que qualquer pessoa que precisasse de uma transfusão de sangue também estaria arriscada a contrair o agente da AIDS. (GALLO, 1994, p. 138)

Apenas em 1981 o Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos deu à doença um nome auto-explicativo: AIDS (*Acquired Immune Deficiency Syndrome*), a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA). Como o Brasil seguia os padrões norte-americanos, por aqui ela também ficou conhecida como AIDS, diferente de outros países de língua oficial portuguesa ou línguas latinas que adotaram o termo SIDA, na ordem de sua tradução.

No Brasil, a AIDS também apareceu relacionada aos homossexuais masculinos, o que arrancou da sociedade reações morais de todos os tipos e a doença passou a ser considerada um castigo divino.

Médicos recomendavam a seus pacientes a heterossexualidade [...] Nenhuma dessas pessoas se dava conta, na época, de que a AIDS atingiu primeiro homens homossexuais porque este era o nicho da doença nos países preferidos pelos brasileiros para fazer turismo. Se tivéssemos viajado mais para países africanos, por exemplo, a doença teria começado a aparecer na população heterossexual. Então, por que a ciência a procurava insistentemente neste segmento social, a AIDS tornou-se sinônimo de homossexualidade. (PYNEL, INGLESÍ, 1996, p. 25)

Não sabemos exatamente qual foi o primeiro caso de AIDS no país, mas as publicações jornalísticas apontam para 1982, na cidade de São Paulo, e trazia consigo os mesmos preconceitos vistos na mídia internacional que considerava a doença uma consequência de certos comportamentos desviantes. Logo, os jornais estavam repletos de reportagens sobre a “peste gay”, “câncer homossexual”, “câncer gay”, “peste rosa”, etc.

A AIDS então se apresentava às suas vítimas como um grande carrasco se apresenta àquele que viverá os castigos do suplício. Estar doente era estar vivo, mas ter declarada sua morte social. A doença quebrava identidades, destruía corpos: envergonhava sua vítima. Os sinais no corpo eram como castigo.

Assim, o Sarcoma de Kaposi, câncer de pele, marcava aqueles que eram contaminados por todo o corpo, demonstrando que a AIDS era um suplício, pois expunha suas vítimas já que “o suplício deve ser ostentoso, deve ser constatado por todos, um pouco como seu triunfo” (FOUCAULT, 1997, p. 37).

Em relação à vítima, ele deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tomar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função “purgar” o crime, não reconcilia; traça em torno, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens, em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados. (FOUCAULT, 1997, p. 37).

Os jornais se tornaram lugares públicos, abriram espaço para discussão entre diversas instituições, diversos campos do saber e

se transformaram em um dispositivo de poder para a atuação de diversos discursos como o religioso, o da medicina, dos ativistas, do estado, entre outros.

Assim, a mídia impressa se apresentava como porta-voz. Por meio desse dispositivo a população recebia em suas casas as notícias sobre AIDS do país e do mundo. Tem-se um veículo que fala para e pela população: a mídia se torna, então, uma eficiente produtora de verdades.

AS NARRATIVAS DA AIDS NA MÍDIA IMPRESSA DE SÃO LUÍS

Em 1985, a AIDS já assolava outros estados do Brasil, mas pouco se falava sobre ela no Maranhão, especialmente em São Luís, que acabava de se tornar a “capital do reggae” e cuja população não chegava ao número de um milhão. A doença já havia sido denominada, já era um fenômeno e já havia infectado o corpo social. As pessoas já conviviam com a ideia da moléstia, inclusive com a novidade: as enumerações (quantidade de casos e mortes).

Neste ponto, é importante ressaltar que a mídia anunciou a nova patologia, desenhou seus contornos por não haver uma memória discursiva (FOUCAULT 2009, p.36-7), não havia um já-dito em que pudessem se apoiar, por isso usaram os efeitos de sentido formados discursivamente por outras epidemias, como o câncer. O que a princípio era um espaço para publicação de informações ligadas à ciência, se transformou em um lugar operacional de diversos discursos e campos do saber.

À época, também, os médicos e os pesquisadores eram os sujeitos que possuíam *status* para, a partir do seu lugar institucional de fala, trazer verdades à tona. Isso acontece porque, segundo Foucault (2008, p. 61), “o status do médico compreende critérios de competência e de saber; instituições, sistemas, normas pedagógicas; condições legais que dão direito - não sem antes lhe fixar limites à prática e à experimentação do saber”.

A fala médica não pode vir de quem quer que seja; seu valor, sua eficácia, seus próprios poderes terapêuticos e, de maneira geral, sua existência como fala médica não são dissociáveis do

personagem, definido por status, que tem o direito de articulá-lo, reivindicando para si o poder de conjurar o sofrimento e a morte. (FOUCAULT, 2008, p. 61)

Os primeiros enunciados de nossa série enunciativa estão na matéria do *Jornal da Cidade*, de 1 de maio de 1984, cujo lugar de fala é bem demarcado na coluna em que ela foi publicada: O Médico. Porém, muito embora em 1984 a doença já tivesse sido nomeada, o médico e jornalista Francisco Viana se apropria do enunciado “Cancer gay”, conforme o título da matéria, que já era considerado impróprio, visto que, desde 1982, a mídia já anunciava que os homossexuais não eram os únicos atingidos, pois a doença afetava também crianças, heterossexuais e usuários de drogas.

Câncer gay (e grave)

O nome [Câncer Gay] decorre do fato de cerca de 71 por cento das vítimas serem declaradamente homossexuais o que, necessariamente, não significa ser uma doença exclusiva de pessoas com tais hábitos. A doença também atacou toxicômanos, crianças e algumas pessoas portadoras de enfermidades cujo tratamento necessitava de frequentes transfusões sanguíneas, como os hemofílicos.

*Nos Estados Unidos chamam-na AIDS traduzido como Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida. Trocando em miúdos, é uma doença na qual o indivíduo perde a capacidade de reagir naturalmente ante, por exemplo, às infecções. Perde a resistência natural do organismo e uma simples gripe pode resultar num quadro infeccioso mortal. É um quadro clínico comum das doenças consumitivas. Emagrecimento rápido, febre, lesões na pele, às vezes diarreia, anemia e gânglios aumentados de volume. Não tratado, o doente caminha para a morte em pouco tempo, normalmente por complicações de infecções fulminantes. (VIANA, Francisco. Câncer Gay. São Luís: *Jornal da Cidade*, 01/05/1984, p. 16)*

Há, nesse enunciado, traços de uma regularidade que se encontra no campo do saber médico, do saber jornalístico, do discurso pedagógico e no campo da moralidade, na medida em que é possível observar correlações entre eles.

Inicialmente, é possível observar um reconhecimento do desuso de *câncer gay*, mas o termo é utilizado mesmo assim como algo autorizado pela fala médica e pelo discurso da moralidade, como

um recurso linguístico e discursivo no sentido de deixar a população em alerta para um comportamento sexual que é estigmatizado por grande parcela da sociedade. O uso de “tais hábitos” generaliza as relações homoafetivas como se não pretendesse explicar os “hábitos homossexuais”. Para explicar os 71 por cento, ou seja, a não totalidade da população, o sujeito que enuncia explica, em um segundo momento do texto, que “A doença também atacou toxicômanos, crianças e algumas pessoas portadoras de enfermidades cujo tratamento necessitava de frequentes transfusões sanguíneas, como os hemofílicos.” O saber médico, assim como o saber jornalístico, reconhecem que a AIDS já não é mais uma doença que atinge somente um grupo de pessoas, mas ainda assim destaca o fato de “cerca de 71 por cento das vítimas serem declaradamente homossexuais”.

Nesse texto, é possível observar a presença do jornalista, do médico, da sociedade, num tom pedagógico, que se propõem a uma conversa com os leitores sobre uma doença ainda pouco conhecida.

Os discursos médico e moralista estabelecem com o discurso pedagógico um domínio de memória. O discurso pedagógico se apresenta no intuito de explicar como é a doença: “é uma doença na qual o indivíduo perde a capacidade de reagir naturalmente ante, por exemplo, às infecções. Perde a resistência natural do organismo e uma simples gripe pode resultar num quadro infeccioso mortal. É um quadro clínico comum das doenças consumitivas. Emagrecimento rápido, febre, lesões na pele, às vezes diarreia, anemia e gânglios aumentados de volume. Não tratado, o doente caminha para a morte em pouco tempo, normalmente por complicações de infecções fulminantes”. O uso do termo “trocando em miúdos” funciona como uma metalinguagem para dar a conhecer aos leitores os principais sintomas da doença. Assim também age o discurso jornalístico que exerce a função de informar o leitor.

A segunda publicação, extraída do Jornal Pequeno em 12/10/1985, discursiviza a AIDS, logo no título “D. Eugênio: AIDS sintetiza devassidão que varre o País”, através de uma formação discursiva marcada pelo discurso da moral e da religião.

O jornal recorta falas de D. Eugênio Sales⁵, que foi uma voz presente em alguns dos importantes jornais do Brasil, posicionando-se, em nome da moral, pelo combate à epidemia que se apresentava. O jornal apresenta, também, seu posicionamento, ao dar destaque à voz do arcebispo:

D. Eugênio: AIDS sintetiza devassidão que varre o País [...] o arcebispo do Rio, dom Eugênio Sales, em sua mensagem a “Voz do Pastor”, deplora o “baixo nível moral reinante em nosso País” e alerta que “a situação deve preocupar vivamente os cristãos e pessoas de boa vontade de qualquer crença”. “Nenhum brasileiro que ame realmente a sua Pátria pode ficar indiferente ao triste panorama de degradação que presenciamos”, destaca o cardeal.

Dom Eugênio credita à perversão de conduta e moral a epidemia de AIDS e outras conseqüências da liberdade sexual ou libertinagem dos anos anteriores, o que, no seu entender, constituem um clamor que se faz ouvir, ameaçadoramente, aos que se tornaram surdos à voz de Deus.

Dom Eugênio lembra que na década de 60 e nos anos seguintes assistimos, em quase todo o mundo, a uma impressionante revolução sexual. Valores como a virgindade foram ridicularizados; relações pré-matrimoniais admitidas; condenações ao homossexualismo, ignoradas.

A imprensa divulgou recentemente – exemplifica o cardeal – os resultados das pesquisas do Instituto do Câncer de Villejuif (subúrbio de Paris): 20% dos tumores são provocados por fatores genitais. Alerta o professor Goerges Matté, diretor do maior centro de pesquisas e tratamento do câncer na França: “Não vale a pena gastar milhões ou empregar todas as drogas modernas para tratar dos doentes se, previamente, se violenta a natureza humana” (D. Eugênio: AIDS sintetiza devassidão que varre o País. São Luís: Jornal Pequeno. 12/10/1985, p. 3)

O sujeito enunciatador fala do lugar de um defensor da moral, em nome da pátria, e clama ao patriotismo de todos para o combate ao que ele chama de “degradação”: “Nenhum brasileiro que ame realmente a sua Pátria pode ficar indiferente ao triste panorama de

⁵ Dom Eugênio de Araújo Sales foi cardeal e arcebispo da Arquidiocese do Rio de Janeiro no período de 1971 a 2001.

degradação que presenciamos”. Ao assumir o lugar da instituição igreja, assinala a quem o discurso está sendo dirigido: cristãos, pessoas de “boa vontade de qualquer crença”.

O sujeito faz valer a voz do discurso religioso, representado por uma autoridade da hierarquia da religião cristã, e registra as posições da igreja que são postas em evidência de forma aberta e clara assumindo a posição de denúncia, trazendo seus dogmas como forma de combater o que ele chama de “libertinagem”. Há uma forte presença de um discurso moralista, de cunho higienista, que associa a “Pátria” a um lugar de bons cristãos: patriota é o brasileiro que goza de boa saúde, que possui moral ilibada e segue valores cristãos.

A AIDS é discursivizada como um castigo divino em decorrência da liberdade sexual que a maioria dos países viveu nas décadas de 1960 e 1970, que marcou a descoberta dos corpos, da liberdade sexual, das lutas da minoria por seus direitos: “Dom Eugênio credita à perversão de conduta e moral a epidemia de AIDS e outras conseqüências da liberdade sexual ou libertinagem dos anos anteriores, o que, no seu entender, constituem um clamor que se faz ouvir, ameaçadoramente, aos que se tornaram surdos à voz de Deus”.

Para validar seus argumentos, o enunciador vale-se do discurso da ciência, que sofre atravessamentos de outros discursos, fazendo parecer que as duas instituições (igreja e ciência) lutam de forma igual contra o que considera “decadência” social:

O discurso religioso se mostra ligado a questões morais, tratando a doença como a consequência do afastamento da população de seus dogmas. Há uma tendência em fazer crer que o caminho para a solução de todos os males é a religião. A pátria estaria manchada pela “devassidão”, degradada, e o patriotismo seria o caminho para a prevenção e a integridade do país.

Ao reafirmar, por meio do discurso médico e religioso, que a doença é própria de um grupo (os homossexuais) e que o país estaria condenado à morte por causa da “imoralidade”, os jornais maranhenses produzem saberes sobre a AIDS que estão enredados em uma trama de poder. Ao reafirmar, por meio do discurso médico e religioso, que a doença é própria de um grupo (os homossexuais) e que o país estaria condenado à morte por causa da “imoralidade”, os jornais maranhenses produzem saberes sobre a AIDS que estão

enredados em uma trama de poder. Nesse sentido, a mídia “não pode ser encarada somente como meio veiculador de informações, mas também como produtora de saberes, de formas específicas de comunicar e de produzir sujeitos” (MARCELO, 2005, p. 82).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pontuou alguns acontecimentos que promoveram o surgimento da AIDS, e a forma como a doença é discursivizada nos jornais da década de 1980, sem deixar de acentuar o lugar do dispositivo mídia como um produtor de saberes.

Podemos perceber que são inúmeros os discursos que se atravessam com a intenção de combater a epidemia e, a partir dos textos escolhidos, vemos esses atravessamentos por meio dos saberes médico-científico, religioso, pedagógico, atravessados de uma moralidade. A AIDS é um problema também dos discursos porque é através deles que ela se constitui socialmente.

As instituições médico-religiosas se apresentam nas mídias criando uma teia discursiva que fomenta a ordem e o preconceito. A liberdade do “dizer” acaba fazendo com que a mídia impressa perca seu caráter apenas informativo e se torne um dispositivo que molda a doença e o comportamento da sociedade em relação a ela e suas vítimas.

Por meio de uma pluralidade discursiva, a mídia impressa, representada pelos jornais escolhidos para análise, em São Luís, tratou a doença como um mal, um castigo divino, uma peste, uma moléstia ligada aos homossexuais, a partir de falas autorizadas da ciência e da religião.

REFERÊNCIAS

FAUSTO NETO, Antonio. **Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a AIDS**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Arquivo Kindle.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 16ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

GALLO, R. **Caça ao vírus: AIDS, câncer e retrovírus humano**. São Paulo: Siciliano, 1994.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bosco Cabral (Org). **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004, p. 19-43.

HERZLICH, C. & PIERRET, J. **Uma doença no espaço público: A AIDS em seis jornais franceses**. Physis, 1992, p. 2:7-35.

JORNAL DA CIDADE. **Câncer gay (e grave)**. São Luís, 1/05/1984, p. 16.

JORNAL PEQUENO. **AIDS sintetiza devassidão que varre o País**. São Luís, 12/09/1985, p 3.

MARCELO, Fabiana de Amorim. Dispositivo da maternidade: mídia e a produção pedagógica de sujeitos, práticas e normas. **Educar**, Curitiba, n. 26, p. 81-98, 2005. Editora UFPR. Disponível em: <file:///C:/10486/Desktop/backup%2010276/Documents/PGLetras/CAMILA/ARTIGOS/Dispositivo%20maternidade.pdf> Acesso em: 24 out. 2018.

PINEL, Arletty C.; INGLES, Elisabete. **O que é: AIDS**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SOUZA, E. M. de; MACHADO, L. D.; BIANCO, M. de F. O homem e o pós-estruturalismo foucaultiano: implicações nos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**. Salvador, v. 15, n. 47, 71-86, dez, 2008. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92>>Acesso em: 22 de out. 2018.

UJVARI, Stefan Cunha. **A história da humanidade contada pelos vírus**. Editora Contexto: 2012.



REFLEXÕES DISCURSIVAS SOBRE FORMAS DE CIRCULAÇÃO DO RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: ENTRE A CONSTITUIÇÃO DE 1891 E “RECORDAÇÕES DE ISAÍS CAMINHA”, DE LIMA BARRETO

Francisco Carlos da Silva Júnior¹

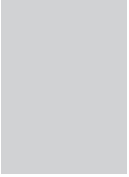
Mônica da Silva Cruz²

INTRODUÇÃO

Do ponto de vista discursivo, Direito e Literatura se aproximam em muitas perspectivas, pois, como muitos saberes, ambos constroem realidades por meio da linguagem, além de estarem submetidos a um feixe de relações e controles de diferentes ordens (FOUCAULT, 2010), quer internamente, no que diz respeito às regras de escrita e enunciação, quer externamente, ao se alinharem a instituições ou a verdades de uma época. Tanto um como outra se valem da linguagem para (e com) fins diversos. De um lado, o Direito articula a linguagem na busca de constituir um real inquestionável; de outro, a Literatura faz da linguagem um espaço de produção de múltiplas realidades e, nos dois campos, o discurso se instaura como elemento que constrói a verdade.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão (PPGDir-UFMA).

² Professora Associada Doutora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Maranhão (PGLetras-UFMA).



Neste trabalho, com base nos conceitos de discurso, verdade e poder, propostos por Michel Foucault (2010, 1999) analisam-se formas de circulação do discurso racista em dois lugares discursivos: na Constituição brasileira de 1891 e no livro de Lima Barreto, Recordações de Isaías Caminha. Analisam-se conexões entre o processo histórico-social de construção da ordem normativo-jurídica do país e a relação dessa ordem com a fomentação de práticas de racismo estrutural. Discute-se a construção do conceito de racismo estrutural (ALMEIDA, 2017), na Constituição de 1891 e repercussões desse discurso em práticas discursivas e não discursivas da sociedade brasileira, em acontecimentos da esfera legislativa e da Literatura. No campo literário, analisam-se brevemente excertos de uma obra de Lima Barreto, “Recordações de Isaías Caminha”, considerando com o próprio Foucault que os discursos se fazem e se disseminam em uma dispersão de lugares de natureza variada. A problemática desta investigação consiste em responder: a Carta de 1891 deu respaldo a práticas de racismo na sociedade brasileira? A pesquisa é de natureza qualitativa, documental e se ampara principalmente em estudos bibliográficos.

As reflexões aqui desenvolvidas se justificam pela necessidade de estabelecer o debate a respeito das raízes discursivas jurídicas que pavimentaram a construção do racismo estrutural no Brasil, com foco no papel protagonizado pelo Direito, tendo em vista que o saber jurídico, em perspectiva foucaultiana, é um campo de produção de saberes e poderes que modela sobremaneira as relações sociais de um povo.

DISCURSO, ENUNCIADO E DISPOSITIVOS DE PODER

O conceito de discurso é tomado, neste artigo, sob a ótica foucaultiana e é compreendido como categoria que funda o saber, o poder, a verdade, o sujeito e a própria realidade. As análises propostas por Foucault (2010), em sua fase arqueológica, visam entender esse objeto na “estreiteza da sua singularidade”, na “raridade” de sua existência, em sua dimensão histórico-social, pois considera que cada enunciado, como núcleo do discurso, produz sentidos de modo

singular. Para chegar a essa síntese, Foucault delimitou uma forma de análise dos discursos denominada por ele *método arqueológico*, o qual busca explicar a circulação de discursos que formam uma sociedade, em uma dada época.

A análise arqueológica dos discursos consiste em interpretar os sujeitos que falam no discurso, as instituições de onde eles falam, a sua articulação com a história, sem, julgar, entretanto, se aquilo que se fala é verdadeiro ou não, pois na visão de Foucault, a verdade é uma construção histórica, instaurada por procedimentos discursivos que englobam fatores históricos e “regras” que governam os “sistemas” de discursos (GONÇALVES, 2009, p.9). Para ele, um conjunto de enunciados forma o discurso, e essa formação acontece de acordo com um grupo de regras disponíveis em dada época. Essas regras constituem o que Foucault chamou “arquivo”, isto é, uma reunião de discursos efetivamente pronunciados em um momento dado, que são postos em funcionamento, segundo ordenamentos específicos, e tem existência ao longo da história. Empreender a análise arqueológica dessa massa documentária exige a compreensão “das suas regras, práticas e condições de funcionamento”, entre as quais estão os “limites e formas de dizibilidade”, os modos de conservação e reativação da memória. (REVEL, 2005, p.18-19).

Ao voltar-se, em “Arqueologia do Saber”, para a explicação da formação e circulação de discursos, Foucault afirma que é imprescindível, nessa abordagem, entender o que é o enunciado, para ele, o núcleo do discurso.

Nos estudos foucaultianos, o enunciado distingue-se da noção de frase, proposição ou fala, no sentido de ação, porque: a) está no plano do discurso; b) não está em uma estrutura linguística canônica (não se encontra o enunciado, encontrando-se uma estrutura linguística); c) não se trata da intenção do indivíduo (FERNANDES, 2012). O enunciado é, para Foucault (2010), uma instância que põe o signo como novidade e repetição na história, pois pode ser sempre atualizado.

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está

ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas por outro, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. (FOUCAULT, 2008, p.31-32).

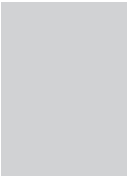
Para o método arqueológico importa interpretar as relações, preceitos, regularidades que se situam no nível mais elementar do discurso (o enunciado) ao nível mais complexo (as formações discursivas). O discurso, por esse viés, é “um conjunto de enunciados apoiados em uma mesma formação discursiva”, chamada daqui por diante FD. Uma FD é um lugar da cadeia discursiva que define o que pode e o que deve ser dito pelo sujeito em circunstâncias específicas. Assim, alguns enunciados inscrevem-se em certas formações discursivas historicamente, obedecendo a regimes de verdade, que estão dentro e fora da linguagem (GONÇALVES, 2009). Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que vários enunciados sobre a pessoa negra, pronunciados por formações discursivas diversas, como a política, a economia ou mesmo a religião, edificaram, em diferentes momentos, o que se denomina hoje racismo. Esses enunciados, ao se inscreverem em certas regiões de poderes, filiam-se a outros dizeres, associam-se a memórias e práticas sociais que passam a definir como a pessoa negra deve ser vista, objetivada. Um exemplo desse movimento de sentidos pode ser notado no enunciado “é coisa de preto”, o qual, por ter sido proferido por certos sujeitos, filiados a certas formações discursivas, em dado momento histórico, passou a produzir inúmeros sentidos sobre a condição de ser negro, no Brasil. Se em conjunturas históricas anteriores não havia formações discursivas que identificavam nuances discriminatórias nesse dizer, atualmente, em novas condições históricas e culturais, em um momento em que a sociedade, de modo geral, discute questões como desigualdade social, direito à diferença etc., sob novos regimes de verdade, irrompem FDs que localizam nessa “frase” implicações sociais bastante comprometedoras.

Na arqueologia de Michel Foucault já era perceptível a abrangência das regras de formação dos discursos, tanto no nível do que era dito (prática discursiva) como na esfera do que era apenas visível (práticas não-discursivas, como as relações econômicas, políticas, artísticas etc.). Em geral, o método arqueológico, que buscava a explicação da produção dos saberes, abrangia mais o que era da ordem do dizer. Nessa etapa, os estudos foucaultianos lançavam-se privilegiadamente na dimensão linguística do discurso, de onde eram observados a produção de práticas, relações de poder e sujeitos. Mas a partir daí a percepção do alcance do discurso em práticas não discursivas exigiu de Foucault uma ampliação do método arqueológico (PIOVEZANI; CURCINO, 2014). Assim, o filósofo passou a discutir outras formas de instrumentar suas análises, vindo a considerar o que ele, em seguida, chamou *genealogia*.

Com inspiração em Nietzsche, o pesquisador passou a compreender os discursos em uma fina sintonia com as práticas sociais, as quais iam além do dizer, e das relações de poder, observando que a relação discurso, saber e poder ligava-se a formas como (só) certos sujeitos estariam autorizados, em dada conjuntura, a acessar determinados discursos. Em sua fase genealógica, o autor insere “outras materialidades e objetos, cujas unidades e formas de articulação não são explicadas da mesma maneira tal como ocorre na Arqueologia”. (PIOVEZANI; CURCINO, 2014, p. 43). Em vista disso, dando ênfase às questões do poder, ele instaura o conceito de “dispositivo”, uma instância produtora e controladora de práticas discursivas e/ou não discursivas.

Segundo Revel (2005, p.52), a genealogia é uma pesquisa histórica que se opõe a unicidade da narrativa histórica e à busca da origem (...)”, que visa não a continuidade dos acontecimentos, sua linearidade, mas a sua dispersão, em práticas sociais diversas, permeadas por relações de poder. A genealogia e a arqueologia, portanto, são fases dos estudos foucaultianos que se imbricam.

Cabe nessa instância frisar como o autor de *A ordem do Discurso* entende o poder. Para ele, o poder não é estreitamente repressivo; não se localiza apenas em centros específicos, está pulverizado em todas as práticas sociais, quer na família, nas relações religiosas, na



escola, nos hospitais etc. O autor afirma que as práticas desse poder, permanente e capcioso, localizam-se em instâncias discursivas, onde se instauram uma teia de saberes que seleciona o que pode ou não ser legitimado pela sociedade. Logo, o que a análise de discurso de Foucault visa é perscrutar saberes que são (des)qualificados pelo poder em certas circunstâncias.

Esse instrumental teórico trará bases para as análises que buscam mostrar como discursos sobre a pessoa negra, que circulavam no final do século XIX no Brasil, inscrevem-se na Constituição de 1891 e repercutem em outros espaços da sociedade.

A CONSTITUIÇÃO DE 1891: ALGUMAS NOTAS

Neste tópico, abordam-se aspectos históricos da construção do ordenamento jurídico brasileiro com foco voltado para a República Velha (1891-1930), tendo como ponto de partida a Constituição de 1891, a qual, segundo acentua Trindade (2008), teve como principal referência a Carta da República norte-americana.

Conforme ressalva o referido autor, o Poder Constituinte originário tentou trazer para o país um modelo normativo-jurídico construído com base em uma realidade social, política e econômica totalmente distinta da vivenciada pelo Brasil:

transplantação de princípios da Constituição dos Estados Unidos para a Constituição republicana de 1891 é feita sem que se leve em consideração a realidade social e econômica do país, marcada pela alta concentração da propriedade, pelo imenso poder dos proprietários de terras e pela enorme desigualdade entre a população, hierarquizada pela pobreza, pelo estigma da escravidão e pela cor da pele. (TRINDADE, 2008, p.181).

Não houve apenas, para o âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, a transposição de um conteúdo normativo inspirado no ideário da Constituição dos Estados Unidos. A Carta da República de 1891 representou também a inclusão de um discurso de igualdade formal, alinhado aos ideais do liberalismo, que nortearam a elaboração do texto constitucional.

Porém, quando se analisa a composição da Assembleia Nacional Constituinte, que ficou responsável pela redação desse texto normativo, nota-se um apagamento de participação política da maior parte da população, formada majoritariamente por escravos. O parlamento responsável pela elaboração da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, em 1891, era formado apenas por representantes daqueles que estavam no topo da pirâmide social, como as oligarquias regionais, ainda detentoras de grande influência.

O século XX, no entanto, trouxe muitas mudanças em relação aos saberes sobre a população negra, no Brasil e no mundo, e isso devido a transformações em relação a conceitos até então tidos como unilaterais, a exemplo das ideias de poder, saber, diversidade cultural etc. Essas reconfigurações conceituais exigiram, ainda que lentamente, o redimensionamento de valores dados a grupos antes excluídos dos debates políticos e sociais do mundo todo.

Em julgamento, quando da apreciação da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 41, ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade que é constitucional a Lei 12.990/2014, a qual prevê, durante um prazo de dez anos, a reserva de 20% das vagas nos concursos públicos da área federal para negros e pardos, chancelando, com o *status* de constitucionalidade, as ações afirmativas adotadas nos mecanismos de seleção de pessoas para ocuparem postos nas mais diversas instâncias do serviço público no âmbito federal.

O relator do julgado, ministro Luis Roberto Barroso, suscitou, como fundamentação para a decisão do STF, o dever do Estado Brasileiro de efetuar uma reparação histórica, e ressaltou como fatores da extrema desigualdade social existente no país o legado do regime escravista e a existência do racismo estrutural na sociedade brasileira. (CONJUR, 2017).

No âmbito do Direito, a prerrogativa de dizer quais normas devem fundamentar o ordenamento jurídico de um Estado cabe à Constituição, que, tal como todo enunciado, tem uma genealogia (FOUCAULT, 2000), isto é, forma-se por um cruzamento de saberes, instituições e práticas sociais, que o constitui historicamente e o faz

produzir sentidos de maneira peculiar. Há, nessa dimensão, uma dinâmica de produção e circulação de sentidos da Constituição que é preciso observar, para que se compreenda a difusão de saberes sobre o racismo, no Brasil.

Conforme assevera Revel (2005), a ordem do discurso referente a um determinado período histórico é detentora de uma dupla função: normativa e reguladora, e por meio dessas funções, são acionados mecanismos de organização do real, os quais são viabilizados pela produção de saberes, de estratégias e de práticas discursivas e não-discursivas.

Longe de buscar o sentido por trás ou abaixo do que é dito, Foucault (1972) propõe ao pesquisador entender, por meio de uma análise dos discursos efetivamente acionados por uma sociedade, as “condições de possibilidades” de existência de um enunciado, em determinada época. Essas reflexões subsidiam esta análise na demonstração de que a ordem normativa, fundamental, vigente na República Velha, a Constituição de 1891, foi um dispositivo jurídico detentor de relevante influência no processo de consolidação do racismo estrutural no país.

O ARTIGO 70 E A POSITIVAÇÃO DA “CIDADANIA SELETIVA”

Conforme Almeida (2017), o racismo, em linhas gerais, é uma concepção de mundo que entende a superioridade de certos grupos sob a justificativa de que pessoas de um grupo considerado “inferior” não podem usufruir, em condições de igualdade, das mesmas prerrogativas e direitos assegurados àqueles indivíduos pertencentes a uma população considerada mais “evoluída”. O autor explica que o conceito de “racismo estrutural” caracteriza-se como forma de racismo instaurada a partir de uma constante e rígida rede de interações entre normas e práticas, inclusive institucionais, destinadas a assegurar processos de reprodução das desigualdades e da discriminação.

Destaque-se que elementos inerentes ao conceito de racismo serviram para justificar tanto as leis segregacionistas que foram adotadas pelos Estados Unidos da América, alguns anos após a

abolição da escravatura naquele país, quanto para respaldar uma ordem normativa imposta pelo Nazismo, na Alemanha, que defendia a plena superioridade da raça ariana em detrimento de outras etnias, como os judeus, por exemplo. A partir de uma concepção histórica é impossível dissociar o racismo do Direito, notadamente quando é adotada uma visão estrutural dessa prática. Em ordenamentos jurídicos, em que são positivadas normas abertamente segregadoras, o Direito atua de maneira ainda mais incisiva na relação com o racismo, como ocorreu nos Estados Unidos, onde, até meados da década de 1960, a segregação racial tinha a chancela inclusive da Suprema Corte daquele país, cuja constituição, alicerçada no liberalismo, foi o modelo inspirador da Carta da República de 1891 (ALMEIDA, 2017).

A respeito das conexões entre o racismo e o Direito, notadamente na experiência norte americana, frisam-se decisões históricas da Suprema Corte, como a *Dredd Scott v. Sanford*, em 1857, que não reconheceu aos negros direitos de exercer a plena cidadania e o caso *Plessy v. Ferguson*, de 1896, no qual foi estabelecida a doutrina “separados, mas iguais”, dando chancela constitucional às chamadas Leis Jim Crow, que determinavam a negros e brancos condições diferentes no acesso aos serviços públicos. Cita-se, também, mais recentemente, o caso *McCleskey v. Kemp*, de 1987, no qual a Suprema Corte rechaçou as alegações de racismo nas condenações criminais, fator apontado a partir de levantamentos estatísticos como um dos motivos do aumento substancial do número de negros dentro do sistema presidiário norte-americano (ALMEIDA, 2017).

Ao reconhecer a existência do racismo estrutural no Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da ADC 41, inclui na discussão deste tema um âmbito normativo jurídico. Neste aspecto, é importante ressaltar que o conceito de racismo estrutural, conforme ressalva Almeida (2017), deve ser compreendido como um processo com duas vertentes: a política e a histórica. Este autor pondera que sendo o Estado uma instituição política, o racismo fomenta e também é sustentado por estruturas estatais em um processo de relação dialética. Por esse viés, o racismo é uma prática instaurada, historicamente, por meio de diferentes mecanismos e arranjos que

determinam quais sujeitos estão aptos a ocupar certas posições na sociedade.

O racismo estrutural, avaliado discursivamente, tem em suas bases uma construção eivada por relações de saberes e modos de exercício de poder da sociedade brasileira, considerando que, no âmago dessa articulação saber-poder, está a produção de verdades.

Fonseca (2012) destaca que Foucault, em meados dos anos 1970, ao buscar a compreensão das relações entre o Direito e o poder, dedicava-se a estabelecer as conexões inerentes à intercessão das regras do direito com as nuances do poder, questionando quais destas regras atuavam junto aos mecanismos de poder com o objetivo de produzir discursos de verdade. Aqui cabe lembrar o interesse especial de Foucault pelas práticas jurídicas ou judiciárias, as quais o filósofo delimitou como “o modo pelo qual os homens podiam ser julgados em função dos erros que podiam ser cometidos, a maneira como se impôs a determinados indivíduos a reparação de algumas de suas ações e a punição de outras”. (FOUCAULT, 2002, p.11). Assim, mergulhou na descrição histórica de três práticas – o inquérito, o exame e a prova, para demonstrar:

em que sentido modos práticos de estabelecimento da verdade, de natureza jurídica, puderam vir a construir como que modelos de produção da verdade no plano discursivo, isto é, no plano dos saberes (ciências, filosofia etc.). (MUCHAIL, 2004, p.75).

À primeira vista, acentua Muchail (2004, p.73), esta questão pode sugerir uma divisão “entre dois âmbitos, o dos saberes (onde se localizaria a ocupação com a verdade) e o dos procedimentos sociais (onde se reconheceria o lugar do poder)”, mas, para a autora, Foucault demonstra, pela sua análise das práticas jurídicas, que os limites entre práticas sociais e saberes são mais tênues do que se imagina. Nesse limiar entre o discursivo (dizível) e o não discursivo (visível) Foucault formula a noção de acontecimento, a qual permite ao autor, em *A Arqueologia do Saber*, estabelecer elos entre o acontecimento enunciativo e acontecimentos que são de “outra natureza” (técnica, econômica, social, política, institucionais etc.) (REVEL, 2005, p. 13).

O acontecimento é o que permite o surgimento de algo, de um pensamento, é o elemento que permite que alguma coisa possa ser dita por alguém, em determinado momento e, para tanto, são imperativas condições discursivas e não-discursivas. Logo, não são apenas regras internas ao discurso (temáticas, sujeitos que podem falar etc.) que permitem um saber emergir, mas, também, algumas condições não-discursivas (situação econômica, geográfica, arquitetônica e outras).

É nessa linha que os estudos de Michel Foucault buscam entender como os acontecimentos são discursivamente produzidos e passam a circular (FERNANDES, 2012). Nessa análise, a qual consiste na descrição do arquivo, opera-se a interpretação de longas durações, mas a partir de descontinuidades dos discursos ou séries discursivas; abordam-se os temas em perspectiva histórica, porém fora de uma linearidade cronológica, seguindo critérios da chamada Nova História.

A produção de discursos depende, também, do que Foucault, em sua fase genealógica, chamou de dispositivo, correspondente a um “conjunto de formas históricas (não exclusivas, embora predominantes) de agenciamento e de coerção do saber e do poder que atuam em um dado tempo e espaço e que se materializam de formas diversas” (PIOVEZANI, 2014, p.35). O dispositivo, na visão do autor, englobaria o discursivo e o não-discursivo. Isso significa que para Foucault o discurso não se limita a materialidades de ordem linguística e no espaço entre o discursivo e o não discursivo estão certos jogos de poder, que convém analisar.

Ao considerar que o exercício do poder não se aloja apenas em estruturas fixas, conforme já observado, mas é um elemento microcapilar, que se localiza em todos os tipos de relações, o autor abre várias possibilidades de compreensão das relações entre discurso e história, ambos imbricados em dispositivos que respondem a uma necessidade de um momento histórico.

Dessa perspectiva, passa-se a analisar de que modo, alguns dispositivos de agenciamento do racismo estrutural funcionaram, no Brasil, em certo período. Inicia-se esta análise pela Constituição de 1891, norma fundamental que vigorou como alicerce jurídico do

país, na República Velha, funcionando como elemento normativo que positivou muitas práticas excludentes, fomentadoras do racismo estrutural, conforme lê-se no artigo 70, que tratou das questões relativas ao exercício da cidadania, deliberando a Carta Magna o seguinte enunciado:

Art. 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

- 1º) os mendigos;
- 2º) os analfabetos;
- 3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;
- 4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis.

Como enunciado e, portanto, como elemento que se associa a outros acontecimentos, práticas e discursos de diferentes épocas, esse artigo produz inúmeros sentidos sobre o lugar que negros poderiam ocupar na sociedade da época.

Primeiramente, vale destacar o fato de proibir a participação nas eleições e o exercício dos direitos políticos, notadamente do direito ao voto, dos “mendigos” e “analfabetos”. Em um país recém-saído do regime escravista, com a maioria da população analfabeta, composta por negros e pardos, os quais também integravam grande percentual das pessoas que viviam em estado de mendicância, esta norma, inserida em uma Constituição, que se arvorava de traduzir no campo jurídico-normativo os valores do liberalismo e da democracia, pavimenta as condições estruturais para a perpetuação da desigualdade racial no Brasil.

Esse texto passa então a funcionar como o que Foucault chamou “acontecimento” discursivo, pois produzirá efeitos de sentidos em outros momentos da história brasileira, quer pela manutenção de seus sentidos primeiros, quer pelo deslocamento de interpretações

que instaura em outros lugares, em outros dizeres, efetivados dentro de um arquivo do que é ser negro, que em alguma medida o retomam. Esses diferentes dizeres formam o que Foucault chamou “série” de enunciados, elementos discursivos relativos a um tema que irrompem em distintos momentos e lugares, fazendo história e verdades movimentarem-se.

Em relação ao analfabetismo, fator que fortalecerá a exclusão da população negra na participação da cidadania do Brasil, Ferraro e Kreidlow (2004) ressaltam que em 1890, os números oficiais a respeito desse fenômeno no país apontavam um índice alarmante, atingindo 82,5% da população acima dos 5 anos de idade. Acerca desse cenário eles tecem o seguinte comentário:

O analfabetismo surge como questão nacional somente com a reforma eleitoral de 1882 (Lei Saraiva), a qual ao “censo pecuniário” acrescentou o “Censo literário”, que estabeleceu a proibição do voto do analfabeto. A Constituição republicana de 1891, que acabou com o Censo econômico, manteve o “Censo literário” (...). O analfabetismo, portanto, emergiu no Brasil como uma questão política, não como uma questão econômica. A Lei Saraiva de 1882, do final do Império, e todas as constituições republicanas, excetuada a de 1988, distinguiram-se, sob este aspecto, pelo caráter discriminatório, rotulador e excludente em relação ao analfabeto. (FERRARO; KREIDLLOW, 2004, p. 184).

No Maranhão, por exemplo, Gato (2015) observa que em meados da década de 1870, quando a Monarquia agonizava, juntamente com o sistema escravista, a província maranhense era a terceira maior em quantidade de escravos. Com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e da monarquia para a República, isto se tornou um problema para a elite maranhense, que não teve condições financeiras de incentivar o ingresso de mão de obra branca, vinda da Europa, como ocorreu no Sul e Sudeste e teve de conviver com uma nova realidade, na qual os antigos escravos, agora, somavam-se à numerosa população de homens livres (negros, pardos e caboclos), e que, conforme destaca o autor, eram definidos de maneira bastante preconceituosa, inclusive nos textos de documentos oficiais da época, que os rotulavam como “vadios”

e “ociosos”, sobre os quais era necessária a aplicação de medidas destinadas ao controle social.

Em 1920, o censo realizado pelo governo federal apontava que mais de 65% da população maranhense era formada majoritariamente por negros e pardos (FERRARO; KREIDLO, 2004). Como a Constituição de 1891 vedava o voto de analfabetos e mendigos, o regime representativo, baseado no sufrágio universal, era algo inviável de se concretizar na prática, por conta do próprio caráter excludente de uma norma que positivava, na Lei Fundamental do país, a cidadania seletiva. Isso acarretou o surgimento de uma República, cuja Constituição trazia, no conteúdo normativo, mecanismos legais fomentadores da desigualdade, em um exemplo de como saber (Constituição) e poder (Direito) se articulam na produção de sentidos de uma prática (não) discursiva, como o racismo.

A partir da compreensão dos principais aspectos da concepção foucaultiana a respeito de questões como as inerentes ao discurso jurídico e suas relações com as estratégias de poder, é possível afirmar que, ao contrário de autores como Kame (2006), contestador da adoção de ações afirmativas, existiram ao longo do processo de formação histórico-social do Estado Brasileiro entraves institucionais, de caráter jurídico, destinados a impedir a progressão social da população negra, para combater o que o STF reconheceu, no julgamento da ADC 41, como consequência do racismo estrutural, logo na primeira constituição republicana.

A análise do artigo 70 da Constituição de 1891, sob a ótica dos conceitos foucaultianos aponta, pois, diálogos entre práticas não discursivas (a omissão do estado em adotar políticas públicas que assegurassem a grande população de ex-escravos, pelo menos, o acesso à alfabetização) e práticas discursivas, como a positivação de uma norma constitucional que vedava o direito ao voto para “analfabetos e mendigos”. E esta interação entre duas modalidades de práticas (discursivas e não discursivas) delineou, no âmbito do saber jurídico, a positivação, por meio de um artigo do texto constitucional, de um mecanismo jurídico mantedor do racismo estrutural, cuja existência foi reconhecida inclusive pelo Supremo Tribunal Federal.

A retomada do artigo 70 também aconteceu na negação do racismo estrutural que embasou a tese jurídica defendida pelo partido Democrata (DEM), quando do ajuizamento da ADPF 186, que questionava as políticas de ações afirmativas praticadas nas universidades brasileiras, baseadas em critérios étnico-raciais sob a fundamentação jurídico-discursiva de que inexistia este tipo de racismo no Brasil, como ocorreu, por exemplo, nos Estados Unidos e na África do Sul.

Kaufmann (2007), que também se posiciona contrariamente à adoção de ações afirmativas, reconhece que os ex-escravos foram literalmente “abandonados” pelo Estado Brasileiro, acrescentando que esta parcela representativa da população brasileira foi jogada à própria sorte e teve de enfrentar muitas dificuldades para conseguir a inserção no mercado de trabalho. “Decerto, a igualdade jurídica, sob a ótica estritamente formal, não os tornou cidadãos”, afirma. (KAUFMANN, 2007, p.82).

Porém, conforme constatado na análise do artigo 70 da Constituição de 1891, adotando-se a metodologia foucaultiana, chega-se à conclusão que não houve nem mesmo a garantia de igualdade formal entre os diversos segmentos integrantes da população brasileira, que no final do século XIX era majoritariamente negra e parda quando da promulgação desse texto constitucional. Afinal, para esta parcela significativa da população, nem mesmo o direito ao voto foi assegurado, ocorrendo, mesmo no plano formal, do direito positivo, uma desigualdade jurídica que prejudicou a grande maioria de negros e mulatos, integrantes da parcela majoritária da população brasileira.

No próximo item, abordam-se as influências jurídico-discursivas da Carta de 1891, no processo de consolidação de uma prática de controle social, pautada em pressupostos permeados pelo racismo estrutural e que possibilitou a instauração de ações urbanas, portanto, de práticas não-discursivas, que se valiam de um poder sobre as populações pardas, negras, em um exercício de poder que agia disciplinarmente, sob a égide do discurso da “ordem e do progresso”.

O ARTIGO 68: A BIOPOLÍTICA E A DEFESA DA EUGENIA COMO CAMINHO PARA “CIVILIZAR” A NAÇÃO

Composta de 91 artigos, e elaborada com o intuito de reproduzir no país o conteúdo normativo inspirado na Constituição norte-americana, a Carta da República de 1891 teve forte influência da doutrina positivista, muito arraigada tanto entre os militares de alta patente, como Benjamin Constant, quanto entre lideranças civis, como Rui Barbosa. Ao lado do positivismo, o ideário liberal que também permeava o texto constitucional foi preponderante para a inclusão do artigo 68, que apresentava o seguinte comando: “Artigo 68-Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”.

Nesse artigo constitucional, cabe observar a expressão “peculiar interesse”, a qual respaldava a interpretação de que estados e municípios poderiam adotar, inclusive, ações de caráter eugenista, como ocorreu no Rio de Janeiro, onde houve ações desta natureza, sob o comando do sanitarista Oswaldo Cruz, e que renderam, ainda, um protesto de grandes proporções denominado de Revolta da Vacina.

Também no Rio de Janeiro, o médico sanitarista Pereira Passos, prefeito da cidade no início do século passado (1902-1906), promoveu a destruição de cortiços situados no centro da então capital da República, o que levou os moradores destes cortiços, a maioria negros, pardos e mulatos, a residir nos morros, consolidando no cenário urbano da cidade a presença das favelas.

O discurso eugenista contava com o respaldo de juristas renomados da época como Pontes de Miranda. Conforme observa Fernandes (2005), este jurista definia a população de negros e pardos como uma massa de homens sem posses e desprovidos de personalidade, e era favorável à adoção de medidas de cunho eugenista, sob o argumento de que eram essenciais para assegurar o ingresso no caminho da civilização.

Oriundo da Escola de Recife, que era notória defensora do chamado “darwinismo social”, Pontes de Miranda representava

uma grande parcela de juristas alinhados na defesa de teorias racistas que também tinham respaldo na medicina. Neste aspecto, destaca-se o trabalho do maranhense Nina Rodrigues, o qual defendia a superioridade da minoria branca em relação à majoritária população de negros, pardos, mestiços e mulatos, acentuando ainda o grave problema da miscigenação. Ele considerava a criminalidade um produto da convivência na mesma sociedade de raças situadas em diferentes estágios morais e jurídicos. É importante frisar que estes discursos adotados por Pontes de Miranda e Nina Rodrigues representavam um pensamento pautado no darwinismo, corrente teórica que inspirou o ideário positivista, presente em setores majoritários da intelectualidade brasileira, no período situado entre a transição do Império para a República, constituindo, dentro da concepção foucaultiana, um pensamento que se encontrava no “arquivo” da época. Nesse ponto, é relevante lembrar que Foucault (1972, 2010, p.147) define arquivo como a “lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares”.

Vale aqui ponderar, ainda, as relações do discurso eugenista com o conceito de biopolítica, estabelecido por Foucault. Segundo o autor, a partir do século XVIII, ocorreu um processo de transformação nos mecanismos de poder, e a vida passou a fazer parte do interesse estatal. O que era antes concebida como dádiva divina, e que se situava, portanto, fora do alcance da intervenção humana, tornou-se objeto de intervenção da ação do Estado. Tal enfoque, na avaliação de Foucault, fez com que a vida (e seus mecanismos) passasse a ser incluída no domínio político.

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar e um espaço em que se pode repeti-las de modo ótimo. (FOUCAULT, 2001, p.134).

A partir da utilização de conceitos como território e população, a biopolítica levou o biológico a se inserir no político. O fato de viver, que era quase inatingível pela práxis do conhecimento produzido pelo

homem, e que emergia eventualmente, mais notadamente quando a morte se manifestava, passa a ser algo abrangido pela esfera da atuação estatal, por meio do controle do saber e da intervenção do poder, esclarece Foucault (2001).

Conforme acentua Revel (2005), o conceito de biopolítica, desenvolvido por Foucault, tem como um dos eixos centrais de sua consolidação o fato de ter surgido concomitantemente ao liberalismo, cujo ideário defende um modelo de gestão governamental centrado na redução dos custos, o que nem sempre implica em uma ação estatal mais incisiva nas situações onde se torna necessário o exercício efetivo do biopoder. Desta forma, a biopolítica, “por meio dos biopoderes locais - se ocupará da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas”. (REVEL, 2005, p.93). Nesse aspecto, o discursivo e o não-discursivo são acionados, constituindo um dispositivo de poder.

A autonomia dada pela Constituição de 1891 para que os estados deliberassem sobre todas as chamadas ‘questões peculiares’ garantiu o aval jurídico para que alguns estados, inclusive, chegassem a discutir, como ocorreu no legislativo paulista em 1921, a adoção de critérios eugenistas na elaboração das leis referentes à entrada de imigrantes.

El Dine (2016) destaca que na década de 1920, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou projeto de lei do deputado Ellis Junnior, que estabelecia a realização de estudos científicos destinados a angariar conhecimentos que futuramente pudessem pautar a adoção de critérios mais seletivos para o ingresso de imigrantes no Estado. A justificativa apresentada pelo parlamentar para apresentar o projeto, prontamente aprovado pelos seus pares foi a de que era necessário “um estudo das correntes imigratórias que se dirigiam para São Paulo, do ponto de vista das suas características raciais e da assimilação, permitiria adotar uma seleção dos imigrantes que preservasse a qualidade da população paulista no futuro”. (EL DINE, 2016, p. 245).

Schwarcz (1994) aponta que as ressonâncias do discurso eugenista no legislativo paulista era um espelho do posicionamento

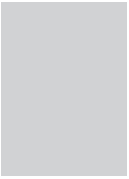
majoritário da elite do estado naquele período. Existia inclusive, na Faculdade de Direito de São Paulo, um forte movimento favorável à adoção destas medidas. A tradicional escola paulista de Direito polarizava, ao lado da Faculdade de Direito de Recife, o debate na seara jurídica no período de transição da Monarquia para a República.

Apesar de divergências pontuais, estes dois pólos de produção do “saber jurídico” da época tinham como maior ponto de afinidade a adoção de teses racistas. Conforme pontua Schwarcz (1994), tanto em Recife como em São Paulo, as teorias racistas, que alcançavam grande recepção da elite brasileira durante a República Velha, eram bem aceitas. A respeito disto, a referida autora tece a seguinte ponderação:

Com efeito, partiu de São Paulo a política mais restritiva e que propôs graves entraves à introdução de mão-de-obra negra e oriental. Nesse caso, São Paulo demonstrou na prática o quanto era permeável às conclusões teóricas racistas e darwinistas sociais, tão populares em Recife. (.....) Dessa maneira, enquanto na Escola de Recife um modelo claramente determinista dominava, em São Paulo um liberalismo de fachada — cartão de visitas para questões de cunho oficial —, convivia com um discurso racial, prontamente acionado quando se tratava de defender hierarquias, explicar desigualdades sociais. (SCHWARCZ, 1994, p. 142).

A respeito de uma das vertentes do discurso eugenista, a defesa do branqueamento como incentivo a imigração de pessoas brancas, Seyferth (2002) observa que enquanto articulava a abolição da escravidão, o governo imperial patrocinou o financiamento da imigração européia. A referida autora ressalva que normas detentoras de posição secundária dentro do ordenamento jurídico, como os decretos relacionados ao agenciamento de imigrantes deixavam nítido qual o tipo de imigrante era desejável e destaca o grande percentual de imigrantes brancos vindos da Europa, sob incentivo de uma política de imigração, permeada por viés racista, sinalizando o objetivo do Estado brasileiro de acrescentar o número de pessoas brancas na pirâmide demográfica do país.

Além do discurso do branqueamento, a defesa de práticas eugenistas no país, as quais também se alinhavam a um conteúdo



racista, era fortalecida com o chamado movimento “sanitarista”, efetivado com respaldo nas competências constitucionais asseguradas pela Constituição de 1891 aos estados e municípios de exercer plena autonomia para adotar as medidas, inclusive legais, de caráter sanitárias, destinadas preservar o “interesse coletivo”.

Os códigos de posturas dos municípios, por exemplo, eram dispositivos que disciplinavam medidas de caráter eugenista e passavam a se constituir no arcabouço jurídico que fomentava uma ação “biopolítica”. Neste sentido, Patto (1999) faz a seguinte constatação:

As ações repressivas em nome das medidas higiênicas aprovadas nos congressos médicos eram realizadas quase sempre sob a coordenação do secretário de polícia, a quem cabia vigiar usos e costumes, aplicar multas, promover despejos e dar voz de prisão aos infratores. A repressão grosseira, mais do que as sutilezas disciplinadoras, foi, portanto, o instrumento por excelência do movimento higienista brasileiro. (PATTO, 1999, p. 183).

Ao enfatizar os laços que conectaram a medicina social com a psiquiatria e o poder, Machado (1978) destaca que os negros sempre foram uma pedra no caminho na efetivação deste projeto, pois eram vistos pelos médicos, formuladores das políticas sanitaristas, como uma fonte de doença e morte.

Para este autor, a estatização dos hospícios, que também se consolida na vigência da Constituição de 1891, faz com que desta aliança entre Medicina e Estado, germine o discurso psiquiátrico, o qual respaldou as intervenções de caráter disciplinar que atingiam a vida e os corpos dos indivíduos da camada mais pobre da população, (majoritariamente negra e parda), e assim o discurso médico defendia o caráter “científico” para justificar as ações do Estado destinadas a disciplinar uma população “que pretende permanentemente escapar a seu controle, por uma população para quem a norma é danação”. (MACHADO, 1978, p. 492).

REPERCUSSÕES DAS NORMAS DO RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO EM UMA OBRA DE LIMA BARRETO

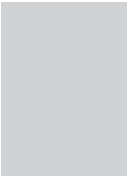
Como acontecimento discursivo, o racismo estrutural já consolidado na Constituição de 1891 fazia soar seus ecos em diferentes âmbitos sociais. Se em espaços como a justiça e a política ele encontrava abrigo, no campo literário ele era posto em xeque, sofria deslocamentos e passava por muitas críticas, como as presentes nos textos do escritor Lima Barreto.

Sentindo na pele os efeitos de uma ordem jurídica, social e política, permeada pelo racismo estrutural, Lima Barreto soube expor, por meio da literatura, o cotidiano de uma realidade marcada pela cultura da segregação, demonstrando, artisticamente, aspectos do racismo estrutural que irrompiam em práticas (não) discursivas.

No livro denominado “Cemitérios dos Vivos”, que teve publicação póstuma em 1953, o escritor aborda, por meio da narrativa do protagonista do texto, a forma como o exercício da biopolítica, na República Velha, refletia práticas fundamentadas no discurso do darwinismo social, a respeito do caráter degenerativo da raça negra. D’Angelo (2017) ressalta que o escritor, em razão da discriminação racial, vivenciava rotineiramente a situação de ser um homem negro, ocupando um espaço reservado prioritariamente aos brancos, e destaca que, por três vezes, Lima Barreto tentou, sem obter êxito, ingressar na Academia Brasileira de Letras.

O livro de estreia do escritor, “Recordações do escrivão Isaías Caminha”, trata a questão do “embranquecimento” desejado por negros, pardos e mulatos que ansiavam driblar barreiras do racismo estrutural. Nessa obra, esse desejo é materializado na história do protagonista da narrativa, que, por meio do sonhado diploma de bacharel, esperava passar a receber o *status* de “doutor”:

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. (BARRETO, 1995, p.06).



Nessa passagem, o personagem Isaías Caminha reflete sobre a exclusão de negros da vida intelectual do país como uma das práticas que constituíam a realidade da pessoa negra àquela época. Em perspectiva discursiva, o texto literário pode em boa medida testemunhar o passado, conforme comenta Chartier (2010, p.25), para o qual “(...) algumas obras moldaram mais poderosamente que os escritos dos historiadores as representações coletivas do passado”.

O contexto em que Lima Barreto viveu foi marcado pelo período mais intenso de adoção de práticas eugenistas. Na avaliação de Pelbart (2011), foi justamente o advento do biopoder que fez do racismo um mecanismo de estado com a população mensurada a partir da sua constituição biológica, passando a eugenia a atuar como dispositivo de poder, prática interventiva, inclusive com respaldo jurídico.

A leitura mais atenta da produção literária de Lima Barreto permite constatar de maneira acentuada o que Fazollari (2017) descreve como fronteiras invisíveis, as quais delimitam um quadro de segregação oficializada, onde a loucura serve como fundamento para um discurso que esconde rupturas e avaliza exclusões, um cenário no qual “a polícia, o hospício, o subúrbio, em suas produções e acúmulos de misérias, possuem o poder da interdição, do confinamento, do cômodo obrigatório a determinados setores da sociedade”. (FAZOLLARI, 2017, p.163).

Ademais, convém destacar que a Literatura, como toda expressão de arte, transfigura o real, recria a realidade, por meio de sua forma peculiar de trabalhar a linguagem. Da mesma maneira que o discurso jurídico busca descrever a realidade, “a narrativa, por mais ficcional que seja, é produzida inevitavelmente a partir daquilo que lhe é fornecido pelo mundo da vida”. (TRINDADE, 2012, p.11). Por esse olhar, o texto literário se dá a ler como espaço de captação das verdades de uma época e, portanto, como documento que permite ver, em linguagem artística, as práticas sociais de um dado momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo considerou Direito e Literatura em perspectiva discursiva e teve como principal objetivo suscitar o debate sobre as

conexões entre o processo histórico-social de construção da ordem normativo-jurídica do país e a fomentação do racismo estrutural, entendido aqui como um conceito amplo, que engloba tanto práticas discursivas (legislação) como não discursivas (biopoder).

Observou-se, pelas análises, que a Constituição de 1891, surgida com inspiração no modelo de constitucionalismo liberal norte-americano, trouxe em seu conteúdo normativo alguns artigos que positivaram as condições para a efetivação do racismo estrutural durante o período da República Velha. Essa análise se efetivou com base em dois artigos (68 e 70) da Constituição Federal de 1891, considerando as relações entre discurso, saber e poder, elaboradas por Michel Foucault (1974). Princípios do método arqueogenalógico auxiliaram a observação de que esses dois artigos funcionaram como acontecimentos discursivos que influenciaram grandemente o arquivo de uma época, desencadeando ou amparando práticas como a eugenia, a qual se fez presente em várias ações municipais. Essa análise permitiu notar também que os discursos se movem e são movidos em redes complexas de sentidos.

Tomou-se a obra literária como testemunho capaz de falar sobre acontecimentos históricos, por se constituir uma prática discursiva. Assim, esta breve análise arqueológica dos artigos da Carta de 1891 e as rápidas reflexões sobre o livro de Lima Barreto respondem em boa parte que a Constituição de 1891 deu amparo, direta ou indiretamente, a práticas de racismo na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo. Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga, André Luiz Freire (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/92/edicao-1/racismo>>. Acesso em: 02 jul. 2017

BARRETO, Lima. **Recordações do escrívão Isafas Caminha**. São Paulo: Ática, 1995.

BRASIL. **Constituição (1891) Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 1891. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 24 out. 2006.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CONJUR. **Lei de Cotas no serviço público federal é constitucional, decide Supremo**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-jun-08/lei-cotas-servico-publico-federal-constitucional-stf>>. Acesso em: 02 jul. 2017

D´ANGELO, Helô. **Lima Barreto e o racismo do nosso tempo**. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/lima-barreto-e-o-racismo-do-nosso-tempo/>>. Acesso em: 15 jul. 2017

FERNANDES, Cleudemar. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDES, Pádua. A produção legal da ilegalidade: os direitos humanos e a cultura jurídica brasileira. **Domínio Público**, p. 64, 2005. Tese (Doutorado em Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/A_producao_legal_da_%20ilegalidade.pdf. Acesso em: 01 fev. 2018.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. **Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais**. Educação & Realidade, v. 29, n. 2, 2004.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e o Direito**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau editora. 2002.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In: **Microfísica do poder**. MACHADO, Roberto. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GONÇALVES, Sérgio Campos. O método arqueológico de análise discursiva: o percurso metodológico de Michel Foucault. **Revista História e-história**. Campinas (SP); Unicamp, p.1-21, 2009. Disponível em: http://www.academia.edu/461854/O_m%C3%A9todo_arqueol%C3%B3gico_de_an%C3%A1lise_discursiva_o_percurso_metodol%C3%B3gico_de_Michel_Foucault. Acesso em: 30 out. 2017.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. **Ações afirmativas à brasileira**: necessidade ou mito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. Foucault: o poder e o direito. **Tempo Social**, v. 2, n. 1, p. 151-176, 1990.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Edições Graal, 1978.

MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100017. Acesso em:

PIOVEZANI, Carlos; CURCINO, Luzamara. Fazer, pensar, dizer e olhar: dispositivos de fala pública e de leitura na mídia. In: SOUSA, Katia Menezes de; FERNANDES JÚNIOR, Antônio. **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás: 2014, p. 43.

REIS, Felipe Luis. “**Peça inspirada em Lima Barreto reflete sobre racismo e eugenia.**” Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/teatro/peca-inspirada-em-lima-barreto-reflete-sobre-racismo-eugenia-21267142>>. Acesso em: 12 jul. 2017

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos fundamentais**. São Carlos (SP): Claraluz, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação.

Estudos Avançados, v. 8, n. 20, p. 137-152, 1994.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100017. acesso em 14 de jan. 2018.

SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo. In **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2002. (p. 17-43).

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. Constituição de 1891: as limitações da cidadania na República Velha. **Revista do UNI-RN**, v. 3, n. 1/2, p. 175, 2008. Disponível em: <http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/view/98>. Acesso em 17 jan. 2018.

TRINDADE, André Karam. Kafka e os paradoxos do Direito: da ficção à realidade. **Revista Diálogos do Direito**. Vol. 2, n. 2. 2012. p.137-159. Disponível em: http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/dialogosdodireito/article/view/63#.W9b6w-Jv_IU. Acesso em 27 jan. 2018.

OS MARCADORES DE NEGAÇÃO NO CONTO FANTÁSTICO “UMA CASA” DE MOACYR SCLiar

*Andreana Carvalho de Barros Araujo*¹
*Leonildes Pessoa Facundes*²

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar a construção da “negação” no conto fantástico “Uma casa”, de Moacyr Scliar. Porque o conto “fantástico”³? São narrativas que propõem revelar

¹ Mestre em Letras na Universidade Federal do Piauí – UFPI, e-mail: andreana_cba@hotmail.com.

² Professora Assistente do Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão (*Campus* CESTI) e Doutoranda em Linguística na Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, e-mail: leonildespessoa@gmail.com.

³ Não temos a pretensão de aprofundar nas questões da teoria literária, pois nosso objetivo aqui limitar-se-á à problemática linguística da construção do conto fantástico. Vamos, também, justificar a escolha do gênero conto. Porquê? Acreditamos que é importante essa questão, pois a leitura literária em sala aula são propostas dos PCN e da atual BNCC. A quem defenda que toda a literatura é fantástica, pois a literatura realista é relativamente moderna, retomando o século XIII, com as sagas escandinavas ou com o romance picaresco. As narrativas narravam fatos e lugares longínquos, imaginários distantes, e bem distantes da realidade. Entre os domínios literários, lugar em que a imaginação pode obter os resultados mais curiosos, pode colher tesouros, não os mais ricos como a poesia, mas os mais variados entre eles o *conto*. Ele tem sobre o romance uma imensa vantagem a nosso ver, pois a brevidade da narração acrescenta à intensidade do efeito. A leitura do conto

a anormalidade inserida na própria ordem do real por meio de imperceptíveis alterações que transformam, de repente, o normal em inquietante instabilidade. (ROAS, 2001, p.18). O nosso olhar aqui é diretamente para as marcas linguísticas da negação.

Quando se escolhe trabalhar com qualquer modalização, mais especificamente a negação, na perspectiva da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas - TOPE, foca-se em mostrar como a localização da ocorrência é afetada por esta modalização. A negação é um tema importante nos estudos linguísticos de Culioli (1990), pois, para o autor, muitas vezes a negação pode representar um problema, já que não há uma linearidade, nem tampouco estabilidade na língua quando em uso. Ou seja, a negação não se resume a fazer oposição à asserção.

Ao observar tal aspecto da linguagem, entendemos que é possível fazer um estudo, sob o viés da TOPE, para por meio dos traços materiais do texto (agenciamento de marcadores), reconstruir as operações constitutivas das representações negativas nos enunciados. Assim, buscaremos identificar os marcadores de negação presentes no conto fantástico e, além de tudo, compreender como esses marcadores se constroem no texto e permitir que o elemento fantástico favoreça o insólito nestas narrativas. Esperamos que este estudo provoque questionamentos nos estudiosos da linguagem e promova um novo olhar para essa questão da negação.

Ressaltamos, que temos aqui, o conceito de linguagem como trabalho de representação, referência e regulação. Temos um movimento que vai da unidade para a diversidade e volta para unidade em um nível superior. A linguagem é indeterminada, cabendo aos interlocutores determiná-las, quer dizer construir a significação.

pode ser realizada de um único fôlego, com uma unidade da totalidade do efeito, sendo uma vantagem, que dá a esse gênero de composição, para o nosso ponto de vista, uma superioridade.

CONTO FANTÁSTICO: DO SOBRENATURAL À DÚVIDA

Teóricos como Tzvetan Todorov Irère Bessièrre, Eric Rabkin e Emir Rodriguez Monegal, dentre outros, buscaram definir o gênero fantástico, mas é a definição de Tzvetan Todorov a mais divulgada. O autor (2010, p.37) define o fantástico “como aquela que provoca, no espírito do leitor, uma dúvida insolúvel entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural para os estranhos fatos que ela narra.” Ele estabelece diferenças entre o fantástico, o estranho e o maravilhoso, com uma série de outras subclassificações.

Assim sendo, em meio a tantos mistérios e tantas surpresas, há espaço para os leitores construírem suas próprias respostas ou explicações de tais mistérios. Esses são os fascinantes desafios que nos propomos desenvolver nesta pesquisa que busca um estudo da “negação” nesses textos a partir da base teórica da TOPE.

Para Todorov o fantástico desenvolve a narrativa no modo presente e dura apenas o tempo de uma hesitação, mas o maravilhoso é uma aceitação do sobrenatural, ou seja, os elementos sobrenaturais não provocam qualquer reação particular nas personagens. E esse tipo de narrativa estará sempre no futuro.

Os critérios do fantástico não se situam na obra propriamente dita, mas nas experiências particulares do leitor, por exemplo: temores, terror, sentimentos de medo e perplexidade a beirar a própria loucura. O fantástico nos coloca na frente de um dilema: acreditar ou não acreditar, aceitar ou não aceitar, verdade ou inverdade, sim ou não.

Há aqueles escritores de contos fantásticos que além de retratar a realidade e a fantasia, eles acrescentam ‘o humor refinado’, que povoa as cenas insólitas do dia-a-dia, dentre eles temos, o gaúcho Moacyr Scliar⁴, considerado um dos principais nomes da literatura atual brasileira. Ele tem como característica retirar do cotidiano a matéria prima para suas histórias, em que o inusitado vai provocar

⁴ Moacyr Scliar escreveu o conto fantástico “Uma casa”, texto que selecionamos para as atividades de linguagem do nosso Projeto de pesquisa de Doutorado, realizado com alunos de 6º ano do ensino fundamental em duas escolas públicas. (FACUNDES, 2018).

o riso, essa é a sua principal característica, mistura de humor com fantasia. Ele se formou em medicina e suas experiências na área se misturam aos seus enredos para depois ser surpreendido com finais inesperados.

A mistura do absurdo e da realidade quebram a normalidade e a rotina dos contos fantásticos. Nelas, o homem é visto como um ser solitário, terrivelmente oprimido pelos conflitos da sociedade. Será que temos uma explicação para a lógica do absurdo? O insólito e o inverossímil servem para retratar as realidades inexplicáveis, os retratos de um universo enigmático.

Para Todorov (2010, p.36-37) “Cheguei quase a acreditar” é a fórmula que resume o espírito dos textos fantásticos. Desse modo, entra a questão da ‘fé absoluta’ como ‘incredulidade total’, aqui há uma contradição puramente abstrata dessa concepção de fantástico, que segundo o autor “é a hesitação que lhe dá vida”. Sendo assim, “a hesitação do leitor é, pois uma primeira condição do leitor”. Vamos agora tentar compreender essa questão.

Será necessário que o leitor se identifique com uma personagem particular, ou seja, será necessário que a hesitação seja representada no interior da narrativa. Se pelo outro lado, o leitor não se identifica com qualquer um dos personagens da narrativa a hesitação não está representada no texto. Esta regra de identificação é uma condição facultativa do fantástico. (TODOROV, 2010, p.37).

Todorov explica 3 (três) condições para a construção de sua definição sobre o fantástico:

Primeiro, é preciso que o texto obrigue o leitor a considerar o mundo das personagens como um mundo de criaturas vivas e a hesitar entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural dos acontecimentos evocados. A seguir, esta hesitação pode ser igualmente experimentada por uma personagem; desta forma o papel do leitor é, por assim dizer confiado a uma personagem e ao mesmo tempo a hesitação encontra-se representada, torna-se um dos temas da obra; no caso de uma leitura ingênua, o leitor real se identifica com a personagem. Enfim, é importante que o leitor adote uma certa atitude para com o texto: ele recusará tanto a interpretação alegórica quanto a interpretação “poética”. Essas três exigências não têm valor igual. (TODOROV, 2010, p.39)

Nesse sentido do exposto, observamos que o ‘leitor’ é a base

da explicação nas três condições para a definição do elemento fantástico para Todorov. Nessa medida, o texto deve conduzir o leitor a mergulhar no mundo das personagens, a seguir viver a hesitação representada no conto para esse mesmo leitor adotar uma atitude de interpretação do conto. E, é válido ressaltar, que o autor classifica cada condição dessas ao nível linguístico, respectivamente em: aspectos verbal, sintático e semântico como demonstraremos a seguir.

O SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO

O ser humano tem a incrível capacidade de interação por meio da linguagem. No entanto, essa capacidade de linguagem não ocorre de modo simples.

A atividade de linguagem, a qual se refere à perspectiva culioliana, diz respeito às operações de representação, referenciação e regulação e em torno dessas operações giram a nossa interação. E esta tripla atividade está diretamente ligada à construção de sentido, entretanto,

Segundo Culioli (1982), operamos com três níveis de representação, a mental, a linguística e a metalinguística. Tais representações estão repletas de operações complexas que permitem a comunicação, mas também, permitem construir sentido. Essas operações de algum modo se materializam nos enunciados. Trata-se do sistema de representação metalinguístico, que são os agenciamentos do texto.

é preciso conceber que a atividade de linguagem não consiste em veicular sentido, mas em produzir e reconhecer as formas enquanto traços de operações (de representação, de referenciação e de regulação). A significação não é, portanto, veiculada, mas (re)construída (CULIOLI, 1990, p. 26)⁵.

⁵ Tradução nossa: Il faut alors concevoir que l'activité de langage ne consiste pas à véhiculer du sens, mais à produire et à reconnaître des formes en tant que traces d'opérations (de représentation, référenciation et régulation). La signification n'est donc pas véhiculée, mais (re)-construite.

É válido ressaltar que a abordagem culioliana busca as formas que marcam e constroem as atividades dos sujeitos, nesse caso só é considerado o que as formas linguísticas permitem dizer na enunciação. Com efeito, a linguagem não é reprodução, e nem codificação, mas a construção de valores referenciais.

Nesse sistema de representação é estabelecido um domínio nocional que é o resultado da ramificação de propriedades que são organizadas com base em fatores físicos, culturais e antropológicos. Nesse momento, temos apenas a *noção* que ainda não está munida de materialidade ou cuja materialidade ainda não é acessível ao linguista.

A noção é em si própria indizível, sendo apreendida senão através das realizações particulares que são suas ocorrências. Ela implica, portanto, relacionar uma ordem de existência, que não é materializável, nem exibível, nem dizível em si, com as marcas dessa existência, e que jamais são senão suas marcas. (FRANCKEL & PAILLARD, 2011, p.92)

Na construção do domínio nocional, surgem diversas operações, dentre elas as operações de identificação e diferenciação.

IDENTIFICAÇÃO, DIFERENCIAÇÃO

Culioli (1985) afirma que a identificação e a diferenciação levam à organização de um centro organizador. Na construção desse centro organizador tem-se “propriedades referenciais que são, ao mesmo tempo, estáveis sociologicamente e que vão variar de pessoa para pessoa (CULIOLI, 1985, p. 31)”⁶. Toda e qualquer noção está dentro de um domínio nocional. As noções são identificadas a partir de uma operação ou conjunto de operações primitivas, e é uma atividade que se volta antes para a seleção do que para a classificação.

Identificar significa que toda noção (se tratando de uma noção lexical, gramatical ou de uma relação predicativa) é apreendida

⁶ Propriétés référentielles qui à la fois sont stables sociologiquement et qui vont varier de personne à personne.

através das ocorrências (eventos) dessa noção, ou seja, através das representações ligadas às situações enunciativas, reais ou imaginárias (CULIOLI, 1990, p. 95).⁷

Podemos dizer que há identificação quando existe uma segunda ocorrência em relação ao centro organizador. Em outras palavras, as ocorrências construídas se identificam com o centro organizador do domínio nocional, e é em relação a este centro organizador que o sujeito estabelece a indiscernibilidade das ocorrências.

Somente dessa forma, através dessa relação de vizinhança, uma ocorrência pode ser identificável a outra, e exatamente isso é o que vai garantir essa equivalência mínima que permite que tenhamos produção-reconhecimento de formas.

A operação de identificação assume aqui um papel fundamental, visto que sem ela “não podemos construir nem termos, nem relações entre termos, nem relações de localização (CULIOLI, 1990, p. 96)⁸”.

Se tivermos uma operação de identificação na qual X é identificável a Y, na diferenciação é exatamente o oposto, X não é identificável a Y. Neste caso, tem-se de alguma forma uma alteridade que pode ser fraca ou forte, no entanto, isso permite que se construa o domínio em zonas. Comparando duas ocorrências (i) e (j), sendo identificáveis entre si e em relação ao centro organizador (x). Construímos, portanto, um aberto. Todavia, para lidarmos com uma zona qualificada como aberta, pois ambas não se diferenciam para que se torne fechada, é necessário que haja uma ruptura.

O ponto chave da diferenciação é exatamente a ruptura. É necessário que se chegue a um momento em que não é mais possível uma ocorrência, pois esta sofreu uma transformação que levou a uma ruptura. Dessa forma, teremos a diferenciação em zonas: interior, exterior e fronteira.

⁷ Tradução nossa: Identifier signifie que toute notion (qu’il s’agisse d’une notion lexicale, grammaticale, ou d’une relation predicative) est appréhendé à travers des représentations, liées à des situations énonciatives, réelles ou imaginaires.

⁸ Tradução nossa: [...] on ne peut construire ni termes, ni relations entre termes, ni relations de repérage.

Interior, Exterior e Fronteira

De acordo com a identificação e a diferenciação, o domínio nocional também apresenta uma divisão, de um ponto de vista qualitativo, que ocorre em três zonas: Interior (I), Exterior (E), Fronteira (F).

O Interior (I) é composto por ocorrências que são qualitativamente identificáveis com o centro organizador. Suas ocorrências são individuáveis e identificáveis umas com as outras, pois possuem todas as mesmas propriedades. Portanto, o Interior (I) é a construção de um aberto onde estão contidas todas as ocorrências.

O Exterior (E), ainda no terreno do qualitativo, afasta-se do centro organizador e apresenta ocorrências diferentes. Culioli (1990, p. 98) afirma que “o exterior é vazio de propriedade constitutiva da noção, seja pela alteridade radical, seja pela inexistência”.

A Fronteira (F) é exatamente aquilo que não pertence nem ao interior, nem ao exterior, mas que pode se ligar tanto a um, quanto ao outro, pois possui propriedades dos dois lados. No entanto, isso vai depender da ação dos enunciadores durante a troca enunciativa.

A REPRESENTAÇÃO DA NEGAÇÃO

Como a utilização da linguagem não ocorre de modo linear, nem é óbvia na maioria das vezes, há sempre a possibilidade de que nessa atividade de linguagem surjam vários problemas. A linguagem, de modo algum, é um sistema binário de comunicação no qual *sim* é suficiente e *não* seria apenas uma oposição ao *sim*, conforme explica Culioli (1999). Sabe-se que não há essa estabilidade na língua como um jogo de perguntas com respostas positivas ou negativas e se houvesse, certamente, seria um sistema homogêneo e transparente.

A construção da negação no enunciado vai muito além dessa oposição entre positivo e negativo, *sim* ou *não*.

Quanto à negação, diz respeito à construção de uma relação e você nota que a relação construída não é válida, não é validada: é uma representação de que dizemos algo que não pode ser assimilado em uma relação de existência.⁹ (CULIOLI, 1982, p. 2)

⁹ Quant à la négation, elle porte sur la construction d'une relation et vous

Cada língua tem suas marcas e peculiaridades, podendo, assim, cada uma apresentar diferentes marcadores. No entanto, em relação aos marcadores de negação, há uma tendência de que eles se aproximem mesmo em diferentes línguas. Parafraseando o que diz Culioli (1990) sobre os marcadores de negação da língua francesa, temos, em português, não (ele *não* tem casa), nem (*nem* imagina o que eu fiz), sem (*sem* lenço e *sem* documento). No entanto, a negação não é determinada apenas por esses marcadores, alguns prefixos, como *in-*, *a-* também podem representar essa negação em determinados usos.

Embora seja possível identificar marcadores cuja característica principal é a negação, sabe-se que isso não ocorre de forma restrita. É importante ressaltar que, segundo Culioli (1990, p. 92), “[...] a categoria linguística da negação passa pelas categorias da determinação, do aspecto-tempo e da modalidade¹⁰”. Ou seja, é o tipo de operação que se manifesta em categorias diversas na língua.

O autor explica que as operações de negação podem ser tanto *primitivas* quanto *construídas*. No que diz respeito à negação, enquanto *operação primitiva*, o referido autor afirma que:

Existe, na atividade cognitiva, tal como se revela através dos comportamentos significantes verbalizados (ou não verbalizados, como nas mímicas, os gestos e, de forma geral, os comportamentos corporais) uma representação específica do que é ruim, desfavorável, ou inadequado (portanto, a rejeitar), ou do que comporta um vazio, um hiato, uma ausência.¹¹ (CULIOLI, 1990, p. 93)

marquez que la relation construite ne vaut pas, n'est pas validée : C'est une représentation dont on dit quelque chose qui ne peut être assimilé à une relation d'existence.

¹⁰ [...] La catégorie linguistique de la négation traverse les catégories de la détermination, de l'aspect-temps et de la modalité.

¹¹ Il existe, dans l'activité cognitive, telle qu'elle se révèle à travers des conduites significantes verbalisées (ou non verbalisées, comme dans les mimiques, les gestes et, de façon générale, les conduites corporelles) une représentation spécifique de ce qui est mauvais, défavorable ou inadéquat (donc, à rejeter) ou de ce qui comporte un vide, un hiatus, une absence.

Isso quer dizer que, conforme explica o referido autor (CULIOLI, 1990), pode existir um estado de coisas que não é bom, referindo-se a uma avaliação subjetiva de algo, ou seja, é da alçada do qualitativo. Em contrapartida, pode-se ter uma operação que através dela significa que há um vazio, uma ausência, nesse caso, há uma referência a um modo de existência, sendo, portanto, quantitativo.

A operação construída é marcada pelo uso dos marcadores de negação. Segundo Culioli, alguns não são analisáveis, quando são analisados, decorrem de propriedades semânticas, por exemplo: “*difícilmente* ele vai ao cinema”.

As duas formas de ocorrência, primitiva e construída, citadas acima, estão interligadas e, embora sejam citadas separadamente, não fazem oposição entre si.

A NOÇÃO DE EXISTÊNCIA CONSTRUÍDA NO CONTO

Como estamos destacando o fenômeno da negação, precisamos ressaltar que este é construído ao longo do texto tanto qualitativamente quanto quantitativamente. Assim, iniciando pelo aspecto qualitativo, nota-se que há a construção da noção de *existência* que, para o autor do conto, é bem clara e serve como parâmetro para que a negação se construa. Tal noção é construída no seguinte trecho:

Um homem ainda não tinha comprado sua casa quando sofreu um ataque de angina de peito. A dor foi muito forte e ele teve, como é habitual nestes casos, a sensação da morte iminente. Ao médico que o atendeu perguntou quanto tempo lhe restava de vida.

— Quem sabe? - Disse o doutor. - Talvez um dia, talvez dez anos.

O homem se impressionou muito, coisa que não acontecia há longo tempo. Sua existência era tranquila; estava aposentado; levantava-se, lia o jornal (apenas a seção de curiosidades e passatempos); ia para a Praça da Alfândega, conversava com os amigos, engraxava os sapatos. Almoçava, dormia um pouco, e, à tarde, ouvia rádio. À noite, olhava televisão. Todas essas coisas embalavam suavemente seu espírito, sem mobilizá-lo em excesso. Órfão e solteiro, não tinha maiores cuidados; vivia num quarto de pensão e a senhorita — boa mulher — zelava por tudo.

Mas, então, vê o homem sua vida extinguir-se.

Com base nesse trecho do conto fantástico, a *noção de existência* se resume ao seu estado e suas ações:

a) Estado:

<Aposentado – não trabalhar mais>;

<Órfão – não ter pais>;

<Solteiro – não ter esposa>

<não ter casa própria >.

b) Ações (rotineiras):

Ler o jornal;

Conversar com os amigos na praça;

Engraxar os sapatos;

Almoçar;

Dormir;

Ouvir rádio; e

Assistir televisão.

O autor define a noção da existência com base em uma rotina que o sujeito segue rigorosamente. Na realidade, ao invés de utilizar a unidade morfolexical *vida* para caracterizar esse processo pelo qual todos passam desde o nascimento até a morte, o autor dá preferência à unidade *existência* que destaca a infelicidade de apenas existir sem se deleitar dos prazeres que a vida oferece. Nesse caso, a existência representa qualitativamente um estado de coisas que não são boas e ainda que seja uma *vida*, pode ser considerada uma *não-vida*, já que não é aproveitada plenamente.

Embora a ideia de *não-vida* seja um estado de coisas que não são boas, ela é resultado de alguns aspectos quantitativos da negação que se manifestam quando o estado do sujeito é descrito como aposentado, órfão e solteiro. Essas três unidades, *aposentado*, *órfão* e *solteiro*, destacam um valor negativo, uma vez que elas remetem ao que lhe falta, respectivamente, a ocupação do trabalho, os pais e uma esposa. Consequentemente, como não é necessário se dedicar ao labor semanal do trabalho, sobra-lhe tempo para realizar suas atividades que são, religiosamente, as mesmas. Além disso, o fato de não ter familiares como esposa e pais, também favorece para que lhe sobre tempo, mas ao mesmo tempo para que a vida seja vazia e repleta de atividades repetitivas.

O sujeito, no entanto, se dá conta de que não vive plenamente quando percebe a proximidade da morte e decide tomar pelo menos uma atitude que foge das habituais. A rotina é, então, quebrada. Assim, pelo menos uma das coisas que lhe falta, uma casa própria, é suprida. Então, ao perceber sua vida extinguir-se, afirmou: “Ao menos uma casa”. Que, segundo a narrativa, poderia ser: “**Qualquer** coisa: um chalé, um apartamento minúsculo, um porão que seja. Mas morrer em casa. No seu lar.”

A apresentação de “uma casa” no conto fantástico é responsável por começar a descrever o cenário que também é completamente negativo, pois a casa estava destruída, abandonada e suja, pode-se dizer inóspita e insalubre como podemos vê no trecho a seguir:

A fotografia mostra um velho bangalô de madeira, com beiradas coloniais e pintura desbotada.

A casa, mesmo, está quase caindo.

Olhe que é longe...,

Tem mesmo vontade de convidá-lo a entrar: venha tomar um chá em minha casa. Mas não há chá.

O chão juncado de insetos mortos e farrapos de papel, as paredes sujas.

A partir do momento em que a rotina é quebrada, o sujeito passa a vivenciar outra experiência que, ao que tudo indica seria o outro lado da vida, e, portanto, outra noção de *não-vida*. Enquanto a primeira noção diz respeito à vida que não era vivida plenamente, a segunda, é um estado de não-consciência, **sonho ou morte**.

É de manhã, mas o sol não surgiu. O homem se levanta e abre a janela; uma luz fria e cinzenta infiltra-se na sala. Não é luz do sol, nem da lua. E é a esta luz que ele vê a rua que passa diante da casa. Um pedaço de rua, surgindo do nevoeiro e terminando nele. Não há casas; pelo menos ele não as vê. Bem diante do bangalô há um terreno baldio e nele, meio coberto pela vegetação, o esqueleto enferrujado de um velho Packard.

Um animal pula do terreno baldio para a estrada. É um ser exótico, parecido com um rato, mas quase do tamanho de um jumento. [...] desejara ser zoólogo, mas amigos de bom senso dissuadiram-no de seguir uma profissão que,

diziam, até prova em contrário, não existe.

Da cerração vem saindo um homem. Um homem baixo e moreno, com cara de índio caminha devagar, batendo nas pedras com um cajado; e assobiando sempre.

_Bom dia!

O nativo não responde. Para. Fica olhando e sorrindo. Desconcertado, o homem insiste.

_Mora por aqui?

Sorrindo sempre, o andarilho murmura algumas palavras em idioma bizarro e desaparece.

“É um idioma bizarro” – pensa o homem. Logo, um país distante. Bem que o corretor lhe avisara! Mas isto fora há longo tempo. Desnorteadado, o homem resolve subir ao andar de cima para, de lá, situar-se melhor. Corre para a escada, galga os degraus de dois em dois (e não me dá angina!), chega a uma espécie de torreão, cuja janelinha ele abre. A névoa se dissipa e ele pode ver.

E o que ele vê? Rios brilhando ao longo de planícies, e o que ele vê; lagos piscosos, florestas imensas, picos nevados, vulcões. Vê o mar, muito longe; e nos portos, caravelas atracadas. Até os marinheiros ele pode ver, subindo nos mastros e soltando as bujarronas.

_Sim, é outro país – conclui o homem. - E tenho que começar tudo de novo.

Seriam dez horas da manhã – se é que as horas ainda existiam – e a temperatura poderia ser considerada agradável.

O homem começa tirando o sobretudo.

O estado que se destaca, nessa segunda fase, é o de não-consciência. O indivíduo dorme e a partir de então essa noção se constrói mais uma vez com base nos elementos da negação. Cenário negativo, pouca luz, indefinição (animais e pessoas bizarros).

1. É de manhã, mas o sol não surgiu.
2. *uma luz fria e cinzenta infiltra-se na sala.*
3. *Não é luz do sol, nem da lua.*
4. *Um pedaço de rua, surgindo do nevoeiro e terminando nele.*
5. *Não há casas; pelo menos ele não as vê.*
6. *Bem diante do bangalô há um terreno baldio e nele, meio coberto pela*

vegetação, o esqueleto enferrujado de um velho Packard.

7. Um animal pula do terreno baldio para a estrada. É um ser exótico, parecido com um rato, mas quase do tamanho de um jumento.

8. Da cerração vem saindo um homem. Um homem baixo e moreno, com cara de índio [...]

9. O nativo não responde. Para. Fica olhando e sorrindo.

10. Sorrindo sempre, o andarilho murmura algumas palavras em idioma bizarro e desaparece.

11. Logo, um país distante. Bem que o corretor lhe avisara!

12. Mas isto fora há longo tempo.

13. Desnorteado, o homem resolve subir ao andar de cima para, de lá, situar-se melhor.

Como se pode observar, o estado de confusão do indivíduo é notório e tanto os ambientes quanto os seres que fazem parte da descrição estão confusos e incompreensíveis. A negação, que se manifesta na descrição do espaço, do tempo e dos indivíduos que permeiam a narração, é responsável por criar esse ambiente confuso e sem definição. Nos exemplos, 2, 4, 5, 6 e 11, o espaço é construído de modo sombrio, como um lugar deserto, abandonado e sem luz natural. Por sua vez, nos exemplos, 1 e 12, o tempo parece incerto, como se tudo estivesse ocorrendo fora do padrão. E, por fim, os seres são caracterizados de forma não habitual nos exemplos, 7, 8, 9, 10 e 13.

Tabela 01: ser/espaço/tempo

SERES	ESPAÇO	TEMPO
Animal exótico sem forma definida	Luz fria e cinzenta (Casa tem um sobrado)	Manhã sem sol
Homem de aparência indígena falando idioma bizarro	Rua sem começo e fim	Sem noção da passagem do tempo.
Sujeito desnorteado	Sem casas	
	Terreno abandonado	
	País distante	

Fonte: autoras

Em “uma casa” há possivelmente dois espaços (o piso/térreo

“Espaço 01” e o andar superior da casa “Espaço 02).

No Espaço 01

“Está cansado... deita-se, enrolando no SOBRETUDO¹²”

• **Espaço 1 < visão turva >**

- Bem diante do bangalô - há um terreno baldio;
- Esqueleto de um carro;
- Um animal exótico (rato/jumento);
- Lembra da escola < gostava de zoologia >
- Sai da cerração um homem baixo, moreno, com cara de índio, fala um idioma bizarro. (LOGO, UM PAÍS DISTANTE);

• **Espaço 2 (ANDAR DE CIMA- “e não me dá angina!”) < pode ver >**

- A névoa se dissipa;
- Rios brilhantes; florestas imensas; o mar. (É OUTRO PAÍS)

Os sentidos construídos nos espaços são dicotômicos que possibilita ao homem

<SER> ou < NÃO SER > <VIVO> ou <MORTO>. Então, **Sit1** se instaura:

<homem/não homem>

<vida/morte>

<casa/ não-casa <do homem>

Depois se instaura o **Sit2 – Espaço-temporal 2< A casa que seria sua/do homem> “possibilidade”**.

Por fim, o homem concluiu: “_ **E tenho de começar tudo de novo**”. Assim, há na possibilidade a “negação” da existência de ‘uma casa’, construída somente a partir do desejo de um sujeito.

¹² A partir do momento que o personagem coloca o *sobretudo*, toda a narrativa torna-se “fantástica”. E chamamos atenção também, que a última cena enunciativa do conto é: “O homem começa tirando o *sobretudo*”. *Sobretudo* com o valor de advérbio significa, *em cima de tudo* e como substantivo significa *vestuário* (casaco que serve como proteção contra o frio e a chuva). Aqui por questões de foco e espaço não nos aprofundaremos nesta análise dessa marca. A marca *sobretudo* veicula possibilidade de *negação* de toda uma existência, embora não-consciente pelo homem.

MARCADORES DE NEGAÇÃO

A operação construída de negação existe e se baseia na análise de marcadores da negação. Alguns marcadores são explícitos e diretos, mas outros são considerados assim, pois, resultam de propriedades semânticas: nada mal, a rigor, apenas, dificilmente, como explica Culioli (1990).

Diante do exposto, fica evidente que a localização da ocorrência no campo nocional se acha afetada pela negação de diferentes formas. Levando em consideração, portanto, as operações de identificação e diferenciação, evidencia-se como a negação é construída no texto.

Desse modo, temos os casos do uso do marcador de negação mais comum, a unidade *não*, que se faz presente em todo texto, como nos trechos:

1. *Não* tinha comprado sua casa
2. [...] coisa que *não* acontecia há longo tempo
3. [...] *não* sabe escolher
4. *Não* se despediu da dona da pensão
5. Mas *não* há chá
6. o sol *não* surgiu.
7. *Não* é luz do sol, *nem* da lua.

Podemos observar que, nos exemplos acima, temos *operações de diferenciação*, pois, em todos os casos, a relação não é validada. Na construção do domínio nocional, todos eles se posicionam no exterior (E). Por exemplo, *um homem ainda não tinha comprado sua casa*, é uma relação não validada, se levarmos em consideração que um homem aposentado, já viveu bastante e, portanto, já trabalhou para adquirir coisas importantes como uma moradia. Desse modo, esperava-se que ele já tivesse adquirido sua casa.

O homem comprou sua casa

Centro organizador – *comprar sua casa*

Fronteira

Gradientes – *ainda não comprou, quase comprou, queria comprar etc.*

Centro organizador do domínio (complementar) – *não comprou*

Pode-se, então, ressaltar que todo o texto se constrói em cima da representação da negação que aparece em diversos marcadores como podemos ver nos exemplos abaixo.

Ausência:

aposentado – não trabalha mais

órfão – não tem mais pais

solteiro – não tem esposa

O chão juncado de insetos mortos e farrapos de papel, as paredes sujas – não tem limpeza

vazio: dar fim, acabar:

vê o homem sua vida extinguir-se

Ele dorme, a vida se apaga

Prefixos:

Des-aparece

Des-norteado

Tempo-aspecto:

“seriam dez horas da manhã - se é que as horas ainda existiam...”

Observamos, portanto, que os marcadores de negação, de fato, não se restringem aos marcadores diretos, mas que se apresentam de diferentes formas, apresentado ideias como de vazio e ausência para marcar a negação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a negação não está necessariamente ligada à oposição entre as unidades morfolexicais e que muitas unidades podem assumir um caráter negativo devido à ideia de vazio, por exemplo, vemos que o autor consegue dar ao texto essa ideia de negativo de várias formas. Ele constrói a noção de vida e de sobrenatural com base nos marcadores de negação.

Primeiramente, a própria construção do conto fantástico, de um modo geral, refere-se à existência ou não da vida, do real ou do irreal. Os elementos do texto são dispostos de forma a levar o leitor a pensar se o que o personagem vive é verdadeiro ou não. Os marcadores de negação constituem o texto de modo a levar o leitor à dúvida e ao questionamento a respeito da realidade presente na narrativa fantástica.

Em segundo lugar, as próprias noções construídas no conto são resultado de construções com base em marcadores de negação. Até mesmo, a própria noção de vida é resultante desses marcadores.

Enfim, todos os marcadores de negação engendrados no texto convergem no intuito de construir a ideia do fantástico no conto, despertando no leitor sentimentos de dúvida em relação ao que de fato ocorre na trama, trata-se de algo natural ou sobrenatural.

REFERÊNCIAS

CULIOLI, Antoine. **Notes du séminaire de D.E.A. - 1983-1984.** Paris: Université de Paris VII. D.R.L., 1985. 270 p.

_____. Négation: marqueurs et opérations. **Pour une linguistique de l'énonciation.** Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

_____. Existe-t-il une unité de la négation? In. **Pour une linguistique de l'énonciation.** Tome 3. Paris: Ophrys, 1999.

FRANCKEL, Jean-Jacques & PAILLARD, Denis. Aspecto da teoria de Antoine Culioli. IN. VOGÜÉ, Sarah de. FRANCKEL, Jean-Jacques & PAILLARD, Denis. **Linguagem e enunciação:** representação, referenciação e regulação. São Paulo: contexto, 2011.

PAES, José Paulo. (Org.) **Histórias fantásticas.** 5 ed. Coleção para gostar de ler. São Paulo: Ática, 2006.

ROAS, David. **A ameaça do fantástico:** aproximações teóricas. Tradução Julián Fuks. São Paulo: Unesp, 2001.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica.** Tradução Maria Clara Correa Castello. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

LUGAR-SEM-LUGARIDADE EM *MARIA DA TEMPESTADE* DE JOÃO MOHANA

*Maristela dos Santos Almeida*¹
*Naiara Sales Araújo*²

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem havido um crescente número de estudos que utilizam a Geografia Humanista Cultural (GHC) como aporte teórico, dada que sua abordagem foca, principalmente, nas relações entre o homem e o espaço que o cerca. Na literatura, por exemplo, é comum a presença de personagens que estabelecem relações com o meio fazendo deste, parte integrante da narrativa.

Diante da perspectiva de compreender como o sujeito se relaciona com o mundo em que vive, surge a abordagem humanista dentro da ciência da Geografia, permitindo que o espaço não seja observado apenas como um conjunto de elementos dispostos pelo homem, mas que seja analisado a partir de relações que o indivíduo estabelece a partir de suas experiências subjetivas.

Nesse sentido, a GHC busca a compreensão de como o ser humano constrói relações de sentido a partir de suas interações com

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão.

² Professora do Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal do Maranhão

o espaço geográfico, que para Eric Dardel (2011), tem cor, textura e cheiro, pois é percebido por todos os sentidos, como dimensão de uma experiência mais completa e mais humanizada. É a partir daí, que se pressupõe como tal relação pode agir no comportamento humano. A principal corrente de pensamento que norteia os estudos desta área do conhecimento humano e que ganha forças já na segunda metade do século XX, é a de cunho fenomenológico-existencialista, que se fundamenta na percepção e na experiência do fenômeno mediada pela linguagem.

Desta forma, as relações de pertencimento são também objetos de análise possíveis desta abordagem, pois a perspectiva experiencial nos coloca diante de sentimentos que nos aproximam ou distanciam, criam sentimento de afeição ou de repulsa pelo lugar³. Assim, tomamos a narrativa da obra *Maria da Tempestade*, com sua protagonista, como objeto de análise deste artigo, evidenciando a relação conflituosa entre Bárbara e sua casa, lugar com o qual ela não consegue estabelecer uma relação de pertencimento. A partir da sensação de mal-estar que Bárbara desenvolve em relação a casa onde mora com a família, ela vai morar em locais diferentes com os quais estabelece outras relações. Para alcançar o nosso objetivo, trabalharemos também com a categoria “lugar-sem-lugaridade”, utilizada, a princípio, por Edward Relph (1976), e muito cara para a GHC.

A importância da escolha desta obra, *Maria da Tempestade*, encontra-se no fato de esta produção, além de atualmente pouco conhecida dentro do escopo da academia e da literatura maranhense, não foi contemplada com qualquer análise envolvendo a ótica dos estudos da Geografia Humanista Cultural.

³ Para a GHC as categorias de Espaço e Lugar se diferenciam pelo que representam para o próprio homem. Yi-Fu Tuan, em “Espaço e lugar: a perspectiva da experiência”, (2013), considera o espaço como liberdade e lugar como segurança; abstração e concretude, respectivamente. Para ele, o lugar já é o espaço dotado de sentidos pela experiência humana. Experiência, por sua vez, não tem uma conotação passiva, como muitas vezes somos levados a entendê-la. Pelo contrário, ela é a ação do homem sobre a realidade.

REVISITANTO A GEOGRAFIA HUMANISTA CULTURAL

O geógrafo francês Eric Dardel, apontado como pioneiro nos estudos humanistas dentro da Geografia, desempenhou papel relevante inaugurando as primeiras reflexões acerca do homem e sua relação com o espaço. Foi um dos primeiros a utilizar a Fenomenologia como aporte teórico metodológico na Geografia, passando a analisar o espaço e sua relação intrínseca com o homem. Em sua obra *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica* (2012), ele enxerga o espaço como local onde o homem se realiza como ser, podendo desenvolver a percepção de sua existência. Dardel fala que:

Se a Geografia oferece à imaginação e à sensibilidade, até em seus voos mais livres, o socorro de suas evocações terrestres, carregadas de valores terrestres (*terriennes*), marinhos ou atmosféricos, também, sempre espontaneamente, a experiência geográfica, tão profunda e tão simples, convida o homem a dar à realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê sua experiência humana, interior e social. (DARDEL, 2012, p. 6)

Outra contribuição dentro das pesquisas geográficas de base humanista é a do filósofo e poeta francês Gaston Bachelard que, em *A poética do espaço* (2008), analisou as imagens dos espaços de afeição. Para isto, Bachelard elege o espaço da casa como “espaço feliz” e, a partir desta constatação, passa a investigar como o sentimento de habitar está ligado ao sentimento de proteção inerente à ideia da casa.

Ele privilegiou a capacidade imaginativa do homem, a qual não enxerga a casa sob o ponto de vista meramente arquitetônico, já que “a casa nos fornecerá simultaneamente imagens dispersas e um corpo de imagens. Num e noutro provaremos que a imaginação aumenta os valores da realidade.” (BACHELARD, 2008, p. 23). Bachelard, assim, evidencia que as relações que o homem desenvolve com a casa em que mora, estão além daquelas que dizem respeito apenas à moradia. Tais relações criam a sensação de intimidade e de sentimento para com a casa que se habita.

Yi-Fu Tuan, geógrafo sino-americano, observou no Humanismo uma possibilidade fecunda de tornar livre a imaginação e os sentimentos na ciência geográfica. Tuan ressaltou a importância do homem experimentar o meio ambiente e em seus estudos abordou as categorias de espaço, lugar, experiência e topofilia⁴, esta última como sendo a “sensação de afeição pelo lugar em que se vive” (TUAN, 1980), que fazem parte dos estudos referentes à Geografia Humanista Cultural. Para Tuan:

As mais intensas experiências estéticas da natureza possivelmente nos apanham de surpresa. A beleza é sentida, como o contato repentino com um aspecto da realidade até então desconhecido; é a antítese do gosto desenvolvido por certas paisagens ou o sentimento afetivo por lugares que se conhece bem. (TUAN, 1980, p. 18)

Tuan pondera acerca disto considerando as possibilidades de interação entre o homem e a natureza e as prováveis influências que esta pode exercer no cotidiano da vida humana. Através desta perspectiva, o geógrafo acredita que o lugar enquanto ambiente composto pela natureza e a presença do homem, caracterizam-se como fatores que ajudam a constituir o sentimento de afeição do ser humano por um lugar.

Outro geógrafo que igualmente possui grande relevância nos estudos da Geografia Humanista Cultural é Edward Relph. Em sua obra *Place and Placelessness* (1976), analisou como acontecem as relações de grande intimidade com um lugar e como este pode desencadear sentimentos de aversão ou, em suas palavras, se tornar um “não-lugar”. Argumentou que um espaço não é um lugar vazio como uma caixa que guarda algo. Para ele, é de extrema importância conceber o espaço a partir de um conceito baseado na experiência humana de habitar, pois é através disso que se poderia compreender como um lugar adquire características especiais. Para Relph “uma

⁴ Apesar de ser desenvolvido com mais profundidade por Tuan, esta categoria é, primeiramente, proposta por Bachelard em “A poética do espaço” (2008), pois ele trabalha com as relações afetivas entre o indivíduo e a casa natal.

persistente similaridade e unidade é que vai permitir que um lugar seja diferenciado de outro” (RELPH, 2014, p. 25). Em outras palavras, aquilo de peculiar que um espaço possui tornar-se-á o elemento responsável por fazê-lo especial para alguém e esta peculiaridade é carregada da individualidade daquele que observa e se relaciona com ele.

Isto posto, é preciso dizer que, a partir da leitura de Eric Dardel (2012), Gaston Bachelard (2008), Yi-Fu Tuan (1980) e Edward Relph (1976), surgiu o interesse por analisar o espaço da casa na perspectiva do “lugar-sem-lugaridade” na obra *Maria da Tempestade*, do autor maranhense Padre João Mohana.

JOÃO MOHANA E O ROMANCE MARIA DA TEMPESTADE

João Mohana nasceu em Bacabal, no estado do Maranhão, em 15 de junho de 1925 e foi múltiplo em seu campo de atuação, sendo aclamado nas diferentes áreas em que trabalhou, dentre elas o ofício religioso e a carreira médica. Considerado um dos grandes representantes da Literatura Maranhense, Mohana deixou um vasto legado que varia de trabalhos na prosa literária, peças teatrais, além de ter ajudado a organizar um acervo de músicas que hoje constitui-se como um museu da música maranhense.

Dotado de grande talento como escritor, João Mohana também ofereceu sua contribuição à produção teatral. Ele escreveu cerca de uma dezena de peças, sendo algumas encenadas no Maranhão e outras fora do estado. Em 1969, montou a peça *Abrão e Sara* para a reabertura do Teatro Arthur Azevedo. Três anos mais tarde, em 1972, no mesmo teatro, foi a vez de encenar *Por Causa de Inês*, sob a direção de Reynaldo Faray.

No entanto, Mohana obteve maior destaque na produção literária. Ao graduar-se como médico, já possuía algumas publicações. Em 1952, arrebatoou o Prêmio Coelho Neto da Academia Brasileira de Letras, com o romance *O Outro Caminho*, que o projetou rapidamente no cenário nacional.

De toda a sua riquíssima produção, foi a literária que o tornou conhecido fora do Maranhão. Durante as décadas de 20 e 30, o

país vivia uma erupção no surgimento de escritores, fortalecida desde a primeira fase do Modernismo. Obras com características regionalistas também passaram a surgir na prosa e alguns escritores maranhenses se destacaram no cenário nacional.

Seu romance *O Outro Caminho* (1954), abriu as portas para esse reconhecimento a nível de Brasil e, seguindo esse ritmo, Mohana lançou seu segundo grande romance, *Maria da Tempestade* (1956), que também encontrou grande receptividade da crítica nacional. Em 1995, no dia 12 de agosto, João Mohana partiu, deixando um legado de riquíssimo valor cultural para a produção literária e teatral brasileiras.

Maria da Tempestade (1956) é um romance com enredo envolvente no qual foi recriado o cenário e o contexto de uma época em que os valores familiares tradicionais eram colocados acima dos ideais de liberdade afetiva e independência. Através desse horizonte, revela-se a estória de uma mulher cuja vontade de realização descortina-se no conflito entre valores estabelecidos verticalmente.

A obra retrata uma série de acontecimentos variados e imprevistos na vida de Bárbara, cujos sofrimentos e tristezas vão ser violentamente confrontados com a certeza de dar ouvidos à voz de Deus, que na obra ganha força através da personagem do Pe. Tarjet, o qual aconselha a protagonista a confiar sempre nos propósitos divinos para que assim ela pudesse enfrentar as dificuldades de sua vida cheia de privações.

Além do discurso religioso, também estão presentes o discurso autoritário dos pais de Bárbara e o discurso feminino sob diferentes perspectivas. Tal discurso toma formas variadas a partir do posicionamento de Bárbara, de sua mãe Elisa e de sua “dama de companhia”.

Destarte, dar-se á início às reflexões acerca das relações estabelecidas por Bárbara para com o ambiente da sua casa durante a narrativa de *Maria da Tempestade*, visto que os lugares exercem influência sobre a protagonista, cada um de forma específica a ser abordada a seguir.

Lugares-sem-Lugaridade em *Maria da Tempestade*

O enredo de *Maria da Tempestade* se desenrola no espaço da cidade de São Luís, do início do século XX. Neste período, a cidade ainda possuía fortes vestígios do período em que o Brasil era colônia de Portugal. A região próxima ao desembarque de pequenas embarcações, hoje conhecida como Praia Grande, era o centro comercial de São Luís.

Os casarões construídos representavam a arquitetura portuguesa e deixavam evidente o laço que existia entre a capital ludovicense e o país lusitano. As ruas feitas com paralelepípedos tornavam o acesso restrito, embora nas primeiras décadas do século XX os veículos fossem melhor adaptados à arquitetura portuguesa.

A região da Praia Grande, àquela época, abrigava uma parte da população considerada pertencente à elite de São Luís. Os comércios vendiam de tudo e a cidade vivia ligeira prosperidade. No entanto, aqueles que trabalhavam nos comércios enfrentavam situações de precariedade econômica, sofrendo, dessa maneira, preconceito em relação à sua situação econômica.

São Luís, como as demais cidades brasileiras, buscava prosperidade, mas também sofria com a herança proveniente do passado colonial e da escravidão. A população enfrentava a crise do parque fabril e o endividamento conquistado pela falência das fábricas têxteis. Neste panorama, desenrola-se a trama de *Maria da Tempestade*, que retratou a vida de uma jovem oriunda de uma família economicamente bem-sucedida, porém emocionalmente falida nas relações entre seus membros.

A casa dos pais

Neste contexto vivia a jovem Bárbara, filha de um comerciante de São Luís. Ela possuía grande vontade de viver sua vida de acordo com seus ideais, mas sua família e a sociedade da época não permitiram que ela realizasse tudo que desejava para si própria. Dessa forma, o espaço da casa onde ela vivia com sua família, bem como o espaço

do Convento⁵ e da casa de Cora Mendes se constituíram como hostis, com os quais ela não conseguiu estabelecer relações positivas.

Durante a narrativa, foi possível perceber que Bárbara não desenvolveu afeição pela casa onde morava com sua família, ou seja, não existiu o sentimento topofílico por parte da jovem em relação a sua casa. Para Bárbara, este local se aproximava da ideia de prisão, como ela própria menciona:

Era uma época horrível aquela. Nem gosto de lembrar. As casas não pareciam conventos, porque dentro delas não se respirava a paz que se respirava neles. Pareciam prisão ou senzalas. Os pais eram verdadeiros feitores. Os filhos não eram filhos. Nem mesmo escravos eram - eram qualquer coisa, brinquedo na mão dos pais. Nossa casa, por exemplo, era uma senzala rica. Muito bem adornada, aparelhada de tudo, não faltava nada. Dentro dela, então, os móveis ouviam nossos gemidos, as cortinas enxugavam nossas lágrimas, os espelhos olhavam nossas faces de angústia, os tapetes abafavam nossos passos de oprimidos. Nunca senti um prazer, pequeno que fosse, motivado pelo luxo que nos cercava. Pelo contrário. Tinha vontade de bradar, de desmascarar, de quebrar tudo. (MOHANA, 1966. p. 11)

A casa da personagem não possuía valores que permitissem atribuir a ideia de lugar. Através dos relatos de Bárbara, percebeu-se a ausência do *espírito de lugar*, ou seja, “a forma específica que um lugar possui, uma morfologia que lhe confere identidade” (RELPH, 2014 p. 23). Apesar de viver com sua família em uma casa ampla, bem decorada, uma casa rica para a época, Bárbara sentia-se infeliz e comparava o espaço de sua casa ao espaço de uma prisão. A personagem desenvolveu um sentimento contrário àquele que entende a casa como “canto no mundo”.

Faltou à Barbara o sentimento de conexão com o espaço onde ela vivia com a família, isto porque a personagem não conseguiu estabelecer um sentimento de pertencimento com o ambiente de sua casa. O cenário conturbado que Bárbara vivenciou, principalmente com os pais, tornou o espaço de convivência familiar um espaço de

⁵ Denominação dada ao único colégio feminino existente no Maranhão.

conflitos e de hostilidade que tiraram da casa de Bárbara a ideia de “espaço feliz”.

A perspectiva bachelardiana enfatiza a ideia da casa como “grande berço”. Para Bachelard,

“a casa, na vida do homem, afasta contingências, multiplica seus conselhos de continuidade. Sem ela o homem seria um ser disperso. Ela mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Ela é corpo e alma. É o primeiro mundo do ser humano”. (BACHELARD, 2008, p. 21).

Relacionando tais conceitos com os sentimentos vividos por Bárbara, foi possível inferir que, embora a personagem vivesse em uma casa com sua família, tal fato produziu um efeito que era oposto ao de habitar, ou seja, para Bárbara sua casa não possuía a proteção, o agasalho e o valor de berço próprios de um lar.

Bárbara passou a experimentar a sensação de viver em um local desprovido do valor de lugar, em outras palavras, lugar-sem-lugaridade, sendo que a lugaridade é um dos componentes da casa como espaço que traz sensação de felicidade. No convívio de uma família que verdadeiramente habita uma casa, os momentos em que os membros se reúnem para fazerem alguma atividade, dentre elas assistir televisão ou fazer as refeições, em geral são momentos de comunhão, onde a família partilha o dia-a-dia de cada membro, as dificuldades e juntos fazem planos para o futuro. No ambiente familiar de Bárbara, isso, em geral, não acontecia, como é evidenciado na obra:

Ao meio-dia papai chegava do armazém. (...) Papai chegava, tirava o paletó e pedia almoço. “Elisa, vamos ver o almoço.” Ao redor da mesa a família se sentava. Parecia um grupo de estátuas. Papai e mamãe eram os únicos que conversavam com naturalidade. Nós ficávamos em geral calados; uma ou outra troca de palavras, “passe o cozido”, “passe o arroz”, “passe o assado”, ou então uma ou outra pergunta de papai “Antônio Carlos se comportou direito em casa?” “Godofredo tem sabido as lições?” (MOHANA, 1966, p. 12)

Percebe-se que a casa de Bárbara não foi seu “canto do mundo” e tampouco se constituiu como “espaço verdadeiramente habitado”. Bárbara não conseguiu experimentar o sentimento de bem-estar inerente à ideia de casa, ou seja, ela não vivenciou a casa na perspectiva de *lar*, segundo a qual: “*Lar é onde as raízes são mais profundas e mais fortes, onde se conhece e se é conhecido pelos outros, o onde se pertence. (...) ‘não há lugar como o lar’, ‘Lar doce lar’, ‘Lar é onde está meu coração’*” (RELPH, 2014, p. 24).

Portanto, evidenciou-se que a personagem Bárbara não desenvolveu topofilia pela casa onde morava com sua família. A inexistência deste sentimento fazia com que os momentos vividos dentro de sua casa se tornassem difíceis e despertavam nela a vontade de encontrar um local com o qual ela tivesse mais afinidade. Dessa maneira, Bárbara esperou que sua estadia em um colégio interno pudesse lhe oferecer aquilo que ela não conseguiu experimentar em sua casa, com sua família, ou seja, a sensação de afinidade e segurança, que ela esperava encontrar em sua permanência no Convento.

O Convento

Uma das tradições das famílias que possuíam melhores condições econômicas nas cidades brasileiras, dentre elas em São Luís, era enviar os filhos para estudarem em cidades mais desenvolvidas. No caso da família de Bárbara, um de seus irmãos, Godofredo (mesmo nome do pai), foi estudar medicina em São Paulo. Os demais irmãos estavam terminando os estudos na escola regular e ela foi mandada para concluir seus estudos em uma instituição voltada para o ensino apenas de mulheres e que também era um internato.

Por um tempo Bárbara alimentou a esperança de que o fato de estar fora de sua casa e morando em seu novo colégio, permitiria-lhe experimentar mais liberdade e menos opressão. No entanto, a realidade que ela vivenciou foi outra, completamente diferente de sua expectativa. Bárbara

Esperava que o Convento fosse um colégio para moças, mas era um convento para freiras. Foi uma decepção incomensurável. Pensei que poderia guiar meus passos como proprietária deles,

estudar quando achasse necessário, ouvir conselhos quando sentisse que me seriam úteis, ajudar os outros como pudesse, na medida de minhas forças e na capacidade de meu coração ao sacrifício. (MOHANA, 1966, p. 18)

Mais uma vez Bárbara estava experimentando um espaço com o qual ela também não se identificava. De acordo com o que pensa Relph, “lar é a essência do lugar” e é a partir da experiência do lar que o indivíduo passa a definir o seu lugar no mundo. O lugar, sob o ponto de vista de Jeff Malpas⁶, “refere-se à particularidade e à conectividade com a qual sempre experienciamos o mundo” (RELPH, 2014, p. 29)

O sentimento de lugar desenvolvido pelo homem em relação a um espaço, no entendimento dos estudos da Geografia Humanista Cultural, diz respeito ao vínculo de proximidade e de afinidade que é estabelecido entre ambos. Mudar de sua casa e passar a viver no Convento, significaram para Bárbara, no início, a possibilidade de poder estabelecer a relação de bem-estar, ou topofilia (TUAN, 2008), não vivenciada por ela em sua casa ao lado da família.

A partir deste conceito de Tuan, entende-se que Bárbara também não desenvolveu o sentimento topofílico pelo Convento. Ela tinha a ilusão de que, estando fora de sua casa, poderia enfim viver com mais liberdade e talvez pudesse criar uma relação de lar, de lugar com o Convento. No entanto, este passou a ser uma réplica da sua casa e de todas as relações limitadoras que ela vivia com a família. Em uma passagem Bárbara compara sua casa com o Convento:

(...) A mesma coerção de casa continuava lá. Minha mãe era a Mestra-Geral. Meu pai, Madre Superiora. Meus irmãos eram minhas companheiras de internato. (...) acordava ao som de palmas nos ouvidos. (...) Não me davam oportunidade. Batia-se uma palma, terminávamos o estudo das seis. Batia-se outra palma, entrávamos em fila. Batia-se outra, caminhávamos para a capela. Batia-se outra, ajoelhávamos nos bancos. Outra, levantávamos. Outra, completávamos a genuflexão. (...) Cada

⁶ Jeff Malpas é um filósofo australiano e professor honorário da Universidade da Tasmânia, na cidade de Hobart, na Tasmânia. Ele fez parte da vanguarda da pesquisa contemporânea abordando a natureza e o conceito filosófico de lugar.

menina não era uma alma, ali. Cada uma eram todas, e todas eram o regulamento. (MOHANA, 1966, p. 18-19)

Apesar de estar vivendo em um colégio com outras meninas de sua idade, Bárbara sentia-se igualmente tolhida e desconectada daquele espaço tal qual se sentia em sua casa. Dessa forma, ela também vive a experiência de “lugar-sem-lugaridade” no Convento. Bárbara vivencia o espaço do colégio interno como um lugar onde meninas de sua idade estavam apenas reunidas, em outras palavras, o Convento era *lugar como reunião* apenas.

Ao pensar na relação mais íntima e subjetiva do homem com o espaço, Relph fala do lugar que “reúne ou aglutina qualidades, experiências e significados em nossa experiência imediata” (RELPH, 2014, p. 22), características não vivenciadas por Bárbara tanto em sua casa quanto no Convento. Faltou ao espaço do Convento a *lugaridade*.

Bárbara não conseguiu viver experiências felizes nem em sua casa, nem no colégio interno que frequentou. Em ambos os espaços, não existiu o sentimento de estar livre e, conseqüentemente, feliz por viver esta liberdade. A ausência do sentimento de alegria pelo espaço de sua casa e do Convento, não permitiu que Bárbara se conectasse com tais espaços. Ela não estabeleceu relações de intimidade, de felicidade, de proteção ou de bem-estar.

Ainda com o intuito de desenvolver afinidade e sentir-se acolhida, Bárbara decide morar na casa de uma senhora solitária. A jovem ansiava viver em um local que oferecesse não só abrigo, mas também a sensação de liberdade que ela não encontrou nos lugares antes habitados.

A casa de Cora Mendes

Alguns anos se passam na narrativa de *Maria da Tempestade*. Bárbara conhece um rapaz de condição social inferior à sua e por isso o relacionamento foi duramente proibido por seus pais. Mesmo diante da negativa de sua família, ela mantém o relacionamento e, com a ajuda do Pe. Tarjet, casa às escondidas com Guilherme que

está preso após se envolver em uma confusão. Algum tempo depois, o rapaz foi transferido para outro estado por influência do pai de Bárbara.

Ela descobre que está grávida e não é mais aceita em casa. Assim, ela passa um período na casa das freiras da cidade, mas depois vê-se obrigada a encontrar outro local para permanecer durante o restante da gravidez. Neste momento surge a personagem Cora Mendes, uma idosa que mora sozinha em uma mansão decadente.

Após ser rejeitada pela família e não poder mais permanecer na casa das freiras, já que a gravidez começava a se tornar evidente, ela se vê obrigada a buscar um local onde pudesse ficar até o fim da gestação. Dessa forma, Bárbara procura Cora Mendes e pede à idosa para ficar em um dos quartos de sua casa enquanto os meses para a chegada do filho se completam.

Embora a casa de Cora Mendes fosse uma mansão decadente, Bárbara encontrou refúgio nela e, durante toda a narrativa, o espaço desta casa é o que mais se aproxima da ideia de casa na vida conturbada de Bárbara. Em sua primeira visita à mansão de Cora Mendes, ela faz as seguintes observações:

(...) Não era propriamente uma casa, era uma mansão. (...) Tive vontade de sentar na varanda, mas não havia um banco sequer. (...) Enquanto esperava, pensava no que ia dizer. Depois não pensava, na hora eu saberia. Ficava conjeturando o futuro. Há quartos à vontade. Poderei morar em qualquer um. Com meu trabalho irei mobiliando-o pouco a pouco, coisa modesta, não quero luxo. (MOHANA, 1966, p. 138)

Ainda que o espaço da casa de Cora Mendes soasse como abrigo naquele momento, ele se constituía como um espaço humilde que permitia muitos questionamentos, dentre eles saber quais as razões que levaram uma casa outrora bem cuidada ao estado deplorável em que se encontrava.

Por ser uma casa grande, com muitos quartos, sala e cozinha amplos, o espaço da casa de Cora Mendes permitia ao mesmo tempo refúgio e devaneio. A casa soa como “um corpo de imagens”, (BACHELARD, 2008) e, dessa maneira, os quartos abandonados e

sujos desta casa despertavam medos, insegurança e, em determinados momentos, aguçavam sua curiosidade.

Quando a jovem chegou à casa da idosa pela primeira vez, constatou a situação de abandono em que a senhora vivia e, ao explorar os quartos pouco iluminados e sujos, a sensação do leitor, a partir do sentimento expresso por Bárbara, é de medo, de desconfiança, sensações mencionadas por Bachelard ao falar sobre a imagem do porão.

Esta associação do porão e seus mistérios pode ser feita em *Maria da Tempestade* a partir do espaço da casa de Cora Mendes e seus quartos. Os quartos escuros, abandonados e sujos suscitam a desconfiança e o medo, próprios do porão. Sobre esta questão Bachelard comenta que o porão:

é em primeiro lugar o ser *obsuro* da casa, o ser que participa das potências subterrâneas. Sonhando com ele, concordamos com a irracionalidade das profundezas. (...) No porão há escuridão dia e noite. Mesmo com uma vela na mão, o homem vê as sombras dançarem na muralha negra do porão. (BACHELARD, 2008, p. 209 grifo do autor)

Ao adentrar a casa da idosa pela primeira vez e durante o início de sua estadia, Bárbara tinha receio do que os quartos podiam esconder. Além disso, ela sempre mencionava o fato de eles estarem sujos, escuros, sem móveis e com ratos.

Tal sensação vivida por Bárbara, afastou a ideia de *lugaridade* da casa de Cora Mendes. O tempo que lá permaneceu constituiu para Bárbara somente um refúgio, nunca um lar, e foi neste espaço que a jovem se viu obrigada a permanecer. Nesta casa ela deu à luz a filha que nasceu morta. Aquela casa com seus móveis a se desfazer, com ambiente sujo e inóspito apenas permitiu que Bárbara tivesse um teto para se abrigar.

No desvelar dos acontecimentos, notou-se que Bárbara, durante toda a narrativa, não conseguiu habitar as casas onde esteve. Todas foram para ela apenas moradas onde ela nunca de fato habitou. No entanto, nesta última casa, a jovem obteve mais liberdade e a partir disto vai tentando modificar aquele espaço da

casa de Cora Mendes de maneira que ele pudesse se tornar um lugar, mas esta é simplesmente uma impressão que o leitor tem no desfecho da obra, já que ao final Barbara implementa mudanças na casa de Cora Mendes, tornando o espaço daquela casa menos deplorável. Porém, a jovem ainda não se identificava com aquela residência e faz planos para o ano vindouro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura de *Maria da Tempestade* e dos estudos proporcionados pelos teóricos da Geografia Humanista Cultural, foi possível compreender a relação da personagem Barbara com o espaço das casas existentes na obra em questão.

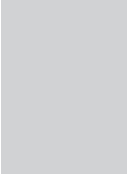
Tais espaços estavam impregnados de sentimentos e características que iam de encontro aos sentimentos de Bárbara, os quais fizeram estas casas serem desprovidas do sentido de habitar para a protagonista. Para a Geografia Humanista Cultural e seus teóricos, habitar é a maneira pela qual uma casa possui significados e qualidades para o homem que nela vive e, sob estas condições, se torna lar e assim lugar.

Em *Maria da Tempestade*, tanto a casa da família de Bárbara, como o Convento e a casa de Cora Mendes se constituíram como lugares-sem-lugaridade para a protagonista. Em todos estes espaços, ela vivenciou situações que afastaram destas moradias o sentido de habitar e de “espaço feliz”.

Nesta mudança de casas, um sentimento ficou evidente: Bárbara buscou se fixar em todas elas. O que de fato ela queria era permanecer, fazer daquelas casas seu lugar e, acima de tudo, Bárbara buscava a segurança de um lar. Diante dessas evidências, viu-se que a procura por uma identificação e conseqüente intimidade com estas casas foi a vontade latente de Bárbara.

Na perspectiva de Tuan (1983), o lugar é construído a partir da experiência e dos sentidos, ou seja, é preciso envolver-se com o espaço e assim proporcionar significado e experiência que poderão transformar um espaço em lugar.

Assim, notou-se que em *Maria da Tempestade*, João Mohana abordou, ainda que em segundo plano, temas como topofilia e lugar-



sem-lugaridade. De maneira sutil, Mohana fala sobre as inquietações que tomam conta do sujeito, sobre a falta de identificação que, às vezes, está presente no seio familiar e sobre a busca que o indivíduo empenha em fazer de um espaço a sua casa, o seu lar, o seu lugar no mundo.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Perspectiva, São Paulo, 2012.

MOHANA, João. **Maria da Tempestade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA, Jr.; WERTHER, Holzer; OLIVEIRA, Livia (Org.). *Qual é o espaço do lugar?: Geografia, epistemologia, fenomenologia*. Perspectiva: São Paulo, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Ed. DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo. Ed. DIFEL, 1980.

O INSÓLITO E A VERDADE EM *ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA*, DE JOSÉ SARAMAGO

Rita de Cássia Oliveira¹

INTRODUÇÃO

José Saramago inscreve o seu romance no gênero fantástico, porque não está preocupado em fazer uma *mímese* do mundo, o que faz com que sua obra se aproxime da arte de pintura surrealista que apresenta contextos insólitos, por compor uma imagem onírica de um mundo desagregado e absurdo. Somente no nível da faculdade da imaginação podemos compreender um mundo que empiricamente parece insólito e verdadeiro, por isso o *Ensaio sobre a cegueira* constitui-se de uma metáfora do mundo, porque não se trata de uma descrição do mundo da realidade ordinária mesmo esse “mundo” possuindo um vínculo com o mundo da realidade empírica, porém não se constitui como sendo essa realidade empírica.

A imaginação da existência empírica desse mundo poderá levantar diversas hipóteses de como poderá ocorrer a cegueira. De qual cegueira se estará tratando pois diversas passagens do romance encontramos trechos que a cegueira transcende a cegueira física e torna-se ideológica, questionando uma determinada verdade, como

¹ Professora do Departamento de Filosofia, da Universidade Federal do Maranhão; Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Letras-PGLetras/UFMA.

na passagem: “[...] assim está o mundo feito, que tem a verdade muitas vezes de disfarçar-se de mentira para chegar aos seus fins” (SARAMAGO, 1995, p. 126).

Essa ênfase anti-empírica do mundo, que o torna não alcançável por uma realidade empírica mas que em muitas situações poderá ser imaginado, perguntamos: como poderia ser esse mundo da ficção empiricamente representando, dado as diversas interpretações que a metáfora da cegueira nos possibilita?, podemos imaginar que José Saramago cria um mundo fantástico no horror e na caridade da cegueira para introduzir o insólito que a literatura fantástica instaura que, segundo Todorov (2014, p.30), apresenta “um acontecimento que não pode ser explicado pelas leis deste mundo familiar”. E continua:

Somos assim transportados ao âmago do fantástico. Num mundo que é exatamente o nosso, aquele que conhecemos, sem diabos, sílfides nem vampiros, produz-se um acontecimento que não pode ser explicado pelas leis deste mundo familiar. Aquele que o percebe deve optar por uma das duas soluções possíveis; ou se trata de uma ilusão dos sentidos, de um produto da imaginação e nesse caso as leis do mundo continuam a ser o que são; ou então o acontecimento realmente ocorreu, é parte integrante da realidade, mas nesse caso esta realidade é regida por leis desconhecidas para nós. (TODOROV, 2014, p.30).

No romance, a descrição da vida cotidiana é uma banalidade do mundano empírico rompida bruscamente pela metáfora da cegueira branca que proporciona e caracteriza a passagem do considerado normal para o insólito quebrando com a noção de verdade que tem como regra a realidade empírica, e passa subitamente para o estranho, causando a sensação de um súbito espanto que gera a sensação do desconhecido, da surpresa e do horror, entramos no “mundo da narrativa fantástica”, que cria um mundo que nos faz pensar como seria o nosso mundo nessa condição de existência. A necessidade e a contingência nesse “mundo fantástico” encontra-se na quebra da harmonia, naquilo que escapa ou que está nos limites da realidade científica e realista, portanto, fora do circundante mas possível de ser imaginado. Segundo Campra (2016, p. 27):

O fantástico pressupõe, empiricamente, o conceito de realidade, que se dá como indiscutível, sem necessidade de demonstração: simplesmente é. Deve-se reconhecer, entretanto, que a relação entre os dois termos não implica a simetria existente entre eles. Na edição de *Petit Larousse*, de 1926, por exemplo, “fantástico” tem antônimo “real”, mas como antônimo de “real” não aparece “fantástico”, mas “imaginário, falso”. Embora essa vaga assimetria possa ser atribuída a maior extensão do conceito de “real”, é certo também que deixa aberta a possibilidade de uma definição do fantástico não mais em termos de rigorosa dicotomia a respeito do real, mas a partir de sua obliquidade.

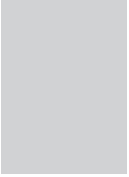
O insólito e o valor de verdade

Essa condição da literatura fantástica nos é apresentada por Saramago em *Ensaio sobre a cegueira*, logo na introdução quando o narrador conta uma situação de normalidade representada pelo cotidiano banal de um local (que poderia ser qualquer lugar do mundo), com carros parados num farol à espera da abertura do trânsito com o alerta do sinal verde; nessa situação as personagens são surpreendidas pela súbita e inexplicável cegueira de um motorista, mais surpreendente é que a cegueira é branca como se tivesse derramado leite nos olhos.

[...] Alguns condutores já saltaram para a rua, dispostos a empurrar o automóvel empanado para onde não fique a estorvar o trânsito, batem furiosamente nos vidros fechados, o homem que está lá dentro vira a cabeça para ele, a um lado, a outro, vê-se que grita qualquer coisa, pelos movimentos da boca percebe-se que repete uma palavra, uma não, duas, assim é realmente, consoante se vai ficar a saber quando alguém, enfim, conseguir abrir uma porta, Estou cego (SARAMAGO, 1995, p. 12).

A constatação da cegueira branca:

[...] O cego ergueu as mãos diante dos olhos, moveu-as, Nada, é como se estivesse num meio de um nevoeiro, é como se estivesse caído num mar de leite, Mas a cegueira não é assim, disse o outro, a cegueira dizem que é negra, Pois eu vejo tudo branco [...] (SARAMAGO, 1995, p. 13).



O leitor surpreende-se juntamente com as demais personagens, porque o leitor se torna uma personagem na medida em que a narrativa se desenvolve, e a cegueira inicial torna-se uma epidemia que não possui explicações científicas, tornando forte o sentido de fantástico da narrativa de Saramago, cujo rompimento entre as leis que regem um acontecimento familiar das leis que regem um acontecimento fantástico é instaurado. Assim é que o acontecimento anormal, insólito, impossível irrompem em um universo familiar, logicamente estruturado, quebrando com a ordem da realidade considerada normal:

“[...] Avisar as autoridades sanitárias, o ministério, é o mais urgente, se se trata realmente de uma epidemia é preciso tomar providências, Mas uma epidemia de cegueira foi coisa que nunca se viu, alegou a mulher, querendo agarrar-se a esta derradeira esperança [...]” (SARAMAGO, 1995, p. 39).

A subversão ao mundo logicamente ordenado segundo os padrões aristotélicos de pensamento encontra-se totalmente transformados na literatura fantástica. Essa transformação que radicaliza esse mundo ficcional tem uma função de crítica a um contexto social, em que as pessoas vivem em um estado de alienação, daí a leitura que alguns comentadores fazem desta obra sob um enfoque marxista.

Mas, a nossa interpretação assenta-se em identificar o insólito como necessário para a passagem de uma existência de um mundo e/ou um sujeito de um cotidiano previsível e alienado para um mundo e/ou sujeito estranho e desordenado que necessita passar por essa situação insólita para se reconhecer como estando num jogo com a verdade. E a verdade por nós tratada aqui será sob o enfoque do filósofo Nietzsche, que questiona a verdade como concebida pela tradição filosófica como indissociável com o pensamento moral, o qual se inscreve num dogmatismo quando se tenta uma fundamentação metafísica, porém, a verdade, para o filósofo, é uma ilusão:

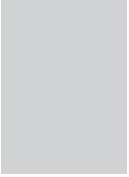
Somente por esquecimento pode o homem alguma vez chegar a supor que possui uma “verdade” no grau acima designado. Se ele não quiser contentar-se com a verdade na forma da tautologia, isto, com estojos vazios, comprará eternamente ilusões por verdades (NIETZSCHE, 1978, p. 47).

Nietzsche problematiza o fato de se atribuir um valor maior a verdade do que ao engano, estando a verdade sempre relacionada com o pensamento moral e a metafísica, buscando-se a sua justificação não no mundo sensível, considerado enganador e fugaz mas numa origem própria, isto é, absoluta, inquestionável, derivada de algum ponto último que lhe sirva de fundamento, algo como uma coisa em si, um deus oculto ou o seio do ser. Como se aquilo que se compreende por verdade e aquilo que se julga bom existisse desde sempre e a nós fosse permitido o *acesso* em determinadas situações, mas a verdade para o filósofo é uma metáfora. Ele pergunta:

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismo, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu o que são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua *effigie* e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas (NIETZSCHE, 1978, p. 48).

Saramago também nega o dogmatismo sobre a verdade com a metáfora da venda branca sobre os olhos das imagens dos santos na igreja católica, quando buscada pela personagem denominada de “mulher do médico” num gesto desesperado de pedido de ajuda ao Deus cristão:

Levantou a cabeça para as colunas esguias, para as altas abóbadas, a comprovar a segurança e a estabilidade da circulação sanguínea, depois disse Já me sinto bem, mas naquele mesmo instante pensou que tinha enlouquecido, ou desaparecida a vertigem ficara a sofrer de alucinações, não podia ser verdade o que os olhos lhe mostravam, aquele homem pregado na cruz com



uma venda branca a tapar-lhe os olhos, e ao lado uma mulher com o coração trespassado por sete espadas e os olhos tapados por uma venda branca, e não eram só este homem e a mulher que assim estavam, todas as imagens da igreja tinham os olhos vendados [...] (SARAMAGO, 1995, p. 301).

Em Saramago os valores morais se desatam de uma visão cristã naquele mundo estranho e desordenado, porque não há providência divina. Consequentemente, o estabelecimento de valores morais será deliberadamente humano, o que nos leva a pensar sobre a estabilização de valores no mundo contemporâneo e o ceticismo quanto a esperança de verdade e salvação cristã. Nesse mundo, assim pensado, não há fundamento, fazendo-nos novamente relacionar Saramago com Nietzsche quanto a “perda do fundamento”. Em Nietzsche essa perda gera um niilismo, sendo esse compreendido pelo filósofo como uma revolução copernicana, cuja existência se desloca ou “rola do centro para X” – o homem reconhece a falta de fundamento como constitutiva da sua condição – a chamada morte de Deus. Porque o niilismo poderá ser uma força que o impulsiona à crença em sua capacidade de criar valores sem fundamentos metafísicos e centrados na própria condição humana. Saramago assim como Nietzsche, apresenta a fundamentação metafísica da moral como histórica, isto é, ela veio a ser, na medida em que foi criada em determinado momento. Mas, os homens passaram a acreditar que com essa fundamentação haviam obtido a verdade sobre o bem e o justo imutáveis, não um bem e um justo criados. Assim, a verdade é relativa, pois trata-se de uma criação humana. Em *Ensaio sobre a cegueira* constatamos este sentido de perda do fundamento, bem exemplificado diante do fato da descoberta da mulher do médico (disposta a proclamar para os cegos) que foram abandonados por Deus.

[...] As imagens não vêem, Engano teu, as imagens vêem com os olhos que a vêem, só agora a cegueira é para todos, Tu continuas a ver, Cada vez irei vendo menos, mesmo que não perca a vista torna-me-ei mais e mais cega cada dia porque não terei quem me veja, Se foi o padre que tapou os olhos das imagens, É só uma ideia minha, é a única hipótese que tem um verdadeiro sentido

é a única que pode dar alguma grandeza a esta nossa miséria, imagino esse homem a entrar aqui vindo do mundo dos cegos, aonde depois teria de regressar para cegar também, imagino as portas fechadas, a igreja deserta, o silêncio, imagino as estátuas, as pinturas, vejo-o ir de uma para outra, a subir aos altares e a atar os panos (SARAMAGO, 1995, p.302).

A instauração do pensamento nietzschiano em *Ensaio sobre a cegueira* aparece como uma questão sobre os valores sem recorrência a uma providência eterna, fazendo surgir o contingente como a surpresa que irrompe a cada instante naquele mundo desordenado e sem sentido. Assim a confirmação de se ter cometido um assassinato em nome da honra parece justo e sem necessidade de um julgamento por Deus, por que a vida parece uma banalidade tanto de quem está vivo como de já quem morreu. Portanto, verifica a mulher do médico ao constatar que fora capaz de cometer um assassinato:

Tinha sangue nas mãos e na roupa, e subitamente o corpo exausto avisou-a de que estava velha, Velha e assassina, pensou, mas sabia que fosse necessário tornaria a matar, E quando é que é necessário matar, perguntou-se a si mesma enquanto ia andando do átrio, e a si mesma respondeu, Quando já está morto o que é ainda vivo. Abanou a cabeça, pensou, E isto que quer dizer, palavras, palavras, nada mais. (SARAMAGO, 1995, p.189).

Não mais se trata de entender o ser humano enquanto uma natureza estática e eterna, onde o caminho à verdade e ao bem pela principal característica que é a posse da razão seria a causa última, mas, ao contrário, para Nietzsche basta que se busque compreender a moral no âmbito dos sentimentos e das emoções. Somente a busca pelo que há de humano, demasiado humano nas questões morais será capaz de indicar prerrogativas para que se compreenda tal questão de uma nova maneira, uma maneira não metafísica, não preconceituosa. A moral passa a ser uma representação decorrente de sentimentos e emoções e não mais uma regra proveniente do conhecimento do verdadeiro bem. Conceber a moral como uma representação significa conceber que ela não é proveniente de um conhecimento que se denomina de verdade. Para Nietzsche o meio de

se buscar a origem humana da moral será a história. Como a moral poderia advir de um processo histórico? Nietzsche com essa forma de abordagem da questão da moral transformará o próprio conceito de verdade, como já se explicitou nesse ensaio.

Em Nietzsche a vontade de verdade decorre de uma vontade de engano. Torna-se necessário a vontade de engano para se edificar um determinado valor à categoria de verdade como meio de fortificá-lo para torná-lo mais forte e mais poderoso a fim de que se possa irremediavelmente se crer nele de forma irrefutável. No entanto, como este valor foi criado historicamente, é um engano tê-lo por verdade. É na veracidade de um engano que se acredita tratar-se de um valor de verdade.

‘Verdade’: em minha maneira de pensar, a verdade não significa necessariamente o contrário de um erro, mas somente, e em todos os casos mais decisivos, a posição ocupada por diferentes erros uns em relação aos outros: um, é, por exemplo, mais antigo, mais profundo que outro; talvez mesmo inextirpável, se um ser orgânico de nossa espécie não puder dele prescindir para viver. (NIETZSCHE, 1978, p. 52).

Em Nietzsche como em Saramago a moral é cultural e a verdade proveniente dos sentimentos e das emoções. Fica evidente que para o filósofo e o romancista, a verdade é apenas um erro aceito pela moral, talvez por ser um erro necessário, pois a abordagem metafísica mesmo sendo criticada comprova que é preciso enganar-se sobre a existência da verdade por que é necessário acreditar na verdade para manutenção da nossa espécie. É um mal necessário. Pois, é importante viver com representações valorativas e lógicas na medida em que a busca e valorização da verdade acima das ilusões é um meio de autopreservação por possuir uma função reguladora. Mas, não devemos esquecer, nos adverte Nietzsche, que toda moral é uma criação humana e não deve participar da ideia metafísica de verdade.

A própria linguagem aparece como criação de um mundo fingido e fictício, mas que se apresenta como útil e necessário para a conservação e o fortalecimento da nossa espécie. Mesmo a razão veio-a-ser e possui uma história. Compreender a razão nesses moldes

nos faz aceitar que ela não está além da experiência sensível mas alçada na própria experiência sensível.

Liberdade versus Espírito de rebanho

Mas, retornando ao manicômio-mundo, é constatado a necessidade de estabelecer uma ordem e leis que comandam a convivência entre aquela população de cegos retidos naquele antigo manicômio abandonado para onde o governo lhes enviou aos montes sem qualquer preocupação com as relações entre os cegos e o uso sadio com o ambiente. Nesse mundo, é mais comum um cego negar que seu âmagio compreende e tem temor pela perdição, ainda que esta seja libertadora. Nietzsche (1979, p. 45) já enunciara que o espírito quer, a sua vontade, um sagrado “sim”, pois “aquele que está perdido para o mundo conquista o seu mundo”. É temível pensar que a crise dos valores pode indicar novos horizontes, entretanto, a turbulência dos acontecimentos nega a reflexão sobre a liberdade entre os cegos sem no entanto obstruir, ao contrário, torna necessário ao leitor a reflexão sobre a liberdade. José Saramago introduz na sua ficção a reflexão sobre a liberdade para o leitor, porque assim como Nietzsche, a liberdade como necessidade para a condição de ser porque somente a liberdade dá sentido à existência. É com essa liberdade de escolha que a mulher do médico se deixa passar por cega, para ser os olhos do médico e de toda aquela população que se encontra naquele manicômio mundo. E ela reflete sobre a liberdade:

[...] bem fracas muralhas seríamos, só uma pedra no meio do caminho, sem outra esperança que a de tropeçar nela o inimigo, inimigo, que inimigo, aqui ninguém nos virá atacar, podíamos ter roubado e assassinado lá fora que não nos viriam prender, nunca aquele que roubou o carro esteve tão seguro da sua liberdade, tão longe estamos do mundo que não tarda que comecemos a não saber quem somos, nem nos lembramos sequer de dizer como nos chamamos, e para quê, para que iriam nos servir-nos os nomes, nenhum cão reconhece outro cão, ou se lhe dá a conhecer, pelos nomes que lhes foram postos, é pelo cheiro que identifica e se dá a identificar, nós aqui somos como uma outra raça de cães, conhecemo-nos pelo ladrar, pelo falar, o resto, feições, cor dos olhos, da pele, do cabelo, não conta, é como se não existisse, eu ainda vejo, mas até quando [...] (SARAMAGO, 1995, p. 63-64).

Essa reflexão acontece quando nós leitores nos confrontamos com a crise dos valores no manicômio-mundo, em que os cegos indicam ser mais prudente estarem juntos, mesmo que estejam amontoados do que sozinho; uma vez que a insegurança está instaurada nesse mundo contingente, em que o espírito de rebanho os assola como um tênue conforto para a alma, uma vez que “nenhum deles quer ser a ovelha perdida por que de antemão sabem que nenhum pastor os irá procurar” (SARAMAGO, 1995, p. 212). Nessa passagem fica permeado o pensamento nietzschiano em *Ensaio sobre a cegueira*, pois ser parte do rebanho dá àquela multidão de cegos a sensação, mesmo que falsa, de está inserido numa comunidade. Estando essa comunidade, por sua vez, emergida na veiedade da contingência do instável e momentâneo.

A ficção fantástica implica uma profunda subversão do mundo ordenado, estruturado e equilibrado. O que a faz ser uma crítica a um contexto social, em que as pessoas vivem em um estado de alienação. Neste manicômio-mundo se instaura não somente um jogo com o medo, mas, sobretudo um jogo com a verdade e a mentira. A verdade e a mentira se revelam em cada ação não vista mas visada. Em Nietzsche (1978, p. 46):

Enquanto o indivíduo, em contraposição a outros indivíduos, quer conservar-se, ele usa o intelecto, em um estado natural das coisas, no mais das vezes somente para a representação: mas, porque o homem, ao mesmo tempo por necessidade e tédio, quer existir socialmente e em rebanho, ele necessita de um acordo de paz e se esforça para que a máxima *bellum imnium contra omnes*² desapareça de seu mundo. Esse tratado de paz traz consigo algo que pareça ser o primeiro passo para alcançar aquele enigmático impulso à verdade. Agora, com efeito, é fixado aquilo que doravante deve ser “verdade”, isto é, é descoberta uma designação uniformemente válida e obrigatória das coisas, e a legislação da linguagem dá as primeiras leis da verdade: pois surge aqui pela primeira vez o contraste entre verdade e mentira.

Em Saramago (1995, p. 93):

² Guerra de todos contra todos (Nota do tradutor).

Na verdade, qualquer pessoa compreenderá que não é fácil contar cegos nem repartir rações sem olhos que os possam ver, a elas e a eles. Acresce que alguns ocupantes da segunda camarata, com mais do que censurável desonestidade, quiseram fazer crer que eram em maior número do que o eram de facto. Valeu, como sempre, para isso está ela ali, a mulher do médico. Algumas palavras ditas a tempo sempre foram capazes de resolver dificuldades que um discurso profuso não faria mais do que agravar. Mal-intencionados e de mau caráter também aqueles que não só intentaram, mas, conseguiram receber comida duas vezes. A mulher do médico apercebeu-se do condenável acto, mas achou prudente não denunciar o abuso. Não queria nem pensar nas consequências que resultariam da revelação de que não estava cega, o mínimo que lhe poderia acontecer seria ver-se transformada em serva de todos, o máximo talvez fosse converterem-na em escravas de alguns.

Para agravar a situação surgem os cegos malvados, pois no manicômio-mundo a água era insuficiente, as condições de higiene precárias e a comida pouca. Os cegos malvados recolheram os alimentos que o exército levava, pois o manicômio-mundo era vigiado por uma guarita em que ficavam os soldados do exército a observar e intervir caso algum cego se debandasse e para que isso não ocorresse o local tinha somente porta de entrada que se prolongava em longos corredores, os quais mais pareciam labirintos, e levavam às salas, quartos, consultórios, secretarias, ambulatórios e banheiros. Os cegos malvados recolheram a comida e todos os pertences dos demais cegos, porém, a mulher do médico não lhes entregou a tesoura, que a pendurou em um cabide preso à parede. Os cegos malvados não tinham mais nada a recolher em troca de comida. E começaram a exigir as mulheres como pagamento da comida. Na primeira noite foram sete mulheres da camarata (enfermaria) do médico, inclusive a sua mulher junto com a mulher do primeiro cego, a rapariga dos óculos escuros e a cega da insônia. Na camarata dos cegos malvados estavam vinte e um homens liderados pelo cego da pistola, o mais malvado dentre todos. As mulheres em fila eram apalçadas e escolhidas. O primeiro a escolher foi o cego da pistola que preferiu a rapariga de óculos escuros e a mulher do médico. O

pagamento feito aos cegos da camarata das mulheres violentadas fora uma quantidade maior de sopa. Os valores morais diante de um estado de miséria transformam-se em necessidades fisiológicas:

Vão buscar a comida, disse a mulher do médico, O acaso, o fado, a sorte, o destino, ou lá como se chama exatamente o que tantos nomes tem, estão feitos de pura ironia, nem de outro modo se entenderia por que foram precisamente os maridos de duas destas mulheres os escolhidos para representarem a camarata e recolherem os alimentos, quando ninguém imaginava que o preço pudesse vir a ser o que acabara de ser pago (SARAMAGO, 1995, p. 179).

Depois de serem violentadas e espancadas foram devolvidas à camarata ao amanhecer, quando a mulher do médico descobre que a mulher das insônias está morta e resolve limpá-la antes de enterrá-la, era o que mais de decente poderia lhe proporcionar naquela condição ultrajante. A narrativa se enaltece de sobrenatural, a morte como condição de única verdade. Todorov (2014, p.85) diz que o “sobrenatural nasce frequentemente do fato de se tomar o sentido figurado ao pé da letra”. Entende-se que é o exagero que leva ao sobrenatural, porque a narrativa fantástica toma ao pé da letra as expressões figuradas, como a metáfora, corrente na linguagem ordinária para designar um acontecimento sobrenatural que mistifica o real, nascendo o sobrenatural da linguagem, como nessa passagem do *Ensaio...*

Nesse preciso momento a cega das insônias foi-se abaixo das pernas, literalmente, como se lhas tivessem decepado de um golpe, foi-se-lhe também o coração abaixo, nem acabou a sístole que tinha começado, finalmente ficámos a saber por que não podia dormir, agora, dormirá, não a acordemos, Está morta, disse a mulher do médico, e a sua voz não tinha nenhuma expressão, se era possível uma voz assim, tão morta como a palavra que dissera, ter saído de uma boca viva. (SARAMAGO, 1995, p.178).

A cosmovisão do mundo criado em *Ensaio sobre a cegueira* toma a ideia de um mundo em que as pessoas são atormentadas pela cegueira. E a cegueira torna-se uma norma, que parece não alcançar

somente uma única pessoa: a mulher do médico, que continua a enxergar, mas rejeita o adágio de rainha, do dito popular: “Em terra de cegos quem tem um olho é rei”. A mulher do médico enxerga todo o horror e tormento que se transforma aquele mundo ao fazer a seguinte declaração: “Vocês não sabem, não o podem saber, o que é ter olhos num mundo de cegos, não sou rainha, não, sou simplesmente a que nasceu para ver o horror, vocês sentem-no, eu sinto-o e vejo-o” (SARAMAGO, 1995, p. 262).

O romance segue dando continuidade as ações dos cegos malvados que após quatro dias da primeira convocação das mulheres resolvem tê-las novamente em troca de alimentação. Agora são as mulheres da segunda camarata. Eram quinze incluindo a mulher do médico, que decidiu se armar com a tesoura. Ela não foi descoberta por que dessa vez os cegos malvados não se propuseram a escolher as mulheres mas agarrar a primeira em que o braço alcançasse. E assim começa a orgia, quando a mulher do médico enfia a tesoura no cego da pistola, líder dos cegos malvados, rasgando-lhe a garganta. O sangue em jato lança-se para o corpo da mulher que estava com ele e ao sentir o calor do sangue a molhar o corpo, principalmente o rosto, grita de horror, sem entender o que está acontecendo. Um clima maior de tensão se instaura e todos se movimentam sem saber para onde ir, quando a mulher do médico toma nas mãos a moça cega e a faz calar, empurrando-a para a saída do ambiente e distribuindo golpes de tesoura em todos os cegos malvados. O cego da contabilidade toma posse da pistola, atira e na hora em que a mulher do médico fala, ele a reconhece. Ela lança golpes para todos os lados e sai empurrando a cega em estado de terror. O leitor hesita diante da descrição daquela cena horripilante, poderá isso acontecer no mundo real?

Desferindo golpes à esquerda e à direita, foi abrindo caminho. Agora eram os cegos que gritavam, que se atropelavam, que subiam uns por cima dos outros, quem tivessem aqui olhos para ver perceberia que, comparada com esta, a primeira confusão tinha sido uma brincadeira. A mulher do médico não queria matar, só queria sair o mais depressa possível, sobretudo não deixar atrás de si nenhuma cega (SARAMAGO, 1995, p.187).

O fantástico para Todorov (2014, p.31) é conceituado como “a hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, face a um acontecimento aparentemente sobrenatural”. Sob esse horizonte a ambiguidade deve se “manter até o fim da aventura: realidade ou sonho? Verdade ou ilusão?” (TODOROV, 2014, p.30). Essas questões permeiam toda a trajetória do leitor em sua imersão naquele mundo fantástico que tanto pode aguçar a percepção para o sentido da verdade no mundo real. Assim, Todorov descreve o fantástico:

[...] num mundo que é exatamente o nosso, aquele que conhecemos, sem diabos, sílfides, nem vampiros, produz-se um acontecimento que não pode ser explicado pelas leis deste mesmo mundo familiar. Aquele que o percebe deve optar por uma das soluções possíveis; ou se trata de uma ilusão dos sentidos, de um produto da imaginação e nesse caso as leis do mundo continuariam a ser o que são; ou então o acontecimento realmente ocorreu, é parte integrante da realidade, mas neste caso a realidade é regida por leis desconhecidas para nós (TODOROV, 2014, p. 30).

Impulsionada por uma força desconhecida que somente o sentimento de horror e ódio causam, que a mulher do médico assume a posição de líder dos cegos honrados para se unirem e invadir a camarata dos cegos malvados e pegar comida, entretanto, essa ação desencadeia uma reação dos cegos malvados que liderados pelo cego da contabilidade, agora com a arma, atira sem direção exata e acaba por acertar em dois cegos. Não conseguiram a comida e a fome aumentava e decidiram recolher a comida quando o exército a trouxesse. Mas, a comida não foi colocada no local de costume, o que significava que não havia mais exército vigiando e nem comida. E a fome só aumentava quando uma cega recém-chegada invade a camarata dos cegos malvados e munida com um isqueiro atea fogo no local que logo é submerso à uma fumaça preta e de odor muito forte. Atenta, a mulher do médico descobre que o exército abandonou o posto e o portão estava aberto. Ela orienta os cegos a deixarem o local que se consumia em fogo. Muitos cegos são esmagados na correria ou se esbarram no muro, ocasionando-os a

morte. Novamente o comportamento de rebanho assola a narrativa ao fazer com que a atitude de todos seja guiada pelo instinto, que aponta à uma salvação sem mediação da racionalidade e guiado por aquela que apesar de possuir o bem mais precioso daquele mundo: a visão, não mais tem o controle da situação. Ela quer salvar a si e ao seu grupo e para isso comanda a jornada rumo a saída daquele hospício-mundo em chamas.

Saltaram, tropeçaram, caíram, choram e gritam, mas por ora estão a salvo, tenham a esperança de que o fogo, quando fizer desmoroar-se o telhado e atirar por ares e ventos um vulcão de labaredas e tições a arder, não se lembre de propagar-se às copas das árvores. [...] só agora é que consegui sair da camarata, a culpa foi do rapazinho estrábico que ninguém conseguia saber onde se tinha metido, agora já está aqui, agarro-o com força pela mão, teriam de arrancar-me o braço para que eu o largasse, com a outra mão seguro a mão do meu marido, e depois vem a rapariga dos óculos escuros, e depois o velho da venda preta, onde está um está outro, [...]. (SARAMAGO, 1995, p.208).

Considerações Finais

A miséria é percebida na condição subjacente da situação permanente de caos dos cegos que, em Saramago, representa a condição humana em geral. A mulher do médico sendo a personagem que tem essa percepção da “miséria” pela visualização direta do horror daquela cidade que não é geograficamente demarcada, podendo ser qualquer cidade do mundo. Ela se pergunta: “De que me serve ver? Servira-lhe para saber do horror mais do que pudera imaginar alguma vez, servira-lhe para ter desejado estar cega, nada senão isso” (SARAMAGO, 1995, p. 152).

Saramago (1995) coloca-nos diante de um paradoxo: enxergar e querer estar cega. É colocado em xeque o desejo de enxergar pela criação da realidade ambígua do romance. De uma parte, é horripilante a impregnação do terror nos olhos da mulher do médico, uma constante negativa da realidade. De outra parte, enxergar expande o sentido para além das aparências, ver as coisas de modo a “reconstruir” o olhar e poder agir em benefício do outro,

uma constante positiva da realidade. A verdade consiste na cegueira ou na visão? Nietzsche (1978) se pergunta: por que a verdade? Por que o chamado impulso ao conhecimento se direciona quase que espontaneamente para a verdade? A verdade funda-se na falsa crença de que esta não poderia ser algo da ordem das experiências e dos fenômenos, devendo pertencer a um outro mundo situado para além do sensível. Assim, a crença da verdade aparece ligada e dependente da crença em um “mundo verdadeiro” por trás da “aparência”.

Não passa de um preconceito moral que a verdade tenha mais valor que a aparência; é inclusive a suposição mais mal demonstrada que já houve. Admita-se ao menos o seguinte: não existiria nenhuma vida, senão com base em avaliações e aparências perspectivas; e se alguém, com o virtuoso entusiasmo e a rudeza de tantos filósofos, quisesse abolir por inteiro o ‘mundo aparente’, bem supondo que você pudesse fazê-lo – também da sua ‘verdade’ não restaria nada! Sim, pois o que nos obriga a supor que há uma oposição essencial entre ‘verdadeiro’ e ‘falso’? (NIEZSCHE, 1975, p.292).

E a verdade naquele mundo de horror se faz pela luta da sobrevivência. É assim que quando fora do manicômio-mundo, os cegos perambulam pelas ruas sem direção, em grupos entram e ficam em qualquer casa, loja ou supermercado. Mas, a mulher do médico decide ser os olhos do seu grupo a guiar-lhe para uma loja, enquanto ela procurava comida. Em seguida, pelas indicações da rapariga de óculos escuros, encontra-lhe a casa, que já fora invadida por outro grupo de cegos, ficando a moça sem saber para onde teriam indo os seus pais. A mulher do médico guia o grupo até o seu apartamento, que encontra fechado sem arrombamento das grossas fechaduras. Ela vai até o local onde guarda as chaves e abre a porta, antes, porém, o grupo se destitui de sua roupa suja e ela oferece roupas limpas para todos. Quando a noite chega e uma chuva em abundância jorra do céu. Primeiro a mulher do médico se inunda daquela água até seu corpo ser completamente limpo, depois um por um se delicia com o banho que parece não somente lavar o corpo mas a alma. Essa chuva como que prenuncia a chegada de uma outra realidade.

A realidade que se anuncia no dia seguinte com o fim da epidemia da cegueira branca. O primeiro cego, aquele que cegou no sinal de

trânsito, é o primeiro a ficar com vista escura e gritar que ficou cego, quando a sua mulher lhe diz que cego já estava, quando começa a ver as nuances do quarto e depois a clareza de visão. Voltara a enxergar e grita de contentamento. E assim a visão vai retornando a todos e a mulher do médico calada, fica a ouvir os gritos de alegria que ecoam em toda a cidade. O médico e a mulher tentam compreender a causa da cegueira e não encontram, quando ela diz a ele que não cegaram, eram cegos que, vendo não viam. Depois, na janela do seu quarto ver a cidade engolida pela sujeira e olha para o céu, contemplando-o, quando enxerga tudo branco. Pensa que fosse a sua vez de cegar, mas olha para baixo e ver a cidade em nuance.

O romance *Ensaio sobre a cegueira*, nos leva a crer que a mulher do médico cegou, mas a ambiguidade continua presente, ela cegou como descanso merecido aos olhos que viram o horror da humanidade? Ou a cegueira é uma metáfora que evoca o valor da visão mesmo quando se ver a verdade cruel do mundo?

REFERÊNCIAS

CAMPRA, Rosalba. **Territórios da ficção fantástica**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. **Os pensadores**. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. 4. ed. Tradução de Maria Clara Correa Castello. São Paulo: Perspectiva, 2014.



FIOS DE MEMÓRIA E TRADIÇÃO: O REGIONALISMO NO ROMANCE *POR ONDE DEUS NÃO ANDOU*, DE GODOFREDO VIANA

Kerllen Miryan Portela de Paiva Norato¹
José Dino Costa Cavalcante²

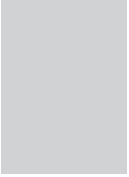
INTRODUÇÃO

O texto literário tem como uma de suas características um trabalho primoroso com a palavra, que é explorada em todo o seu potencial e, por seu caráter polissêmico é capaz de dizer algo de maneira única e assim surpreender aqueles que se aventuram, como diz Drummond, a penetrar surdamente no reino das palavras e contemplar suas mil faces secretas, trazendo consigo a chave que dá acesso a esse maravilhoso mistério. Seja na poesia ou na prosa e mais especificamente no romance, a literatura tem o poder de registrar aquilo que já foi e com suas cores especiais que cruzam memória e criação ou recriação, atua como fotografia, marcando esses instantes na memória do autor, do narrador, dos personagens e do leitor, reproduzindo de modo único pelo fazer artístico tudo o que se viveu.

Dentre as inúmeras obras da literatura brasileira, faz-se um recorte sobre o chamado romance de 30, que tem a marca da

¹ Professora Mestra - IFMA

² Professor Associado do Departamento de Letras e professor permanente do PGLetras da UFMA



necessidade de uma reterritorialização, num momento em que o Nordeste emerge como região, consagrando os grandes autores do regionalismo no Brasil. Momento marcado por narrativas que trazem um levantamento exaustivo da natureza, bem como da história e da condição social da área, reflexo do esforço desses escritores de elaborar uma memória social e cultural a fim de instituir o Nordeste com região.

O presente artigo se propõe a analisar de que maneira o regionalismo permeia a construção do romance *Por Onde Deus Não Andou*, do escritor maranhense Godofredo Viana por meio do olhar de Albuquerque Júnior (2011) sobre como o Nordeste emerge enquanto região no cenário brasileiro por meio do romance regionalista e quais as características que constroem essa literatura, bem como os estudos de Alfredo Bosi (2008) sobre o romance de 30.

FIOS QUE ENTRELAÇAM TRADIÇÃO E MEMÓRIA

A ideia de Nordeste é costurada com os fios da memória buscando na tradição a instituição de uma identidade. Por meio da invenção do que é tradicional, garante-se um equilíbrio entre passado e presente, assegurando a perpetuação de privilégios e lugares sociais que ameaçam ruir diante do novo.

O Nordeste passa a ser o espaço do lirismo e da saudade com o popular idealizado, no qual o folclore funciona como elemento decisivo na autenticidade regional. Por meio da perpetuação de hábitos, costumes e concepções, o folclore exerce uma função educativa, que disciplina e ao mesmo tempo sensibiliza, criando um elo entre presente e passado e inventando tradições.

O caráter tradicionalista do romance regionalista toma a memória como palco da reminiscência e do reconhecimento. Desse modo a história é “o processo de afirmação de uma identidade, da continuidade e da tradição, e toma o lugar de sujeitos reveladores desta verdade eterna, mas encoberta” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 93).

Os romancistas da geração de 30 têm a memória como matéria principal de sua literatura. A narrativa é então uma manifestação do

que é tradicional, expressando o regional que se encontra ameaçado pelas dinâmicas do mundo moderno. Mundo no qual o homem vive angustiado entre máquinas, com sua identidade ameaçada, onde a memória se torna o espaço em que esse sujeito pode encontrar seu verdadeiro eu.

O que se buscava então neste regionalismo é um romance que viesse do povo, da terra, simples, ligando o moderno ao eterno, com as tradições das casas-grandes, senzalas, igrejas e do contato afetivo de brancos com negros e índios.

Nesse contexto tem-se a sociedade patriarcal como o lugar de superação dos conflitos, uma vez que as relações de poder se baseariam em relações pessoais e não entre classes ou grupos sociais. Havia ainda o regresso ao feudalismo e o apego à terra onde as cidades nordestinas eram retratadas como se não houvessem saído do período colonial. Uma região da memória e da natureza, onde as pedras falam do passado e da História.

O ROMANCE REGIONALISTA DE 30

A partir de 1930, os críticos de literatura utilizam o termo “contemporâneo” para designar o que foi produzido desde então. A década de 30 é marcada pela tentativa de superação da República Velha, inaugurando “a fase adulta e moderna da literatura brasileira”, suscitando de acordo com Alfredo Bosi (2008), uma corrente de esperança e oposições.

Esse período da literatura, que vai até 1945/50 vai apresentar como primeiro plano a ficção regionalista, o ensaísmo social e o aprofundamento da lírica moderna, situando-se entre o fechamento e a abertura do eu perante a natureza e a sociedade. Traz como paisagem familiar “o Nordeste decadente, as agruras das classes médias no começo da fase urbanizadora, os conflitos internos da burguesia entre provinciana e cosmopolita (fontes da prosa de ficção)” (BOSI, 2008, p. 386).

As décadas de 30 e 40 configuram-se como “a era do romance brasileiro”, consolidado em parte na ficção regionalista que consagrou nomes como o de Rachel de Queiroz, José Lins do

Rego e Graciliano Ramos. Mas, enquanto no século XIX imperava um realismo de caráter científico e impessoal, os romancistas de 30 dão à ficção uma visão crítica das relações sociais, apresentando-se menos áspera e mais acomodada às tradições do meio.

O dado inicial desses autores será a tensão presente entre o escritor e a sociedade, existindo homologias entre a obra e o meio no qual o seu autor está inserido, sendo o romance moderno algo relacionado à totalidade social. A linguagem em seu aspecto construtivo reflete a ciência e a técnica e seu universo de combinações, na qual o homem contemporâneo se insere.

O discurso literário que corresponde à produção de romances na década de 30 até 1945 participa da invenção e da instituição da ideia de Nordeste. A literatura desse período assume o caráter de literatura nacional, fruto da necessidade de uma análise sociológica do homem brasileiro, tornando-se pelo olhar da crítica como um referencial legítimo para pensar a literatura brasileira.

Os autores que escrevem nessa época têm como traço comum uma completa identificação com a paisagem e o seu meio e através de suas lembranças expressam fielmente uma realidade coletiva. Além disso, esse espaço diferenciava-se dos espaços da realidade europeia e precisavam ser recriados e recuperados como tais.

Por meio do cruzamento do ponto de vista psicológico com o sociológico, o Brasil seria definido pelos tipos humanos que o compunham. O caráter identitário presente nas obras de autores como Rachel de Queiroz e José Lins do Rego traz personagens simbólicas, tipos fixos que têm um modo de ser, pensar e agir regional.

O homem do interior deixa de ser visto como um ser exótico, pitoresco, que não se encaixava nos padrões emanados das cidades, e passa a ser abordado na sua constituição sociológica e psicológica, denotando o seu pertencimento a um todo social e não mais um ser estranho, apartado da realidade da civilização. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 127)

O romance sobre o Nordeste, porém, não pode ser visto como algo homogêneo, pois os autores apresentam diferenças significativas ao abordar a região. José Lins do Rego, ao retratar a região canavieira

da Paraíba e de Pernambuco, fala da transição dos engenhos para as usinas, em *Menino de Engenho*, *Banguê* e *Fogo Morto*. Neto de senhor de engenho, traz as recordações de sua infância e adolescência e um registro intenso da vida nordestina. Rachel de Queiroz, com *O Quinze* e *João Miguel*, ambos de ambientação cearense, traz nesses romances a valorização das tradições e dos estilos de viver e pensar da sociedade patriarcal. Graciliano Ramos, por sua vez, com *Vidas Secas* apresenta um herói problemático, com a face da opressão e da dor de quem é rejeitado pela natureza, pelo próximo e que não se aceita.

OS FIOS DO REGIONALISMO NO ROMANCE *POR ONDE DEUS NÃO ANDOU*

O romance *Por Onde Deus não Andou*, do maranhense Godofredo Viana foi publicado em 1946 após a sua morte e tem como pano de fundo a Região dos Cocais, trazendo para a literatura o Maranhão esquecido do início do século XX, em uma narrativa que tem como protagonista o engenheiro Alberto, que nasceu em Codó, mas depois de morar muitos anos no Rio de Janeiro, retorna à cidade natal com o projeto de construir uma máquina para quebrar o coco babaçu.

Godofredo Viana, que nasceu em Codó em 1878 e morreu no Rio de Janeiro em 1944, não entra no cânone da literatura regionalista da década de 30, porém a presente análise demonstra que o romance em questão se enquadra perfeitamente nessa literatura, uma vez que as principais características do regionalismo emergem e permeiam toda a sua construção.

Sobre a questão do cânone, tem-se que muitas vezes os “principais autores” são confundidos com os “melhores autores” e esquece-se que outros escritores também carregam em sua obra o esforço significativo e muitas vezes definidor do seu tempo.

A restrição “aos melhores” favorece o hábito de fazer da história literária um repisar das mesmas ideias sobre os mesmos autores, uma vez que seu escopo já aparece pré-definido, em função do que valeria a pena ou não ler. Ora, antes de ler efetivamente, é impossível saber se, para um determinado trabalho de história literária, vale a pena ler ou não ou aquela obra [...] (BUENO, 2015, p. 13).

Um primeiro aspecto que se pode notar sobre a ficção regionalista é o fato de existir a hegemonia de determinados espaços sobre outros. Isso se dá, por exemplo, na centralização do poder no Rio de Janeiro e ainda, pelo fato de haver um desconhecimento do Sul em relação ao Norte, do qual se ouvia falar apenas por meio da imprensa.

O texto dos jornais apresentava, segundo Albuquerque Júnior (2011) os costumes do Norte como bizarros, estranhos, uma vez que os costumes de lugares como São Paulo ou Rio eram tomados como referência para o restante do país, sendo que o Norte era tido como arcaico e atrasado, criando uma oposição entre o lugar de quem fala e o lugar de que se fala.

No romance em questão, observa-se essa oposição Sul-Norte pelo fato de Alberto ter nascido em Codó, mas ter sido educado na Corte, como era chamado o Rio de Janeiro, então capital da República.

Do fundo do seu ser, cheio da fuligem dos negócios absorventes da Metrópole, do seu sensualismo elegante e frívolo, surgia qualquer coisa de primitivo, que recendia docemente. Surpreendia-se a pensar que era um selvagem, um índio guajajara, que a civilização havia arrancado no berço à tribo e à taba e que, anos revolidos, reintegrado na floresta, retomava, a seu malgrado, os hábitos ancestrais de amor à liberdade, ao ar livre, às aventuras emocionantes, de que a Natureza é amplo teatro. Estava tão bem naquele meio como um quadro na sua moldura.

Entretanto, quão bem diferente tinha sido, até então, a sua vida! Educado na Corte, como sua mãe chamava a capital da República, a frequência da rua do Ouvidor era para ele condição essencial para o bom funcionamento do seu fígado, para a boa circulação do seu sangue, para a integração de sua existência de homem e ser social. (VIANA, 2008, p. 37)

O retorno a Codó é comparado à saída da civilização para o espaço primitivo da Natureza e o trecho seguinte deixa claro que, enquanto em Codó Alberto era tomado por algo selvagem, instintivo, era no Rio que seu corpo funcionava bem e apenas ali ele existia enquanto homem e ser social.

“Entretanto, navegava por um rio obscuro, num vapor iluminado a querosene, dentro de uma natureza áspera e caótica, descontrolada como uma civilização embrionária, que não conhecesse a ordem rudimentar dos povos civilizados.” (VIANA, 2008, p. 38) Novamente há a contraposição entre o rudimentar, caótico e descontrolado, que seria a Região dos Cocais e o civilizado, representado pelo Rio de Janeiro.

A literatura regionalista traz em seu bojo o que Durval Muniz (2011) chama de narrativa antiquário, na qual os elementos elencados retomam o que estava ameaçado de ser passado. O registro dialetal é utilizado para marcar a diferença do falar do povo em relação ao falar culto e são apresentados elementos da cultura popular, notadamente rural.

Até então os moradores, apesar de situados alguns não muito longe da casa-grande da fazenda, quase não se viam, senão nas raras danças de tambor, aos sábados, ou na capela do Bonfim onde ouviam missa, aos domingos. É que em regra, cada qual saía ainda escuro, manhãzinha, para as suas roças, a trabucar a vida, derrubando mato, roçando, preparando a coivara, ou, na época própria, colhendo os seus produtos. Mas era dali que tiravam o necessário à subsistência, a roupa de algodãozinho, de riscado, de chita, assim como o querosene e o sabão. (VIANA, 2008, p. 39)

A rotina do homem do campo liga-se aos costumes da roça, à cultura do toque dos tambores e à religiosidade. Gente simples, que trabalha duro durante o dia e se alimenta do que consegue produzir. Os homens na roça, as mulheres em casa e à noite, eles conversam no terreiro, embalados pelas redes sob o luar. Rotina que se repete dia após dia.

No dia seguinte recomeça a labuta. Facão à cinta, enxada ou sacho na mão, o dorso nu, o pobre roceiro segue para as soalheiras brabas, escaldantes, enquanto a mulher, encantada com a chita que lhe trouxe seu homem, retoma contente a sua faina diária. Vai dar cedinho de comer às galinhas e ao cevado no chiqueiro. Banha os filhos na cacimba e volta, com o pote à cabeça sobre a rodilha de pano, para encher as vasilhas da casa e preparar o

magro almoço de todos os dias. E enquanto os grãos de feijão cozinham indo e vindo inquietos nas convulsões de fervura, bate a roupa das crianças que estende em cordas de embira no fundo do quintal. Não descansa um momento, senão após a janta. Nas noites de luar, vai para o terreiro, depois de agasalhados os filhos. Acende o cachimbo preso na ponta do taquari, ajeita a saia de chita, e toca a conversar, em voz alta, cuspinhando para o lado, de quando em quando, com o seu homem, deitado de papo pro ar, sem camisa, na esteira de pindoba, refrescando dos ardores do dia. (VIANA, 2008, p. 41)

O calor do dia flagela o sertanejo e à tardinha o clima vai amenizando. Ao cair da noite o ambiente é tomado pela melancolia, então se tem clareza da situação de isolamento que esse homem vive por estar distante da civilização.

No sertão, as horas mais atraentes do dia são as primeiras. Depois que elas passam, vem a soalheira infernal, causticante, agindo sobre a pele como um *Rigollot* feroz. As tardes, sempre doces, de longos e suaves crepúsculos, porém melancólicas. Nada mais triste no interior do que o entardecer. É quando o homem sente, sobretudo o civilizado, o isolamento que o asfixia. E porque a tarde morre, devagar, penando, quase que a gente vai morrendo com ela. (VIANA, 2008, p. 156)

Outro aspecto do romance regionalista é uma necessidade de reterritorialização, o que leva as narrativas a conterem um exaustivo levantamento da natureza, bem como da história e da condição social da área. Isso reflete um esforço de elaborar uma memória social e cultural que serve de base para a instituição do Nordeste enquanto região.

Na narrativa analisada, a natureza descrita é a Região dos Cocais, na qual o coco babaçu predomina. “Efetivamente, era um belo grupo de palmeiras babaçu. Grandes cachos pendiam amadurecidos. Os cocos, unidos uns aos outros, escuros e pontudos como seios de virgens caboclas, dependuravam-se da base da coma de pindoba, ao longo do caule.” (VIANA, 2008, p. 38)

Começara o babaçu a se tornar predominante na mata. Das palmeiras de altura regular, pendiam grandes cachos de coco. Em baixo de cada uma, uma toiceira de palmas, umas fechadas dentro de um estojo verde, que se erguia teso, como um florete esguio e polido; outras moles e pendentes; outras ásperas e agressivas. (VIANA, 2008, p. 89)

Além disso, há o registro da flora e da fauna da região em todo o romance, relatando a biodiversidade nordestina e a exuberância da paisagem, que mesmo agreste traz o colorido vibrante de flores, frutos e aves.

Atravessaram, a princípio, fundos de quintais, cobertos de pinhões e de mata-pasto, com os compridos pendões de flores amarelas, duras como se fossem de papelão. Malvas brancas em touceiras. Pés de melão-de-são-caetano, de frutos rubro-alaranjados, ásperos, cheios de arestas moles, subindo pelos galhos de arbustos vistosos. Rolinhas “fogo-pagô” e “sangue de boi”, levantando o vôo, assustadas com o tropel dos cavalos. [...] (VIANA, 2008, p. 73)

Quanto aos aspectos históricos e sociais, observa-se a situação de exploração do homem do campo que produz o milho, o arroz, o feijão e a muito custo vende a colheita nas casas comerciais para comprar o que precisa para sobreviver.

Mas era dali que tiravam o necessário à subsistência, a roupa de algodãozinho, de riscado, de chita, assim como o querosene e o sabão. Tudo isso adquirido nas casas comerciais da vila, as quais lhe compravam a colheita por preço baixo e lhe vendiam pela hora da morte as mercadorias. Mas, que a gente ia fazer? Era preciso... [...] “Os matutos relutavam, defendiam-se, mas acabavam vencidos. – ‘Ele é cotia, tá me roubando.’ Pensava o infeliz. ‘Mas Seu Manezinho não é mau home. Quando os tempo tá ruim, sempre adianta uma coisinha fiado pra gente. E não aperta. Já é vantagem. (VIANA, 2008, p. 39 – 40)

A pobreza e a miséria das pessoas que moravam e trabalhavam nas fazendas é contrastada com a situação do bairro que fica em torno da fábrica de tecidos, responsável por mover a economia

da região naquela época, onde as casas são novas e refletem a “civilização”. “[...] O pessoal estava todo no trabalho de cada dia. Foi de choupana em choupana, inquirindo as mulheres e as crianças. Todos numa miséria de cortar o coração.” (Viana, 2008, p. 48)

O bairro alto foi para o engenheiro uma revelação. Nada daquelas habitações velhas, carunchosas, que ele vira, com desgosto lá embaixo. No planalto, onde se ostentava, com um aspecto impressionante de civilização, o edifício da fábrica de tecidos, erguiam-se várias casas novas, de tipos modernos, pintadas de cores alegres, sem aquela monotonia dos prédios caiados na frente e de barras pretas ou verdes de que a cidade, em baixo, estava cheia. (VIANA, 2008, p. 69)

O folclore é outro elemento presente no romance regionalista e é considerado um elemento decisivo na defesa da autenticidade da região, opondo-se aos fluxos culturais dos espaços que se configuram como cosmopolitas.

Seria ele uma constelação de elementos pré-lógicos que preexistiam a toda cultura no seu esforço de afirmação conceitual. O folclore seria o repositório de um inconsciente regional recalcado, uma estrutura ancestral, permitindo o conhecimento espectral de nossa cultura regional. O folclore seria expressão da mentalidade popular, e esta, por sua vez, da mentalidade regional. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 91-92)

Os temas folclóricos e tradicionais são abordados na obra especialmente na passagem em que, por ser época de São João, um grupo de brincantes chega à fazenda em que Alberto está hospedado e pede a ele permissão para se apresentar. Permissão concedida, o auto do bumba-meu-boi é “cantado” na íntegra, preenchendo várias páginas da narrativa.

- Viva São João, minha gente!
Ao mesmo tempo, ouve-se um troar de matracas e um alarido crescente de vozes.
- É o boi de Seu Romualdo! [...]
O barulho aumentava cada vez mais. A princípio era um

“ô...ô...ô...”, que estribilhava no silêncio da noite, monótono e enervante. Depois, vozes bem distintas. Cantos. Gritos. Assobios. Assuadas. E tudo aquilo crescia na direção da fazenda. Por fim, tudo aquilo se espalhou no terreiro, fedendo a pólvora queimada e à cacheira. Um apito, prolongado e agudo. Um brusco silêncio abateu como um parêntese naquele vozeiro de bárbaros.

[...] SENHORA DONA DA CASA,
O MEU BOI CHEGOU AGORA;
SE QUISER QUE EU DANÇE, EU DANÇO,
SE NÃO QUISER VOU-ME EMBORA. (VIANA, 2008, p. 179 - 180)

Após o término do auto, os brincantes vão embora e os folguedos continuam com a brincadeira das crianças ascendendo fogos de artifício.

Pouco a pouco, todo aquele tumulto e toda aquela fumaça, ainda mais densa pelo pó dos sapateados, foi amortecendo. Só se ouvia, ao longe, “ô...ô...ô...”, ao som das matracas, que se iam apagando na distância. Ficaram as fogueiras, crepitantes, vermelhas, a iluminar o terreno. Ainda não eram nove horas. Parte do pessoal de São José foi no encaço do boi, acompanhando o cortejo. Outra, porém, ficou firme no terreiro, aguardando os fogos, que seu doto prometera á petizada. (VIANA, 2008, p. 186)

Sustenta-se ainda, nessa literatura regional, uma utopia que possibilita uma harmonia entre a técnica e a tradição para que estas caminhem junto com a modernidade. O objetivo de Alberto é construir uma máquina que melhore o processo de quebra do coco babaçu, otimizando o trabalho humano a fim de trazer o progresso à região, que possui no coco uma fonte potencial de riqueza.

A Joana, então, para dar o exemplo, sentou-se de novo, segurou com os pés nus o machado, apertou um coco, pô-lo sobre o gume do aço bem amolado e com a macete... zás!... deu-lhe um golpe seco, rápido, que dividiu a noz em duas partes iguais. Imediatamente o filhinho, ao lado esgravatou os alvéolos e tirou uma, duas, três e quatro amêndoas, que jogou para o monte a seu cargo.

[...] - O olho do machado não resolve o problema da extração da amêndoa. Por mais rápido que pareça, o trabalho humano sem auxílio da máquina é moroso. Não dá resultados compensadores, senão para essa pobre gente, que se contenta com muito pouco. [...] A máquina para quebrar o coco, respeitando a integridade da amêndoa, como o fazem o olho do machado e a maceta do caboclo, tem de vir forçosamente. [...] (Viana, 2008, p. 90 – 91)

O engenheiro observa o trabalho de quebra do coco e passa a refletir sobre qual seria a melhor solução tecnológica para aquele problema, uma vez que um trabalho tão árduo era minimamente recompensado.

- Onde encontrar a solução do problema: no mais leve ou no mais pesado? Na máquina portátil, que substitua o machado, e como ele, leve, carregada no ombro e colocada ao pé de cada palmeira, ou pesada, rolando nas volutas das polias, em grandes usinas centrais servidas de Decauville, de autocaminhões, de vapor e de eletricidade? (VIANA, 2008, p. 92)

Outra característica do chamado “romance de 30” é a elaboração de personagens tipos, constituindo identidades típicas do regional e revelando lugares sociais bem definidos. Ao lado de Alberto, protagonista da narrativa, tem-se o casal Inácia e Amândio, cujo triângulo amoroso estabelece o conflito da mesma.

Amândio representa o primitivismo do homem do campo. Trabalha na roça e é um exímio atirador de escopeta, o que o fazia um homem temido na região. E é o homem por quem Inácia se apaixona. “[...] Mas como tinha sido isso? Ela educadazinha, sabendo ler e escrever mais ou menos, falando direitinho, como diabo teria se apaixonado por aquele tabaréu rude, quase analfabeto, tresandando a suor azedo?” (VIANA, 2008, p. 45)

Esse homem é estereotipado como primitivo, bárbaro, alheio à civilização e à civilidade. As características de Amândio contrastam com o homem da Metrópole, representado por Alberto. “Amândio, face a face com ela, apoiou-se à parede do oitão para não cair. O rosto entovado, a barba crescida, o cabelo emaranhado, a camisa aberta, deixando à mostra os pelos encaracolados e duros do peito, todo ele exalava suor azedo.” (VIANA, 2008, p. 231)

Já Inácia, apesar de tipificar a beleza sedutora da mulata, traz em sua construção um deslocamento criativo, pois o fato de ter sido educada pelo professor Cunha, com quem se une após a morte da esposa dele, faz com que essa mulher se situe entre dois mundos, o da cultura e das letras e o da roça, tornando-a assim uma personagem intrigante e multifacetada.

[...] É uma linda rapariga. E boazinha, amável, educada a seu modo, e tão diferente deste pessoal rude...

[...] O Cunha ensinou-lhe as primeiras letras, deu-lhe romances que ela devorava até tarde, no seu quarto, à luz de velas de cera de carnaúba. Conhecia de cor e salteado *A moreninha*, *A pata da gazela*, *A escrava Isaura*, *O romance de um moço pobre*. Educava-a quase que por obrigação, porque afinal ela lhe havia sido confiada e lhe prestava bons serviços. Hoje, era o braço direito da casa, que a mulher, coitadinha, se finava dia a dia. [...] Acabou amancebando-se com ela. A cidade, um dia, ao despertar, vibrou escandalizada. O Cunha estava vivendo com a Inácia. (VIANA, 2008, p. 44-45)

Outra marca do regional se dá pelo trabalho feito com a linguagem, marcada pelo registro da oralidade e do dialeto regional, como traço de autenticidade desse espaço. Isso pode ser observado quando a personagem Felicidade resolve contar uma estória para o seu companheiro José, na tentativa de alegrá-lo, porque ele estava zangado pela ignorância com que Alberto havia lhe tratado.

- Cumpade cueio tinha feito um disaforo pra tia onça. Tia onça quiria pegá ele. Mas porém cumpadi cueio era veiacó. Escapulía sempre das armadia dela. Uma feita, tia onça disse pru cumpade urubu: “Cumo é qui eu hei de pegá esse diabo?! – Ora, é simples”, arripsondeu o fedô. “Você vai pra bera do poço adonde ele bebe água.” – “Qui bobage, urubu! Muleque cueio, mi vendo perto, vai lá nada!” – “Condo ele tivé morrendo de sede, ele vai sim!” – “É memo”. E tia onça estirou o corpão junto da cacimba. Cumpade cueio lá de longe, oiou a marvada. Foi um carreirão medonho. Mas, a sede apertava. – “Ah, já sei.”, maginou o sabido. “Tu vai vê, bestaiona.” Tia onça tava deitada, já muito burricida de esperá, abrindo as guéia de condo em condo. Di repente, ouviu um baruião de foia seca em riba de um bicho se arrastando por

o chão, morro abaixo. –“Quem vem lá? Perguntou de oreia em pé e franzindo a testa. –“É o amigo folhará” respondeu uma voz grossa. –“Pode passá”. Amigo folhará baixou a boca nágua, bebeu, bebeu, bebeu, qui quase rebenta a barriga. Condo já tava lá no arto, gritou, sacudindo as fôia de mato: - “Cunheceu, burra veia? Essas fôia tava grudada no meu corpo cum mel de abeia urucu.” Tia onça saltou pra pegá cumpadre cueio. Ele já tava longe. (VIANA, 2008, p. 199)

Em outro momento emerge a figura da “mãe negra” que cuida da criança branca e esta, depois que cresce, continua tendo um vínculo afetivo com ela, trazendo o que Durval (2011) aponta como uma visão lírica da escravidão e ao mesmo tempo uma valorização de uma sociedade patriarcal e escravagista.

E quando, depois de pousar o chapéu de cortiça sobre a mesa de cedro polido, colocada à esquerda do avarandado da casa-grande, enxugava a testa alagada de suor, recebeu, nos joelhos, o abraço trêmulo e nervoso da velha Vitória, a veterana da fazenda. A velha ria e chorava ao mesmo tempo, a boca murcha, desdentada, os olhos fundos, cinzentos:

- Sinhô Albertinho! Sinhô Albertinho! – Quá... quá... quá... quá... Qui bunito moço! Condo ele saiu daqui, era pequirritinho. E condo nasceu? Dei munto cherinho nele. Os pezinho dele era gordinho, incarnadinho como fucinho de leitoa nova. Me sinhô... Cadê sinhá veia? Cadê sinhá moça? Mais veja só! Cumo ele é bunito! Tempo bom! [...] Sinhozinho, eu, eu embale rede de sinhozinho, condo sinhô era assimzinho. “oi, boizinho do currá; vem pegá minino, que non qué naná.” [...] (VIANA, 2008, p. 80-81)

Há ainda o registro das lendas, que refletem uma visão sacralizada da natureza e da sociedade, com influências do catolicismo popular português, do animismo e fetichismo negro e indígena e fazem do Nordeste o espaço de crenças primitivas em contraposição às crenças racionalizadas da sociedade moderna.

Dentro da noite, sentem-se pequeninos e fracos, pondo toda a sua limitada confiança na “Virge Maria”, na boca larga do clavinote e no fio do facão americano, de cabo de chifre, longo de quase um metro. [...] O caipora aterra-os. O lobisomem, a mula

sem cabeça, o demo rabilongo e de pés de pato, movimentam-se contra eles, agressivos e maus nas trevas dos caminhos. (VIANA, 2008, p. 157)

Enquanto durante o dia, o homem do campo se sente senhor do sertão, à noite é tomado pelo medo do sobrenatural encarnado na mãe d'água, no lobisomem, na caipora ou na mula sem cabeça e reza para se proteger.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória constitui a principal matéria para a construção dos romances regionalistas produzidos no Brasil entre 1930 e 1950, na qual a narrativa expressa o tradicional, tendo o Nordeste como paisagem e apresentando uma visão crítica das relações sociais. Nessas obras há uma homologia entre a obra e o meio no qual seu autor está inserido.

O romance *Por Onde Deus Não Andou* (1946), do escritor maranhense Godofredo Viana, traz em seu bojo as principais características do romance regionalista, como a clara oposição Sul-Norte, bem como a presença marcante de elementos da cultura popular e hábitos da vida rural, próprios da rotina do homem do campo.

Além disso, tem-se uma descrição detalhada da natureza, com os elementos da fauna e da flora da região dos Cocais com suas cores exuberantes. Beleza complementada pelo registro dos elementos folclóricos e das lendas que povoam o imaginário do maranhense. Outro traço marcante na obra é a situação de pobreza e miséria do povo que trabalha na roça e nas fazendas do interior do estado, contrastada com a riqueza da elite da cidade de Codó, além de seus personagens-tipo que dão vida à narrativa e evidenciam seus conflitos sociais e amorosos.

O romance analisado tem sua importância por trazer à tona tanto o registro da cor local do Maranhão do início do século XX, quanto por possibilitar a valorização de um autor já esquecido, mas que sem dúvida contribuiu para, por meio da linguagem literária cantar a sua terra, assim como Raquel de Queiroz e José Lins do Rego.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2008.

BUENO, Luís. **Uma história do romance de 30**. São Paulo: EDUSP, 2015.

VIANA, Godofredo. **Por onde Deus não andou**. São Luís: AML/EDUEMA, 2008.

SOBRE OS AUTORES

SÔNIA MARIA CORREA PEREIRA MUGSCHL

Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1978), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (1978), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2003) e Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da USP (2009). Professora Titular da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguagem e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino, escrita, interdisciplinaridade, língua portuguesa, português brasileiro como língua de herança. É poeta, membro da Academia Maranhense de Letras; Membro do Conselho Estadual de Educação do Maranhão; Ex Pró-Reitora de Ensino da Universidade Federal do Maranhão. É membro efetivo do mestrado em Letras - PG-Letras da UFMA - realizou pesquisa de pós-doutorado na Ruhr Universität Bochum, sob a supervisão do Professor Dr. Roger Friedlein, com apoio da FAPEMA, sobre o ensino de Português fora do Brasil.

MONICA FONTENELLE CARNEIRO

Graduada em Letras (Português/Inglês e respectivas literaturas) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Especialista em Língua Inglesa e em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua Materna e Estrangeira também pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Doutora em Linguística também pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi estagiária no Programa de Educação Continuada do Rhode Island College (Providence, EUA), como Professora Visitante. Professora Adjunto do Departamento de Letras do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão, Pesquisadora, dos

Grupos de Estudos e Pesquisas GELP-COLIN/UFC e GEPLA/UFC, e lidera suas unidades em São Luís/ MA: GELP-COLIN/UFMA e GEPLA/UFMA. Pesquisadora, do Projeto Internacional de Pesquisa MetBiB, desenvolvido pela Universidad de La Rioja (La Rioja, Espanha), em parceria com a John Benjamins Publishing Company (Amsterdã, Holanda). Organizadora das obras: “*Gênero, ensino e formação de professores e Múltiplas facetas da língua(gem)*” e “*Literatura e outros saberes, Ensino de línguas e discurso, ensino de línguas e práticas discursivas*”, nas quais também é autora de capítulos. Coordena os Cursos de Letras/ Inglês - ASEI/ PARFOR - em municípios do interior maranhense.

SORAYA DE MELO BARBOSA SOUSA

Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí (2007). Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS - RGS. Professora Assistente da Universidade Estadual do Piauí e Professora Assistente da Professora Estadual do Maranhão - Timon.

ANDRÉIA DELLANO MENDES NUNES

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras/UFMA). Especialista em Docência da Educação Profissional e Tecnológica pelo CETIQT SENAI. Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve pesquisa na área de Teoria da Argumentação no discurso e Linguística Aplicada no ensino de ESP na educação profissional. É participante do Grupo de Pesquisa em Língua e Discurso (GruPeLD) na Universidade Federal do Maranhão. Atuou como professora de Língua Inglesa no SENAI-MA, IFMA e IEMA.

MARIZE BARROS ROCHA ARANHA

Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1985), Especialista em Língua e Literatura Inglesa e Americana pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Mestre em Educação pela UFMA (2006) e Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP - SP (2010). É professora Associada da Universidade Federal do Maranhão. Professora do Programa de Pós Graduação

(Mestrado Acadêmico) em Letras e do Programa de Pós Graduação (Mestrado Profissional) em Gestão de Ensino da Educação Básica-PPGEEB. Coordenadora do Grupo de Pesquisa GruPELD- Grupo de Pesquisa Ensino de Línguas e Discurso. Ex-Pró Reitora de Extensão da UFMA. Atua principalmente nos seguintes temas: Linguística, Língua Portuguesa, Formação Profissional, Ensino de Línguas. Autora de artigos publicados em revistas acadêmicas e capítulos de livros.

KEILA DE JESUS RIBEIRO ARAUJO

Graduada em Português, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2013), e em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (2016). Atuou como Professora de Língua Portuguesa e Espanhola em escolas da rede particular de ensino em São Luís. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras - PGLetras da Universidade Federal do Maranhão.

MARIA DA GRAÇA DOS SANTOS FARIA

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Especialista em Língua Inglesa pela Universidade Federal do Maranhão e Graduada em Letras e Direito pela Universidade Universidade Federal do Maranhão. Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras. Membro do Grupo de pesquisa PROTEXTO e membro do GT de Linguística Textual e análise da Conversação (ANPOLL) e coordenadora do Grupo de Pesquisa GEPOT. Autora de artigos e capítulos de livros na área da Linguística Textual e Aplicada.

ILZA GALVÃO CUTRIM

Doutora e Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-UNESPARaraquara. Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Professora Associada do Departamento de Letras da UFMA e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras-UFMA (Mestrado Acadêmico). Vice-líder do Grupo de Estudos em Linguagem e Discurso do Maranhão-GPELD (CNPq/ 188 Maria

da Graça dos Santos Faria • Marize Barros Rocha Aranha Naiara Sales Araújo (Org.) UFMA). Bolsista Produtividade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão-FAPEMA. Organizou os livros *Discursos, sujeitos e sentidos: perspectivas identitárias* (2014), *Visadas discursivas: identidades, memórias e culturas artísticas* (2016), *Entre discursos: memória, produção e circulação de sentidos* (2016), *Letras em extensão: discurso, formação e ensino* (2015). Coordenadora do projeto de extensão *Entretextos*. Atua nos temas: teoria e análise linguística, texto e discurso.

CAMILA CUTRIM LINS DE FREITAS

Mestranda em “Estudos de linguagens e práticas discursivas” pelo Programa de Pós-Graduação em Letras-PGLetras, na Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Atuou como professora de Língua Portuguesa em escolas particulares de São Luís (MA). Membro do Grupo de Estudos em Linguagem e Discurso do Maranhão-GPELD (CNPq/UFMA).

MÔNICA DA SILVA CRUZ

Doutora e mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara. Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão. Professora do Programa de Pós Graduação em Direito e Instituições de Justiça, da UFMA. Líder do Grupo de Pesquisa GPELD- Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Discurso do Maranhão (CNPq/UFMA). Autora do livro: *O discurso pela f(r)esta: espaço e produção de identidades* (2008). Organizadora dos livros: *Discursos, sujeitos e sentidos: perspectivas identitárias* (2014), *Letras em extensão: discurso, formação e ensino* (2015). Atua principalmente nos seguintes temas: teoria e análise linguística. Texto, discurso e produção de identidades.

FRANCISCO CARLOS DA SILVA JUNIOR

Mestrando em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Instituições de Justiça (PPGDIR/UFMA). Graduado em Direito e em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Direito Constitucional. Jornalista com atuação na

área da Comunicação Pública. Advogado com atuação na área do Direito Constitucional, Direito Digital e Direito de Imprensa.

ANDREANA CARVALHO DE BARROS ARAÚJO

Possui mestrado em Letras pela UFPI (2017). Tem experiência na área de Letras português e francês, foi professora do Centro de Cultura Francesa no curso de extensão em francês e no ensino fundamental na cidade de Curalinhos - PI (2013). Atualmente, dedica-se ao estudo da teoria enunciativa de Culioli e participa do Grupo de Estudos da Teoria das Operações Enunciativas (GETOE) da UFPI.

LEONILDES PESSOA FACUNDES

Doutoranda em Linguística na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar com a linha de pesquisa Ensino de Língua Materna na perspectiva da Enunciação do teórico francês Antoine Culioli. Mestre em Letras na Universidade Federal do Piauí- UFPI. Graduada em Licenciatura Plena em Letras Português na Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Foi Professora efetiva por mais de 10 anos na SEDUC-PI em Teresina. Atualmente é Professora Assistente II e dedicação exclusiva - TIDE da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, no *campus* de CESTI -Timon. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos temas: Léxico-Gramática-Enunciação, Ensino de Língua Portuguesa.

NAIARA SALES ARAÚJO SANTOS

Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Metropolitana de Londres, Pós-doutorado em Estudos Comparativos pela Universidade de Granada; Mestra em Letras pela Universidade Federal do Piauí. Professora do Departamento de Letras e do Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Pesquisa Ficção Científica, Gêneros Pós- modernos e Representações Artísticas na Era digital - FICÇA (CNPq) e Lider do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguística Aplicada - GEPELA. É bolsista produtividade FAPEMA com pesquisa intitulada Ficção Científica e Literatura Fantática no Maranhão.

MARISTELA DOS SANTOS ALMEIDA

Mestranda do programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (PGLetras/UFMA), Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Professora de Língua Inglesa da Rede Estadual do Maranhão, Professora de Língua Inglesa da Rede Municipal de Ensino. Possui Certificado de Competência em Língua Inglesa pela Universidade de Michigan nos Estados Unidos; Atuou como formadora de professores de Língua Inglesa na Cultura Inglesa de São Luís.

RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA

Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009). Atualmente é professora Associada da Universidade Federal do Maranhão. É Professora Permanente do Mestrado em Letras-PGLetras, com linha de pesquisa em Filosofia e Literatura. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia Francesa Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: Memória, Tempo, História, Poesia, Metáfora, Educação e Ensino. Já publicou dois livros de poesia, respectivamente, *(Re)Nascer Mulher* – (1983) e *Poésis* (2007). Tem vários artigos publicados em revistas acadêmicas nacionais e internacionais e dois capítulos de livros. O primeiro intitulado: “Filosofia e Literatura: A pertença do ato do discurso poético ao ato narrativo”; no livro *LITERATURA E OUTROS SABERES: PENSAMENTO, DISCURSO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL* (2015). O outro capítulo intitula-se: “A visada hermenêutica em Ricoeur e a polifonia presente em O Guesa, de Sousândrade”, no seguinte livro: *Trechos de um DIÁLOGO DEMORADO – Ensaio sobre Literatura e Filosofia*

KERLLEN MIRYAN PORTELA DE PAIVA NORATO é Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, Especialista em Literatura Infante-Juvenil pela Universidade Estadual do Maranhão e possui graduação em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal do Maranhão. Atua como professora efetiva de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus São Luís - Monte Castelo.

JOSÉ DINO COSTA CAVALCANTE

Graduado em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, mestrado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e doutorado pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. É professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão. Tem experiência na área de Estudos Literários, com ênfase em Literatura Brasileira. Desenvolve pesquisas nas áreas de História da Literatura, Literatura e Sociedade e Literatura Maranhense. É membro permanente do corpo docente do Mestrado em Letras da UFMA. Sua linha de pesquisa é Literatura, História e Sociedade. Organizou os seguintes livros: O século XX e a Literatura Maranhense: reflexões sobre a narrativa em prosa (EDUFMA - 2015); Discurso Literário: perspectivas de leitura (EDUFMA - 2012).

